



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**CARACTERÍSTICAS DE ACTUAÇÃO DAS TROPAS
PÁRA-QUEDISTAS NAS GUERRAS DE ÁFRICA
(1961-1974)**

AUTOR: Aspirante Aluno Infantaria Luís Filipe Ricardo Branquinho

ORIENTADOR: Professor Doutor José Rodrigues dos Santos

CO-ORIENTADOR: Coronel Cavalaria Nuno António Bravo Mira Vaz

Lisboa, Agosto de 2011



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**CARACTERÍSTICAS DE ACTUAÇÃO DAS TROPAS
PÁRA-QUEDISTAS NAS GUERRAS DE ÁFRICA
(1961-1974)**

AUTOR: Aspirante Aluno Infantaria Luís Filipe Ricardo Branquinho

ORIENTADOR: Professor Doutor José Rodrigues dos Santos

CO-ORIENTADOR: Coronel Cavalaria Nuno António Bravo Mira Vaz

Lisboa, Agosto de 2011

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e irmão pela sua
compreensão e apoio.

À minha namorada por tudo...

AGRADECIMENTOS

Ao terminar este Trabalho de Investigação Aplicada registamos os mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que, de diversas formas, contribuíram para que se tornasse uma realidade.

Ao orientador, Professor Doutor José Rodrigues dos Santos, por toda a dedicação, compreensão e amizade patenteadas, bem como pelos desafios cada vez mais complexos que foi colocando na realização da investigação e pelo estímulo e exigência crescente que foi impondo à medida que caminhávamos para a sua conclusão.

Ao co-orientador, Coronel Nuno Mira Vaz, pelo contributo pessoal e alertas oportunos, fundamentais no rumo da investigação.

Ao Coronel José Moura Calheiros, pelo inestimável contributo prestado, fundamental na integração da investigação, arriscando-nos mesmo a afirmar que a este devemos a graça de estar neste momento a fazer esta nota de agradecimento.

Ao Major-General Hugo Borges, pela disponibilidade e forma dedicada como se entregou a este trabalho, fundamental na confirmação de factos verosímeis.

Ao Superintendente-Chefe Francisco Santos, Major-General Cristóvão Avelar de Sousa, Major-General Norberto Bernardes e Sargento-Chefe Francisco Ragageles, que apesar das suas vidas preenchidas, receberam-nos gentilmente, prestando um contributo pessoal essencial para esta investigação.

Ao Coronel Carlos Matos Gomes e Tenente-Coronel João Brandão Ferreira, pelo seu contributo bibliográfico e elucidação de determinados conteúdos.

Aos Coronéis Miguel Pessoa e Manuel Ferreira da Silva, que através da partilha de situações verídicas, contribuíram para o enriquecimento da investigação.

Ao Tenente-Coronel Victor Cipriano, pela forma dedicada e interessada que demonstrou ter durante a realização da investigação, procurando garantir sempre as melhores condições de trabalho.

À Senhora Dona Paula Franco, que se destacou pela disponibilidade e dedicação empregue no apoio da pesquisa bibliográfica.

Ao Sargento-Mor Alfredo Serrano Rosa, pelas excepcionais fotografias gentilmente cedidas e que enriquecem o conteúdo dactilografado.

Aos pais, António Matos e Rosário Branquinho, e irmão, Pedro Branquinho, que sempre proporcionaram carinho, apoiaram e compreenderam os momentos mais difíceis.

À namorada, Rosa Pais, pelo carinho, compreensão e amor, sempre dedicado ao longo do trabalho.

Aos camaradas de curso, por toda a amizade.

A todos os Docentes que directa ou indirectamente contribuíram com os seus ensinamentos para a formação.

A toda a estrutura de comando da Academia Militar que tudo faz para proporcionar aos alunos os melhores padrões e condições de aprendizagem.

A todos, o meu profundo agradecimento.

RESUMO

O presente trabalho de investigação aplicada encontra-se subordinado ao tema “Características de Actuação das Tropas Pára-quedistas nas Guerras de África (1961-1974)”. Pretende-se, assim, encontrar consensos baseados na correcta interpretação dos factos históricos, pois só assim, com base numa síntese de ilações acertadas a este respeito Portugal poderá construir equilibradamente o seu futuro.

O objectivo é apresentar conclusões sobre as características e as modalidades de actuação das tropas pára-quedistas durante o envolvimento português nas guerras de África com o Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12 no período de 1968 a 1973.

O método científico utilizado para a investigação foi o método histórico onde se considerou a pesquisa bibliográfica e as fontes orais, nomeadamente a interacção com os veteranos protagonistas da guerra que com os seus feitos enriquecem a nossa história por vezes distorcida.

A investigação realizada permitiu concluir que as características das tropas pára-quedistas se traduziram em resultados notáveis, dignos de uma reflexão para uma possibilidade de adaptação ao presente. Paralelamente, verificamos que aliadas à acção de comando de António de Spínola, que como Governador e Comandante-Chefe procurou utilizar todos os meios disponíveis para colocar um ponto final na guerra, foram preponderantes na manutenção de todo o esforço, suprimindo as dificuldades que foram surgindo.

Palavras-Chave: Metrópole, África, Guiné, Guerra, Pára-quedistas.

ABSTRACT

The present applied research work is entitled “Performance Characteristics of paratroopers in the Wars in Africa (1961-1974)”. We intend to find a consensus based on the correct interpretation of historical facts, because only then, based on an agreed summary of conclusions about this subject, Portugal can build his future in a balanced way.

The aim is to present conclusions about the characteristics and modalities of action of paratroopers during the Portuguese involvement in the wars of Africa with the Hunter Battalion Parachute Regiment N.º 12 during the period 1968-1973.

The scientific method used for the research was the historical method, and we focused on the literature and the oral sources, including the interaction of the war veterans which with their deeds enriched our history sometimes distorted.

This investigation concluded that the characteristics of the paratroopers have resulted in remarkable results, worthy of consideration for a chance to adapt them to the present. In parallel, we found that combined with the action command of Antonio de Spínola, who as Governor and Commander in Chief sought to use all available means to put an end to the war, was decisive in the putting together and preserving of all the effort, by removing the difficulties which have arisen.

Keywords: Metropolis, Africa, Guinea, War, Parachutes.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA	i
AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE GERAL	vi
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	xi
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	xii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 AS GUERRAS DE ÁFRICA	4
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	4
1.2 A PREPARAÇÃO DE PORTUGAL PARA A GUERRA.....	6
1.3 A EVOLUÇÃO DA GUERRA.....	7
CAPÍTULO 2 O TEATRO DE OPERAÇÕES	8
2.1 GUINÉ.....	8
2.1.1 MEIO FÍSICO	8
2.1.2 MEIO HUMANO	8
2.1.3 MEIO ECONÓMICO, POLÍTICO E ADMINISTRATIVO.....	9
2.1.4 COMUNICAÇÕES	9
2.2 O MOVIMENTO INDEPENDENTISTA	10
2.3 A CAMINHADA PARA A INDEPENDÊNCIA E A ACÇÃO DE CONTRA-GUERRILHA	11
2.4 O DISPOSITIVO MILITAR PORTUGUÊS	17
2.5 A PROCURA DA SOLUÇÃO NEGOCIADA.....	19
CAPÍTULO 3 OS CAÇADORES PÁRA-QUEDISTAS	26
3.1 DA METRÓPOLE À GUINÉ	26
3.2 BATALHÃO DE CAÇADORES PÁRA-QUEDISTAS N.º 12.....	27
3.3 AS OPERAÇÕES.....	30
3.3.1 HELIASSALTO	30
3.3.2 EMBOSCADA SOBRE UM CORREDOR DE INFILTRAÇÃO INIMIGO	32
3.3.3 APOIO À POPULAÇÃO, NOMADIZAÇÃO/PATRULHAMENTO.....	33

3.3.4 BUSCA	36
3.3.5 ESCOLTA A COLUNA AUTO	37
3.4 UNIDADE VS “MATO”	39
DISCUSSÃO DE RESULTADOS	42
CONCLUSÃO	48
BIBLIOGRAFIA	52
GLOSSÁRIO	58
APÊNDICES	62
APÊNDICE A RESUMO DA ACTIVIDADE OPERACIONAL DO BATALHÃO DE CAÇADORES DE PÁRA-QUEDISTAS N.º 12	63
APÊNDICE B PORTUGAL E A GUERRA DE ÁFRICA: ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL	64
APÊNDICE C DE BANDUNG ÀS CONFERÊNCIAS PAN-AFRICANAS	67
APÊNDICE D A GUERRA	70
APÊNDICE E O PREPARO DAS FORÇAS ARMADAS	72
APÊNDICE F CARTA DA DISTRIBUIÇÃO ÉTNICA DA GUINÉ	74
APÊNDICE G REPARTIÇÃO POPULACIONAL DA GUINÉ SEGUNDO O CENSO DE 1960	75
APÊNDICE H CARTA DE LÍNGUAS E DIALECTOS DA GUINÉ	76
APÊNDICE I PAIGC: DA FUNDAÇÃO AO INÍCIO DA GUERRA	77
APÊNDICE J O ARMAMENTO E EQUIPAMENTO DO PAIGC	79
APÊNDICE K A PAR DA LUTA ARMADA	81
APÊNDICE L O DESENVOLVIMENTO DA SUBVERSÃO	82
APÊNDICE M A EVOLUÇÃO DOS DISPOSITIVOS MILITARES	84
APÊNDICE N A ORIGEM DOS PÁRA-QUEDISTAS	86
APÊNDICE O A INSTRUÇÃO	88
APÊNDICE P N.º 12: A RAZÃO DE SER	90
APÊNDICE Q O ARMAMENTO E EQUIPAMENTO DO BATALHÃO DE CAÇADORES PÁRA-QUEDISTAS N.º 12	92
APÊNDICE R A REALIDADE DA ORIENTAÇÃO	95
APÊNDICE S ESBOÇO DA OPERAÇÃO “CICLONE II”	97
APÊNDICE T A ESPERA NUMA EMBOSCADA	98
APÊNDICE U ESBOÇO DA OPERAÇÃO “JOVE”	99

APÊNDICE V	ESBOÇO DA OPERAÇÃO “GRANDE EMPRESA”	100
APÊNDICE W	SAM-7 STRELLA: O INFERNO DOS CÉUS	101
APÊNDICE X	ESBOÇO DA OPERAÇÃO “BUSCA/B”	102
APÊNDICE Y	ESBOÇO DA OPERAÇÃO “MAMUTE DOIDO”	103
ANEXOS		104
ANEXO A	ANTÓNIO SEBASTIÃO RIBEIRO DE SPÍNOLA	105
ANEXO B	AMÍLCAR CABRAL	107
ANEXO C	A EVOLUÇÃO POLÍTICA DE ÁFRICA	110
ANEXO D	OS EFECTIVOS DAS FORÇAS ARMADAS	111
ANEXO E	MAPA ILUSTRATIVO DO TERRITÓRIO DA GUINÉ	113
ANEXO F	A INFLUÊNCIA DAS MARÉS	114
ANEXO G	A ORGANIZAÇÃO DO PAIGC	115
ANEXO H	ARNALDO SCHULTZ	117
ANEXO I	MANUEL GOMES DE ARAÚJO	119
ANEXO J	“UMA GUINÉ MELHOR”	120
ANEXO K	MARCELLO CAETANO	121
ANEXO L	JOSÉ MANUEL BETTENCOURT CONCEIÇÃO RODRIGUES	122
ANEXO M	ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR	123
ANEXO N	JOÃO BERNARDO VIEIRA	124
ANEXO O	BOINAS VERDES	125
ANEXO P	KAÚLZA OLIVEIRA DE ARRIAGA	131
ANEXO Q	SIGFREDO VENTURA DA COSTA CAMPOS	132
ANEXO R	GADAMAEL-PORTO (1973): VIDAS DEBAIXO DE FOGO	133
ANEXO S	“KURIKA DA MATA”	135
ANEXO T	DOCUMENTAÇÃO DE ARQUIVO	143
ANEXO U	FAUSTO PEREIRA MARQUES	144
ANEXO V	SÍLVIO JORGE RENDEIRO DE ARAÚJO E SÁ	145
ANEXO W	A ACÇÃO DE UM COMANDANTE-CHEFE	146

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Portugal não é um país pequeno.	64
Figura 2: Carta da distribuição étnica da Guiné.	74
Figura 3: Carta de línguas e dialectos da Guiné.	76
Figura 4: Dispositivo Militar – 1962.	84
Figura 5: Dispositivo Militar – 1963.	84
Figura 6: Dispositivo Militar – 1964.	84
Figura 7: Dispositivo Militar – 1966.	85
Figura 8: Dispositivo Militar – 1969.	85
Figura 9: Dispositivo Militar – 1970.	85
Figura 10: Esboço da Operação “Ciclone II”.	97
Figura 11: A espera numa emboscada.	98
Figura 12: Esboço da Operação “Jove”.	99
Figura 13: Esboço da Operação “Grande Empresa”.	100
Figura 14: Esboço da Operação “Busca/B”.	102
Figura 15: Esboço da Operação “Mamute Doido”.	103
Figura 16: António Sebastião Ribeiro de Spínola.	105
Figura 17: Amílcar Cabral.	107
Figura 18: A evolução política de África.	110
Figura 19: Mapa ilustrativo do território da Guiné.	113
Figura 20: Mapa do continente africano.	113
Figura 21: A maré baixa do rio Fulacunda e os pára-quedistas.	114
Figura 22: A maré alta do rio Fulacunda e os pára-quedistas.	114
Figura 23: Organização do PAIGC.	115
Figura 24: Organização das forças armadas revolucionárias da Guiné em 1971.	116
Figura 25: Organização e efectivo de um bigrupa.	116
Figura 26: Arnaldo Schultz.	117
Figura 27: Manuel Gomes de Araújo.	119
Figura 28: Promoção da acção social na região de Teixeira Pinto.	120
Figura 29: Marcello Caetano.	121
Figura 30: José Manuel Bettencourt Conceição Rodrigues.	122
Figura 31: António de Oliveira Salazar.	123
Figura 32: João Bernardo Vieira.	124
Figura 33: Boina Verde.	125
Figura 34: Distintivos de Pára-quedista.	128
Figura 35: Distintivos de Pára-quedista.	128

Figura 36: Distintivos de Pára-quedista.....	128
Figura 37: Distintivos de Pára-quedista.....	129
Figura 38: Distintivos de Pára-quedista.....	130
Figura 39: Kaúlza Oliveira de Arriaga.	131
Figura 40: Sigfredo Ventura da Costa Campos.....	132
Figura 41: Relatório da Operação n.º 5/68 “Operação Ciclone II”.	143
Figura 42: Fausto Pereira Marques.....	144
Figura 43: Sílvio Jorge Rendeiro de Araújo e Sá.	145
Figura 44: Visita de António de Spínola a uma tabanca.....	146
Figura 45: Visita de António de Spínola a uma operação das tropas pára-quedistas.	146

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Resumo da actividade operacional do Batalhão de Caçadores de Pára-quadistas N.º 12.....	63
Quadro 2: Carta da distribuição étnica da Guiné segundo o censo de 1960.....	75
Quadro 3: Quadro de efectivos nos três teatros de operações.	111
Quadro 4: Quadro de efectivos metropolitanos em reforço dos três teatros de operações.	112

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A	
AAutom	Arma Automática
AB	Aeródromo Base
ACar	AntiCarro
AM	Academia Militar
Anx	Anexo
APess	Antipessoal
ARep	Arma de Repetição
B	
BA	Base Aérea
BCP	Batalhão de Caçadores Pára-quedistas
C	
CAOP	Comando de Agrupamento Operacional
CCac	Companhia de Caçadores
CCP	Companhia de Caçadores Pára-quedistas
CECA	Comissão para o Estudo das Campanhas de África
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEM	Chefe do Estado-Maior
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
CMI	Companhia de Materiais e Infra-estruturas
COP	Comando Operacional
CUF	Companhia União Fabril
D	
DFE	Destacamento de Fuzileiros Especiais
DGS	Direcção Geral de Segurança
E	
EM	Estado-Maior
EME	Estado-Maior do Exército
EP	Exército Popular
et al. (et aliae)	e outros (para pessoas)
etc. (et cetera)	e outros (para coisas)
EUA	Estados Unidos da América
EFTA	<i>European Free Trade Association</i>

F	
FAL	Forças Armadas Locais
FAN	Forças Armadas Nacionalistas
FARL	Forças Armadas das Regiões Libertadas
FARP	Forças Armadas Revolucionárias Populares
FLING	Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné
FLNG	<i>Front de Libération National Guinéen</i>
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
G	
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
H	
I	
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
Inf	Infantaria
J	
K	
L	
LDG	Lancha Desembarque Grande
LFG	Lancha de Fiscalização Grande
LGF	Lança Granadas Foguete
M	
MDLP	Movimento Democrático de Libertação de Portugal
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MFA	Movimento das Forças Armadas
MIG	Movimento de Independência da Guiné
MiG	<i>Mikoyan-Gurevich</i>
MLG	Movimento de Libertação da Guiné
MLGCV	Movimento de Libertação da Guiné e Ilhas de Cabo Verde
MP	Marinha Nacional Popular
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
N	
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>

O	
OBS	Observação
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA	Organização de Unidade Africana
P	
PAI	Partido Africano de Independência
PAIGC	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PCA	Posto de Comando Aéreo
Pel	Pelotão
PIB	Produto Interno Bruto
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PilAv	Piloto Aviador
Q	
R	
RCP	Regimento de Caçadores Pára-quedistas
RFA	República Federal da Alemanha
RUFA	Regulamento de Uniformes da Força Aérea
RVis	Reconhecimentos Visuais
S	
SAutom	Semi-automática
T	
TAGP	Transportes Aéreos da Guiné Portuguesa
TAP	Transportes Aéreos Portugueses
TIA	Trabalho de Investigação Aplicada
U	
UDC	União Democrática Cabo-Verdiana
UNGP	União dos Naturais da Guiné Portuguesa
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA	União das Populações de Angola
UPG	União Popular da Guiné
UPLG	União Popular de Libertação da Guiné
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
V	

W

X

Z

ZEE

Zona Económica do Escudo

“Na guerra, como em qualquer outra das actividades humanas, as circunstâncias, a prática e os resultados impõem alterações à teoria.”

(Comissão para o Estudo das Campanhas de África [CECA]: 156)

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) insere-se no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria (Inf). Trata-se de um marco importante na vida do aluno da Academia Militar (AM), representando simultaneamente o culminar de uma fase avaliativa de cinco anos de formação académica e o início de uma carreira profissional nas armas do Exército.

O tema da investigação insere-se na guerra que Portugal travou nas províncias ultramarinas de Angola, Guiné e Moçambique. Decorrente de conotações ideológicas, o período de 1961-1974 apresenta diversas designações, de entre as quais se destacam: Guerra de África, para todos aqueles que se apresentam de uma forma imparcial ao sucedido; Guerra Colonial, assim designada pelos actuais partidários de esquerda; e Guerra do Ultramar, actualmente característica dos partidários de direita e que patenteava os documentos oficiais então vigentes.

De entre as mais variadas respostas apresentadas durante o esforço de guerra, as Forças Armadas Portuguesas empregaram tropas pára-quedistas. Nascidas na década de cinquenta encetaram uma importante reestruturação na componente militar da Defesa Nacional. Preparando-se para uma acção típica de contra-guerrilha os caçadores pára-quedistas associaram, desde logo, uma instrução exigente, realista e assente fundamentalmente no valor individual e desenvolvimento do espírito colectivo dos seus elementos. Actualmente os seus sucessos estão bem patentes nos indicadores operacionais dos batalhões de pára-quedistas e constituem um referencial do nosso património histórico.

Importa referir que para a elaboração de um trabalho deste género, a escolha de um tema não é fácil dado o vago conhecimento inicial, daí que, este surge na expectativa de analisar uma força distinta, orientada para a actuação ofensiva. Como objectivo propomos a estudar as características e as modalidades de actuação das tropas pára-quedistas durante o envolvimento português nas guerras de África, considerando os seus aspectos técnicos, tácticos e humanos da acção no terreno. Face à abrangência do tema e tendo em consideração as limitações tidas no tempo e número de páginas atribuído para a realização do trabalho, sentimos a necessidade de cingir a investigação. Assim, iremos particularizar a utilização das tropas pára-quedistas no teatro de operações da Guiné – Batalhão de Caçadores Pára-quedistas (BCP) N.º 12¹ – durante o período de 1968 a 1973. Os limites cronológicos justificam-se pelo facto de estes serem os anos em que os confrontos foram mais significativos e por ser um período marcado pela presença de António de Spínola² de

¹ Ver apêndice A – Resumo da actividade operacional do Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12.

² Ver anexo A – António Sebastião Ribeiro de Spínola.

onde ressalta uma acção governativa de grande alcance social a par de um elevado empenhamento operacional que evidenciaram as qualidades das tropas pára-quedistas.

O tema de análise histórica visa retirar as principais lições da experiência de comando das tropas pára-quedistas, a fim de fornecer elementos para uma reflexão quanto ao comportamento dos homens e das unidades em situações de combate. Pretende, ainda, contribuir para um melhor conhecimento e valorização das tropas pára-quedistas. O objecto da investigação é as tropas pára-quedistas, inicialmente ligadas à Força Aérea mas actualmente integrantes do Exército.

Decorrente do tema ao qual está subordinado o presente trabalho, surge a questão central: “Quais as características e as modalidades de actuação das tropas pára-quedistas durante o envolvimento português na guerra da Guiné entre 1968 e 1973?”. De forma a responder à questão central outras questões derivadas foram levantadas:

- Que ilações concernem à formação dos subordinados?
- Que ilações concernem à formação dos oficiais?
- Que ilações concernem ao exercício da autoridade (comando)?
- Que ilações concernem à gestão de situações de stress?
- Que ilações concernem à gestão do desgaste físico e psíquico?
- Que ilações concernem à relação com as populações locais?
- Que ilações concernem à motivação dos homens?
- Que ilações concernem ao sucesso operacional?

Como ideia motivadora para a elaboração deste trabalho, esperamos, num futuro próximo, ter a possibilidade de conquistar o direito de usar a mítica “boina verde” e assim servir a Nação através dos pára-quedistas.

Para podermos dar uma resposta ao tema, o presente TIA teve como base de organização, construção e metodologia as orientações para a redacção de trabalhos da AM e o manual de investigação em ciências sociais de Quivy & Campenhoudt.

A metodologia aplicada consistiu para além de uma ampla pesquisa bibliográfica numa base de ilações, menos conhecidas, garantidas por entrevistas centradas³ a homens que “fizeram e viveram” a guerra. Importa referir que não se considerou um limite de tempo para a realização das entrevistas, procurando deixar o entrevistado falar o mais livremente possível. Quando foi necessário intervir com o entrevistado actuámos no sentido de reforço,

³ Segundo Quivy & Campenhoudt (2003: 192-193), a entrevista centrada tem por objectivo analisar o impacto de um acontecimento ou de uma experiência precisa sobre aqueles que a eles assistiram ou que neles participaram. O entrevistador não dispõe de perguntas preestabelecidas, como no inquérito por questionário, mas sim de uma lista de tópicos precisos relativos ao tema estudado. Ao longo da entrevista abordará necessariamente esses tópicos, mas de modo livremente escolhido no momento e de acordo com o desenrolar da conversa. Neste quadro relativamente flexível não deixará de colocar numerosas perguntas ao seu entrevistado.

ou seja, nas situações em que o entrevistado aparentava ter dúvidas se estava a ser correctamente entendido ou se estava a responder ao solicitado; esclarecimento, quando o entrevistador não entendeu algo dito pelo entrevistado ou vice-versa; e orientação, nas situações em que o entrevistado estava a “fugir” ao assunto proposto ou entrava em divagações redundantes, para que retornasse ao foco da entrevista. Todas as entrevistas realizadas foram registadas num gravador digital marca *Philips*, modelo *LFH 0862*, tendo sido posteriormente escutadas através do *VLC Media Player*. Os detalhes mais relevantes adquiridos no decorrer das entrevistas foram adicionados ao longo do texto, enaltecendo a veracidade do mesmo.

Estruturalmente, o trabalho contempla a presente introdução onde pretendemos enquadrar o binómio leitor/tema, através de uma explicação clara e sucinta de tudo o que deu origem à escolha e à realização do trabalho, três capítulos sobre a temática, discussão de resultados e conclusão.

No primeiro capítulo, segue-se um enquadramento histórico à guerra que as Forças Armadas Portuguesas enfrentaram, e que durou treze anos em Angola, onze anos na Guiné e dez anos em Moçambique. Como resultado fechou-se o ciclo imperial português, exactamente no continente onde começou. Assistimos, contudo, a uma mudança de paradigma da nossa história, dado que muitos dos portugueses mobilizados passaram pelos morros do Norte e pelas abertas chanas do Leste de Angola, pela majestade do Zambeze e pelo planalto maconde de Moçambique, pelas bolanhas da Guiné.

No segundo capítulo percorre-se o teatro de operações da Guiné através de uma descrição das principais características que o compunham. Paralelamente, destacam-se as personalidades de Amílcar Cabral⁴ e António de Spínola, através de uma abordagem aos movimentos independentistas e presença militar portuguesa.

No terceiro capítulo descreve-se o percurso dos caçadores pára-quedistas desde a sua origem, na metrópole, até ao teatro de operações, na Guiné. No palco, não esquecemos o suor colocado à prova nas várias missões e algumas das vezes cobrado com o sacrifício da própria vida.

Na discussão de resultados procede-se à análise dos capítulos antecedentes, de onde se extrai um conjunto de ilações que reflectem a actuação do Governador e Comandante-Chefe da Guiné e das tropas pára-quedistas, tendo em consideração a relação que existia entre ambos, as suas modalidades e o contexto militar e político que se vivia. Conjuntamente, procura-se reflectir quanto às causas do prolongamento das operações muito além do que era militarmente racional.

Na conclusão, sintetizam-se as linhas que permitem atingir uma visão geral de todo o trabalho.

⁴ Ver anexo B – Amílcar Cabral

CAPÍTULO 1

AS GUERRAS DE ÁFRICA

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O Acto Colonial aprovado a 08 de Julho de 1930 pelo Decreto n.º 18 570 foi o primeiro documento constitucional relativo às colónias portuguesas. Para que se possa compreender o que deu origem à luta pela libertação dos povos africanos importa definir os conceitos de colonização e colonialismo. De acordo com Silva Rego *in* Ferreira (2009: 324) colonização é o “conjunto de relações entre dois povos, um mais desenvolvido que o outro”. Por sua vez, o colonialismo é entendido como a “exploração de um povo por outro povo” (Ferreira, 2006: ¶ 5). Com peculiaridade neste último conceito o vigésimo artigo do Acto Colonial estipula que “o Estado somente pode compelir os indígenas ao trabalho em obras públicas de interesse geral da colectividade, em ocupações cujos resultados lhes pertençam, em execução de decisões judiciais de carácter penal ou para cumprimento de obrigações fiscais” (Diário do Governo, 1930: 1310). Por outras palavras, assistimos a uma reintrodução do trabalho semi-escravo nos domínios ultramarinos, cujos principais beneficiários são as companhias⁵.

Com o fim da segunda Guerra Mundial e a vaga anticolonialista que se lhe segue, o sistema colonial português passou a ser abertamente criticado pela opinião pública e organismos internacionais. Por isso, o Governo Português efectua uma revisão do ordenamento jurídico pela Lei n.º 2 048 de 11 de Junho de 1951, relativa aos seus territórios ultramarinos. Para além de reforçar o carácter unitário declara um princípio integracionista e paritário, em que todos os territórios são solidários entre si e a metrópole e constituem a Nação a igual título. Os conceitos de império e de colónia são abandonados, passando os territórios a designar-se por províncias e o ministério das colónias por ministério do ultramar. Desta forma, o Governo procurou subtrair-se às disposições da Carta das Nações Unidas (em vigor desde 24 de Outubro de 1945) que estipulavam a responsabilidade e os deveres das potências coloniais para com os territórios dependentes. Na sua admissão à Organização das Nações Unidas (ONU)⁶, a 14 de Dezembro de 1955, o Secretário-Geral da ONU “endereçou ao Governo de Lisboa uma missiva onde perguntava, ao abrigo do artigo 73.º da Carta, se o nosso país possuía territórios não autónomos” (Ferreira, 2009: 44). A resposta foi negativa baseando-se no pressuposto constitucional. Implicitamente, conforme Ferreira (2009: 44), “fazia-se ver à Assembleia-Geral que o Governo de Lisboa não aceitava

⁵ Outra forma de utilização da população africana como meio de exploração para a metrópole era a exportação de mão-de-obra para outros países.

⁶ A nível político, para além ONU, surge a 25 de Maio de 1963 a reforçar o estatuto internacional dos movimentos independentes a Organização de Unidade Africana (OUA), com o objectivo de promover a unidade e solidariedade entre os Estados africanos.

qualquer ingerência neste assunto”, mostrando-se indiferente aos apelos e exigências internacionais. Não entendeu assim a ONU que considerava que o ultramar português era formado por colónias e chamou a si o direito de determinar o estatuto desses territórios⁷.

Por outro lado, através do Decreto-Lei n.º 39 666 de 20 de Maio de 1954 o Governo Português promulga o Estatuto dos Indígenas Portugueses, estabelecendo-se aqui a prova mais evidente de uma segregação racial entre indivíduos metropolitanos – “civilizados” – e indígenas. Em 1956 o Diploma Legislativo n.º 2 797 de 31 de Dezembro aprova o Regulamento ao Código do Trabalho dos Indígenas e confirma que todo o sistema de exploração económica assenta no trabalho indígena. As precárias condições de trabalho que algumas das empresas deram aos seus indígenas estiveram na origem de vários movimentos manifestantes, que a partir dos anos 60 ganharam outra dimensão⁸.

A formação de dois blocos opostos, que tinham como objectivo a hegemonia mundial, foi, também, um factor impulsionador do domínio colonial, pois os territórios começaram a ser fortemente postos em causa⁹, formando-se um vasto movimento ideológico e político com o intuito de obter a independência daqueles territórios. À medida que evoluíam, a formação destes movimentos e a conseqüente luta armada deixou de ter um cariz somente nacional para passar a ter uma amplitude internacional. Como causas, salientamos: a presença das grandes potências, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A primeira por complexos históricos (eles próprios tinham sido uma colónia) e por motivos de natureza económica e política. A segunda por razões ideológicas e também económicas com vista à expansão e imposição da sua doutrina comunista. Por outro lado, ambos tinham interesse em dominar regiões geográficas que dispunham de pontos com grande importância estratégica, para aí instalarem as suas bases militares, proporcionando-lhes o controlo das linhas de comunicação marítima e aérea ou, ainda para lhes permitir condicionar a acção política dos governos dos países onde essas bases fossem construídas; a presença de elites nas sociedades das metrópoles que adquiriram o conhecimento político e tecnológico; e, as promessas de libertação feitas pelos países colonizadores aos indígenas que prestaram contributo na II Guerra Mundial.

Baseadas em acções pacíficas (Índia; Malásia) ou incidindo na violência através da formação de grupos armados (Argélia; Indochina), as independências foram-se sucedendo

⁷ Ver apêndice B – Portugal e a Guerra de África: Enquadramento internacional e situação política nacional.

⁸ Considera-se que (no interior dos territórios) a existência de algumas empresas (pertença dos colonizadores) que “abusavam” dos indígenas foi um factor influenciador da luta pela libertação dos povos africanos. O Decreto-Lei n.º 44 309 de 27 de Abril de 1962 aprova um novo Código do Trabalho Rural, que suprime o Estatuto dos Indígenas Portugueses e o Regulamento ao Código do Trabalho dos Indígenas. Esta alteração prova que o Governo Português reconhece a incoerência da legislação que vigorava até à data.

⁹ Conforme o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) (1973) “os territórios portugueses extraordinariamente bem situados nesse continente viram a sua importância consideravelmente aumentar depois da crise do Suez, por dominarem as rotas comerciais e do petróleo do Índico e do Atlântico, essenciais à economia e bem-estar do mundo ocidental”.

no Oriente e em África¹⁰. Para fazer face aos acontecimentos, os países colonizadores e colonizados iniciaram uma incessante procura de soluções¹¹.

A descolonização portuguesa vai resultar do desacordo entre o Governo Português e as partes – órgãos internacionais e movimentos independentistas. Impõe-se considerar acções de colonialismo por parte das empresas dos colonizadores, o que explica, conjugado e para além das influências externas que surgiram a adesão das populações às revoltas.

1.2 A PREPARAÇÃO DE PORTUGAL PARA A GUERRA

Embora não propriamente ligado à guerra subversiva/revolucionária¹² – definições que adoptámos para a realização deste tema –, a entrada de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (4 de Abril de 1949) foi um marco fundamental na mudança da doutrina portuguesa através de multifacetadas modificações nas Forças Armadas e na política de defesa. Em 1958, através dos Decretos-Lei n.º 41 559 e n.º 41 577 de 15 de Março e 2 de Abril, respectivamente, tomam-se providências no que respeita à organização, recrutamento e instrução das forças terrestres ultramarinas, bem como à constituição e armamento das suas unidades e formações e procede-se a uma reorganização militar nas províncias, de forma a aproveitar os recursos humanos.

Simultaneamente, e atendendo a que muitos dos princípios de uma guerra subversiva haviam sido já aplicados por outros exércitos, sucedem-se em Portugal – Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) e Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) – e no estrangeiro – Argélia, Bélgica, Espanha, Estados Unidos da América, França e Reino Unido – palestras, conferências, estágios e cursos. O conhecimento adquirido pelos oficiais portugueses resultou na elaboração de um manual de doutrina da guerra subversiva.

Embora grande parte do esforço da guerra tenha recaído sobre o Exército, a Marinha e a Força Aérea também adequaram os meios e a forma de actuar à situação. Nesta feição “durante toda a década de 1950, procedeu-se na Armada a uma remodelação extensa, tanto em navios, como em métodos de instrução e táctica naval, como ainda na organização e nas infra-estruturas em terra” (Ferreira, 2009: 140). A Força Aérea implantou-se em África, com prioridade para Angola, onde efectivou a construção de infra-estruturas. Atendendo ao Decreto-Lei n.º 42 074 de 31 de Dezembro de 1958, o território nacional foi dividido em três regiões aéreas: a primeira englobava o Continente Português, Açores, Madeira, Cabo Verde e Guiné; à segunda pertenciam as províncias de Angola e São Tomé e Príncipe; a terceira estendia-se a Moçambique, Índia, Timor e Macau. Paralelamente dá-se início a uma instrução adequada à guerra de contra-guerrilha¹³.

¹⁰ Ver anexo C – A evolução política de África.

¹¹ Ver apêndice C – De Bandung às Conferências Pan-Africanas.

¹² Ver apêndice D – A guerra.

¹³ Ver apêndice E – O preparo das Forças Armadas.

1.3 A EVOLUÇÃO DA GUERRA

Com a maioria das forças concentradas na Europa devido aos compromissos com a OTAN, Portugal mobilizou em 1961, de acordo com a CECA, 49 422 efectivos para o ultramar, atingindo em 1974 um total de 149 090 militares nas três frentes¹⁴. Um número que ainda assim era pequeno para fazer face às forças de guerrilha que se encontravam dispersas pelo terreno e que transformavam a surpresa numa arma devastadora, desgastante e desmoralizadora.

No teatro de operações as forças portuguesas foram aplicadas em acções de quadrícula, intervenção e de apoio logístico. “As unidades em quadrícula, a quem era atribuída uma área de operações, tentavam controlar o território que lhes fora atribuído, bem como as populações que neles habitavam. Promoviam acções de afirmação de soberania e outras de índole socioeconómica, em proveito das populações, negando ao inimigo o uso do território e o controlo da população. As unidades de intervenção exerciam acções de perseguição, de destruição e de expulsão de grupos inimigos. As unidades de apoio logístico exerciam as suas acções nas respectivas zonas de guerra ou nos agrupamentos entretanto formados no dispositivo de guerra” (Ferreira, 2009: 225-226).

Numa missão de contra-guerrilha desenvolviam-se acções de patrulhamentos nas potenciais zonas de refúgio, patrulhas de itinerários (que frequentemente ocorriam em simultâneo com acções de escolta a colunas de reabastecimento), contactos com as populações para apoio sanitário, social e psicológico, bem como acções de protecção a obras de engenharia e a pontos sensíveis. Com menos frequência, eram conduzidas acções de carácter ofensivo tais como emboscadas, golpes de mão, rusgas a povoações e operações de grande envergadura destinadas a expulsar os guerrilheiros das suas zonas de refúgio. No oposto, a actuação do inimigo caracterizava-se, de um modo geral, por colocação de engenhos explosivos em itinerários, emboscadas a colunas motorizadas, flagelação de instalações militares, acções de intimidação da população com o intuito de obter apoio fugindo assim ao controlo das autoridades e organização de acções de ataque (raras) a aquartelamentos das forças portuguesas.

Apesar dos inúmeros grupos revolucionários formados nas três províncias ultramarinas, relevamos como principais movimentos independentistas a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), frequentemente referenciada como União das Populações de Angola (UPA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA); o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC); e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

¹⁴ Ver anexo D – Os efectivos das Forças Armadas.

CAPÍTULO 2

O TEATRO DE OPERAÇÕES

2.1 GUINÉ

2.1.1 MEIO FÍSICO

O território do Guiné encontra-se situado na costa ocidental de África, com o Senegal a Norte, a República da Guiné (Conacri) a Este e a Sul, e o Oceano Atlântico a Oeste¹⁵. A capital é Bissau. O seu território apresenta uma superfície de 36 125 km² – uma parte continental com uma área de 34 625 km² e outra insular de 1 500 km² constituída pelo arquipélago dos Bijagós – contudo, devido à acção das marés¹⁶ que afectam 20 por cento do país, apenas permanecem acima da linha média das marés-altas 28 000 km². Realçamos uma vasta rede hidrográfica¹⁷ e um clima tropical quente e húmido, com temperaturas que atingem o seu valor máximo entre Maio e Outubro, próximo de 50° C, e o seu valor mínimo entre Dezembro e Agosto, próximo de 15° C, e uma pluviosidade média que ronda os 2 500 mm. “Existem duas estações anuais, a seca, entre Novembro e Maio, e a das chuvas, de Junho a Outubro” (Policarpo, 2010: 35).

2.1.2 MEIO HUMANO

Repartidos por dois grandes agrupamentos étnicos, o dos Paleo-Sudaneses e o dos Neo-Sudaneses¹⁸, contabilizavam-se na Guiné, segundo o censo de 1960, 525 437 habitantes, o que correspondia a uma densidade populacional de 15 hab/km² (18 hab/km² nos 28 000 km² que estão permanentemente emersos)¹⁹. A par do português (língua oficial), expresso pelos mais escolarizados, e do “crioulo” (língua franca), expresso pela maioria da população²⁰ para comunicar com todos os outros nativos, falam-se cerca de 20 outras línguas que “estão divididas em dois grupos: o Mandé e o Oeste Atlântico” (Jacinto & Rodrigues, 1987: 59)²¹.

¹⁵ Ver anexo E – Mapa ilustrativo do território da Guiné.

¹⁶ Ver anexo F – A influência das marés.

¹⁷ O território é recortado por rios que na sua maioria estão profundamente envolvidos nas águas do mar, fazendo-se sentir as marés bem longe no interior do país. Os principais rios são: o Cacheu, o Geba, o Corubal, o Tombali, o Cumbijã e o Cacine.

¹⁸ Ver apêndice F – Carta da distribuição étnica da Guiné.

¹⁹ Ver apêndice G – Repartição populacional da Guiné segundo o censo de 1960.

²⁰ De acordo com Jacinto & Rodrigues (1987: 59) 85% da população era analfabeta. Dos 15% alfabetizados, apenas 2% tinha o segundo ciclo ou equivalente e 0,5% frequentava cursos superiores.

²¹ Ver apêndice H – Carta de Línguas e Dialectos da Guiné.

Relativamente às crenças religiosas destacamos uma multiplicidade dividida entre católicos, animistas, islamitas e outros.

2.1.3 MEIO ECONÓMICO, POLÍTICO E ADMINISTRATIVO

As actividades económicas na Guiné assentam essencialmente na agricultura, pecuária, pesca, indústria e comércio. Na agricultura como produções mais importantes enumeramos: mandioca; caju; amendoim; arroz; óleo de palma; coconote; manga; papaia. Na pecuária destacamos a produção de gado bovino, caprino, suíno e ovino. Na pesca, dada a riqueza piscícola, salientamos o contributo que esta proporcionava na alimentação das populações locais dado que a tonelagem de pescado conseguida anualmente não era significativa para exportação. Com uma actividade industrial reduzida, limitando-se ao descasque do arroz e do amendoim e ao fabrico de óleos vegetais, relevamos a exploração, serração e exportação de madeiras. No respeitante ao comércio assistimos a uma vasta colectânea de produtos importados de onde se destacam “os tecidos, as viaturas automóveis e maquinaria diversa, algumas matérias-primas e géneros alimentícios” (CECA, 1989: 33). Como principais produtos exportados focamos o amendoim e o coconote. As principais casas comerciais eram: Casa Gouveia, uma empresa pertença à Companhia de União Fabril (CUF); Nosoco; Eduardo Guedes; Ultramarina e Barbosas & Comandita; e outras de menor dimensão.

Quanto às estruturas políticas e administrativas, a Guiné, “era uma província ultramarina de governo simples e estava dividida em nove concelhos (Bissau, Bolama, Cacheu, Mansoa, Bissorã, Farim, Catió, Bafatá, e Gabú) e três circunscrições (Bijagós, Fulacunda e São Domingos)” (Afonso & Gomes, 2000: 90-92). A sede do governo, os comandos militares, os estabelecimentos de ensino (liceu e escola técnica e comercial), o porto, o aeroporto e as principais actividades económicas localizavam-se em Bissau.

2.1.4 COMUNICAÇÕES

Pela sua natureza orográfica os transportes marítimos e fluviais constituíam o principal meio de comunicação entre as diversas partes do território.

Contrastando com as dezenas de pistas de terra batida para aviões ligeiros e helicópteros, situado em Bissalanca (a 8 km de Bissau) existia um aeroporto de pista asfaltada, preparado para receber aviões de longo curso. As ligações aéreas entre Portugal e Guiné eram asseguradas pelos Transportes Aéreos Portugueses (TAP)²², e as ligações internas pelos Transportes Aéreos da Guiné Portuguesa (TAGP). Por outro lado, os navios

²² “Os aviões faziam escala nas Canárias, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola” (J. M. Calheiros, comunicação pessoal, 23 de Junho de 2011).

do grupo CUF asseguravam o transporte de cargas, mercadorias e pessoal, onde se incluíam as forças militares.

Assegurando as necessidades básicas de telecomunicações civis e militares, existiam três centrais telefónicas (Bissau, Bolama e Bafatá) que permitiam, com algumas limitações, a ligação rádio e telefónica a todos os concelhos e circunscrições.

Nos meios de comunicação social destacamos a edição diária do jornal “O Arauto” e uma emissora oficial de rádio em Bissau.

2.2 O MOVIMENTO INDEPENDENTISTA

Uma das consequências directas da realização da conferência de Bandung (1955) foi a criação de diversos grupos revolucionários. Na Guiné o PAIGC²³ sobrepôs-se a outros movimentos criados sob o auspício de Dacar e da Guiné-Conacri, sendo o único a assumir uma actividade militar efectiva²⁴. A direcção do partido²⁵ era “coadjuvada por um comité central de seis membros. Para a sua estruturação dentro do território, dividiu-se em três inter-regiões²⁶: a inter-região Norte, a do Sul e a do Leste, subdivididas em regiões” (Garcia, 2000: 101). A organização política, administrativa e militar eram iguais em todas as regiões.

Em 1962, o PAIGC contava com uma organização apreciável onde era nítida a articulação entre as acções políticas e militares. Nesse ano foi elaborado um plano de actuação e organização militar que definia o esquema geral de uma estrutura militar. Este previa como unidades primárias “dois tipos diferentes de grupos armados de guerrilha: de área (territoriais) e móveis (de intervenção)” (Afonso & Gomes, 2000: 158).

Em 1963, partindo das unidades de que já dispunha e da influência de alguns quadros recém-formados na China Popular, o PAIGC reestruturou a sua guerrilha, criando um Exército Popular (EP) que passou a constituir as Forças Armadas Revolucionárias Populares (FARP) e uma Milícia Popular que, continuando a depender dos órgãos político-administrativos ficou encarregada da vigilância das áreas ditas libertadas. Formalmente, estes novos órgãos foram apresentados no cumprimento das resoluções do primeiro congresso do PAIGC em Fevereiro de 1964. Neste mesmo congresso foi criado, na cúpula do partido, um Conselho de Guerra directamente dirigido pelo Secretário-Geral que funcionaria como Estado-Maior (EM).

²³ “Na Guiné, o único movimento credível era o PAIGC, que começou em 1962 a pôr em campo uma força que, em 1973, era constituída por 5 000 tropas regulares e 1 500 milícias populares” (Cann, 1998: 27).

²⁴ Ver apêndice I – PAIGC: Da fundação ao início da guerra.

²⁵ “Constituída pelo Presidente Rafael Barbosa, Secretário-Geral Amílcar Cabral e Secretário-Adjunto Aristides Pereira” (Garcia, 2000: 101)

²⁶ Para simplificar as operações, quer os comandos militares portugueses, quer o PAIGC dividiram o território em zonas de operações que obedeceram à compartimentação do terreno, tendo igualmente em consideração as importantes clivagens étnicas e religiosas dos grupos humanos da Guiné e os apoios que os países vizinhos deram à luta militar.

Com o território dividido em três inter-regiões, o PAIGC estabeleceu em cada uma delas um comando militar único que controlava e coordenava as acções nas áreas por que era responsável. A inter-região Leste nunca chegou a ser activada. Em 1965, os “comandos militares únicos das inter-regiões passaram a designar-se comandos gerais do Norte e do Sul e, em 1966, comandos de frente, mantendo-se assim até ao final da guerra” (Afonso & Gomes, 2000: 159). Atendendo ao avanço político que se fazia sentir, em 1969 o PAIGC evoluiu para uma nova divisão administrativa e militar, criando a “Comissão Nacional das Regiões Libertadas e, militarmente, o território foi dividido pelo rio Geba nas frentes Norte e Sul, e estas em sectores ou zonas” (Afonso & Gomes, 2000: 159).

As unidades do PAIGC estavam agrupadas em infantaria, artilharia e grupos especiais, sendo o bigrupo a unidade base do combate. Possuidor de uma composição extremamente flexível com cerca de meia centena de elementos armados e grande poder de fogo, estes encontravam-se perfeitamente adaptados às características da guerra. A sua instrução era ministrada durante dois meses e “incluía formação política elementar, utilização do armamento e técnica elementar de guerrilha; o resto aprendia-se lutando” (Mira Vaz, 2003: 16).

Em 1971 o PAIGC reestrutura novamente as suas Forças Armadas, que passaram a designar-se Forças Armadas Nacionalistas (FAN) e tinham como função conduzir a luta armada em todo o território. Deste novo modelo surge a Marinha Nacional Popular (MP) com unidades navais e corpo de fuzileiros preparada para lutar nos mares e rios da Guiné e Cabo Verde que, em paralelo com o EP passaram a designar-se por Exército Nacional Popular, e as Forças Armadas Locais (FAL), que substituíram e integraram as milícias populares²⁷. Nas zonas libertadas as FAL constituíam as Forças Armadas das Regiões Libertadas (FARL)²⁸, que tinham como missão “apoiar os serviços de segurança e de trabalho político; defender as regiões libertadas; guardar as instituições sociais do partido (hospitais, escolas, armazéns, etc.); participar nas acções militares ao lado do Exército Popular e ajudar as populações nos trabalhos agrícolas e de reconstrução” (Afonso & Gomes, 2000: 160).

2.3 A CAMINHADA PARA A INDEPENDÊNCIA E A ACÇÃO DE CONTRA-GUERRILHA

As hostilidades que opuseram durante nove anos as forças portuguesas aos grupos de guerrilheiros tiveram início a 23 de Janeiro de 1963 com um ataque armado à guarnição portuguesa de Tite (a sul do rio Geba), por parte do PAIGC que dispunha de uma

²⁷ Ver anexo G – A organização do PAIGC.

²⁸ “Era nas FARL que se integravam os destacamentos femininos, cada um constituído por dezoito membros e comandado por um homem com experiência militar, tendo como adjunto uma mulher” (Afonso & Gomes, 2000: 160).

organização e treino militar que evidenciava ser muito superior à do MPLA e um potencial de fogo equivalente, se não superior, ao das nossas forças²⁹. Factos possíveis com os diversos apoios externos que surgiram e que permitiram aos movimentos independentistas “alimentar” o esforço de guerra, “fornecendo-lhes auxílio político e material, promovendo reuniões, conferências, encontros, patrocinando a impressão de artigos, publicações periódicas, etc.” (Garcia, 2000: 113). Neste sentido, verificamos desde muito cedo a presença da URSS e dos EUA em África. Porém, destacamos o apoio de Organizações Internacionais (ONU; OUA) que concederam aos movimentos a necessária internacionalização política; o apoio bilateral de países que desenvolveu o vector bélico em termos de cursos, especializações e formação de quadros militares (Alemanha Democrática; Argélia; China Popular; Cuba; Egipto; Gana; Guiné-Conacri; Jugoslávia; Líbia; Marrocos; Senegal; URSS) e civis (URSS; Checoslováquia; Alemanha Democrática; China Popular; Bulgária; Hungria; Cuba; Tunísia), bem como através de formação política (China Popular; URSS) e apoio humanitário, económico e material (Dinamarca; Finlândia; Itália; Noruega); e o apoio de Organizações Não Governamentais (ONG)³⁰ que auxiliaram financeiramente.

Com o aumento progressivo das acções de guerrilha o comandante militar das forças portuguesas, Brigadeiro Louro de Sousa, em 1963, “comunicou ao Governo de Lisboa as enormes dificuldades que sentia em sustentar a ofensiva rebelde com os meios humanos e materiais à sua disposição, sugerindo mesmo que a batalha quase se podia considerar perdida” (Policarpo, 2010: 54). Como resposta o Governo providenciou o reforço de meios militares (humanos e materiais) e, na região do Como, “considerada importante pelo comando militar português porque constituía uma base a partir da qual as forças da guerrilha podiam flagelar o território do continente e dificultar a navegação para o sul da Guiné” (Afonso & Gomes, 2010: 224), realizou de 14 de Janeiro a 24 de Março de 1964, a Operação “Tridente”³¹. Face ao insucesso obtido, os comandos militares e o Governo acentuaram a convicção de que a situação operacional “continuava a fugir ao controlo, temendo-se mesmo que, se o PAIGC aumentasse os efectivos, intensificasse a luta e diversificasse os alvos, poderia infligir pesada derrota” (Policarpo, 2010: 57) às forças portuguesas. Perante o agravamento da situação, em 1964, o Governo Português

²⁹ Ver apêndice J – O armamento e equipamento do PAIGC.

³⁰ As ONG que apoiaram os movimentos independentistas foram inúmeras, pelo que apenas referimos aquelas com maior implantação no terreno. Nos EUA destacamos o “*National Council of Churches of Christ*”; em Inglaterra o “*Movement for Colonial Freedom*”, o “*International Defense and Air Fund*”, o “*Comité de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau*”, o “*Anti-Apartheid Movement*”, o “*Movement For Colonial Freedom*”; na Holanda a “*Fundação Evert Vemer*”, o “*Grupo de Acção para a África Austral*”, o “*Movimento Holandês Anti-Apartheid*”; em Itália o “*Movimento Liberazione e Sviluppo*”, o “*Movimento per il Terzo Mondo*”.

³¹ Em termos conceptuais tratou-se de uma operação combinada de forças do Exército, Marinha e Força Aérea, que realizaram uma ofensiva convencional contra um objectivo determinado – a Ilha do Como. Tinha como finalidade ocupar as três ilhas que constituem a região do Como: Caiar, Como e Catungo as quais, desde 1963, estavam controladas pelos guerrilheiros do PAIGC. Saldou-se por um fracasso completo, já que as forças portuguesas não conseguiram desalojar o inimigo nem reconquistar a pequena ilha.

determinou a substituição do Governador da província e do Comandante-Chefe, optando pela concentração de poderes num só homem, o Brigadeiro Arnaldo Schultz³².

O ano de 1965 seria marcado pelo alastramento da guerra a Leste (Pirada, Canquelifá, Beli) e pelas primeiras acções na fronteira Norte, na região de São Domingos. Como resposta, “as forças portuguesas adoptaram um dispositivo clássico de divisão do território em três sectores – comandos de agrupamento, com sede em Mansoa, Bafatá e Bolama” (Afonso & Gomes, 2000: 101). Partilhando da mesma opinião, Afonso & Gomes (2000: 102) e Rodrigues (2010: 95) sublinham que as Forças Armadas conduziram uma guerra defensiva assente no vector da acção militar, ou seja, inclinada para a manutenção de posições no terreno, limitando-se, de forma geral, a reagir às acções do PAIGC. Ambos consideram que foi uma época de grande desgaste para as forças portuguesas dado que o PAIGC além da iniciativa “gozava de grande liberdade de acção, principalmente no campo do recrutamento de combatentes e militantes, de implantação de estruturas militares e administrativas no interior do território e de controlo sobre as populações” (Afonso & Gomes, 2000: 102)³³.

Genericamente, até 1968 “a acção militar portuguesa resumiu-se a suportar os embates hostis, a distribuir pelo território as novas unidades chegadas da metrópole para reforço do efectivo e atribuir-lhes missões de patrulhamento e vigilância – não as dotando, todavia, de meios mínimos para a recolha de informações e de aliciamento das populações” (Policarpo, 2010: 60). Por outro lado, este conceito de distribuição permitia que todo o território estivesse teoricamente protegido por unidades militares, conferindo ao dispositivo uma “característica de quadrícula em que a missão principal era percorrer o sector da Unidade, procurando evitar que o inimigo o utilizasse para desenvolver uma das suas várias actividades operacionais. Este sistema de actuação era designado por sistema de operações e missões de quadrícula” (Policarpo, 2010: 61-62).

Em 1968 o Governo da República Portuguesa voltou a reajustar a sua estratégia de defesa. Pelo Ministro da Defesa Nacional, Manuel Gomes de Araújo³⁴, foi atribuído “ao Governador da província da Guiné, Brigadeiro António Sebastião Ribeiro de Spínola, as prerrogativas de comando unificado, com a designação de Comandante-Chefe, em substituição do General Arnaldo Schultz por ter terminado o período da sua comissão” (Portaria de 20 de Maio de 1968). De acordo com a Referência n.º 13 612 emitida a 29 de Maio de 1968, o Brigadeiro Spínola tomou posse do cargo de Governador da província da Guiné a 20 de Maio.

³² Ver anexo H – Arnaldo Schultz.

³³ Ver apêndice K – A par da luta armada.

³⁴ Ver anexo I – Manuel Gomes de Araújo.

Com uma situação militar dominada pelo PAIGC nas três frentes de combate³⁵, Spínola “definiu uma nova estratégia de contenção do adversário, desdobrada em duas áreas complementares de acção, a desenvolver em simultâneo: a área de intervenção operacional e a área de intervenção política” (Policarpo, 2010: 65)³⁶. Fazendo jus à célebre frase de que “a guerra é a continuação da política por outros meios” (Clausewitz *apud* Ribeiro, 2008: 155) e assumindo total e exclusiva responsabilidade pela orientação político-militar, pediu, tão só, ao alto comando reunido que “em vez de alimentarem a ilusão de vencerem aquela guerra trabalhassem antes com todo o seu saber e dedicação para evitarem, pelo prazo mais longo possível, a derrota humilhante, e assim dar ao Governo tempo e espaço para encontrar a solução política adequada” (Policarpo, 2010: 66). Neste campo (da política) salientamos a sua actuação junto das populações e a procura de uma solução negociada. Spínola põe em prática um projecto de conquista dos corações e das mentes da população³⁷ criando congressos do povo³⁸ e lançando campanhas de acção social que se desenvolvem ao lado da guerra com o objectivo de atrair a população, criando-lhe melhores condições de vida. Surgem novos aldeamentos com razoáveis condições de habitabilidade (casas com tijolos de barro e telhados de zinco), são instituídos pontos de recolha de água potável, estabelecidas campanhas de vacinação de gado e criados postos escolares e redes de assistência sanitária sediadas nas unidades militares³⁹. Com o conhecimento e autorização do Governo Português procura ser o principal intermediário, cuja estratégia assentava numa solução negociada.

A nível militar destacamos uma crescente africanização do conflito, com a formação de unidades de recrutamento local e um novo conceito operacional. Como primeira alteração o Comandante-Chefe remodelou “os postos mais elevados da estrutura militar e civil” (Policarpo, 2010: 66), substituindo-os por pessoas da sua confiança. Seguidamente, ordenou a retirada das unidades de quadrícula, que se encontravam em zonas consideradas controladas pela guerrilha e o seu deslocamento para reforçar áreas sob nosso controlo em

³⁵ Na frente sul grande parte do território já se encontrava ocupado, com excepção de alguns aquartelamentos isolados e com dificuldade de receberem abastecimentos regulares; Na frente Leste, era dada como certa a preparação de uma grande ofensiva para conquistar Nova Lamego e cortar as comunicações a partir do Xime, terminal fluvial do Geba; Na frente Norte, os guerrilheiros aumentaram a presença e a pressão, tudo indicando ser aí que aplicavam o esforço principal.

³⁶ Spínola convocou todos os oficiais dos três ramos das forças armadas presentes no teatro de operações e revelou a sua linha orientadora segundo a qual “uma guerra subversiva não se ganhava militarmente, mas apenas e só no campo político, com iniciativas levadas a cabo pelo Governo de Lisboa” (Policarpo, 2010: 66).

³⁷ Ver anexo J – “Uma Guiné Melhor”.

³⁸ Os congressos do povo visavam a implantação da participação do povo guineense na administração da província e permitiam: promover a dignificação dos povos e das suas culturas tradicionais; informar o Governo dos seus próprios erros e dos cometidos pelos seus agentes e ainda, dos atritos da lei portuguesa com o direito tradicional dos povos; auscultar as insatisfações, os desejos e os anseios das populações nativas e procurar entender os mecanismos que as motivavam.

³⁹ “Quando o médico local não conseguia solucionar um determinado problema era chamado um helicóptero que evacuava o paciente para a unidade hospitalar de Bissau” (C. M. Avelar de Sousa, comunicação pessoal, 20 de Julho de 2011).

todas as frentes, com especial incidência na frente Norte⁴⁰. Sobre a sua directa dependência estabeleceu uma força de intervenção, pronta para operar em qualquer ponto do território, constituída por unidades de pára-quedistas, comandos, fuzileiros e unidades de caçadores retiradas das missões de quadrícula. Abandonou ainda algumas guarnições de fronteira onde o interesse estratégico e tático era discutível, mantendo porém outras como Guidage, Canquelifá e Gadamael-Porto, consideradas vitais e cuja manutenção impedia o PAIGC de proclamar vitória.

No ano de 1970 perante uma capacidade ofensiva extremamente reforçada, garantida pelo apoio que o Presidente da República da Guiné vinha dando ao PAIGC e que criava enormes dificuldades às forças portuguesas, o Governo Português concedeu autorização para o lançamento de uma operação⁴¹ no território da Guiné-Conacri. De acordo com Rodrigues (2010: 145) os objectivos eram: promover, em colaboração com a *Front de Libération National Guinéen* (FLNG), o derrube e eventual assassinio de Ahmed Sékou Touré; capturar o líder do PAIGC, Amílcar Cabral, trazendo-o para a Guiné-Bissau; libertar os prisioneiros portugueses detidos na Guiné-Conacri; destruir instalações e embarcações marítimas do PAIGC, bem como um conjunto de aviões *Mikoyan-Gurevich* (*MiG*) soviéticos. Caso a operação tivesse tido sucesso “a guerra da Guiné poderia ter sido ganha sob o ponto de vista militar” (Spínola *apud* Rodrigues, 2010: 145). Procurando tirar ensinamentos desta acção das tropas portuguesas e, ainda, rever as estruturas do partido para o melhor adaptar à situação do momento, Amílcar Cabral convocou todos os dirigentes e responsáveis do PAIGC para um encontro em Boké. Desta “reunião iria sair a decisão de alargar os órgãos dirigentes do partido, tornando-o num «Partido-Estado»” (Jacinto & Rodrigues, 1987: 83). Deste modo “o PAIGC deixava de ser apenas a força política dirigente da luta armada, para passar também a tratar de questões de segurança das populações, das escolas, hospitais e administração pública das áreas consideradas libertadas pelo PAIGC, substituindo nessas funções o Estado Português” (Jacinto & Rodrigues, 1987: 84). Substituindo o Comité Central surge o Conselho Superior da Luta, que inclui os membros do Conselho de Guerra, os dirigentes destacados para trabalharem directamente com o Secretário-Geral, os Comités Nacionais das Repúblicas libertadas do Norte e do Sul e os comandos das três frentes. No seio deste Conselho encontrava-se o Comité Executivo da Luta com uma comissão permanente, formada por Amílcar Cabral, Aristides Pereira e Luís Cabral.

⁴⁰ “Das três frentes em actividade, Spínola começou por dar especial atenção à frente Norte, tentando evitar o cerco a Bissau. Seguidamente, concentrou-se na frente Leste, procurando estancar a infiltração dos rebeldes por aquele segmento da fronteira. A frente Sul encontrava-se bastante recuada, em virtude das bem sucedidas ofensivas do PAIGC na fase inicial” (Policarpo, 2010: 68).

⁴¹ A Operação “Mar Verde” desencadeada na noite de 21 para 22 de Novembro de 1970, não alcançou a totalidade dos objectivos, pois aquando do ataque nem Sékou Touré, nem Amílcar Cabral se encontravam em Conacri. Foram no entanto libertados 26 prisioneiros de guerra portugueses e abatidos centenas de guerrilheiros do PAIGC e militares das forças regulares da República da Guiné.

No início de 1972 Amílcar Cabral dirige um convite à comissão de descolonização da ONU para que esta envie uma missão especial à Guiné, de modo a verificar a realidade nas áreas consideradas libertadas. Prontamente respondida, a missão reconheceu com base no relatório apresentado a 13 de Abril, o PAIGC como sendo o legítimo ocupante e único representante dos povos da Guiné e de Cabo Verde⁴². Além disso fez um apelo a todos os Estados, instituições especializadas e outros organismos das Nações Unidas, para que estes actuassem directamente ou em consulta à OUA no sentido de prestação de ajuda moral e material aos movimentos independentistas, a fim de estes poderem prosseguir a sua luta de recuperação do direito inalienável à autodeterminação e à independência. Na projecção internacional do conflito o PAIGC uniformizou sempre os seus guerrilheiros e tentou que lhes fosse aplicado “o conteúdo do Art.º 4.º da Convenção de Genebra relativa ao tratamento de prisioneiros de guerra” (Garcia, 2000: 109). Considerando estarem reunidas todas as condições para o nascimento de um novo Estado soberano, Amílcar Cabral pretendia, no entanto, que este fosse proclamado pelos representantes do povo. “O primeiro passo do processo foi dado com a eleição dos conselheiros regionais, directamente pelo povo. Depois de eleitos, estes reuniram-se para elegerem os deputados à Assembleia Nacional Popular” (Jacinto & Rodrigues, 1987: 85)⁴³.

Amílcar Cabral não chegaria a ver o seu sonho de independência nacional realizado, pois seria assassinado em Conacri, na noite de 20 de Janeiro de 1973. Segundo Mira Vaz (2003: 50), os responsáveis desta morte são elementos do seu próprio partido comandados por Inocêncio Kani, que tinha sido destituído das funções de comandante da Marinha do PAIGC⁴⁴. Partilhando da mesma opinião, Rodrigues (2010: 179) considera que as dissidências entre correntes opostas no PAIGC estiveram na origem da morte de Amílcar Cabral, pois este vinha sendo pressionado no sentido de uma aproximação ao Governo da província, com vista a um cessar-fogo. Mais de duas décadas depois deste acontecimento, Spínola, conforme Rodrigues (2010: 180) nos descreve, apesar de negar saber exactamente o que se passou, afirma que “no assassinio de Amílcar Cabral estiveram envolvidas as facções dissidentes do PAIGC, o Governo da República da Guiné, de Sékou Touré e elementos da Polícia Internacional e de Defesa do Estado/Direcção-Geral de Segurança (PIDE/DGS)” sendo estes últimos os principais responsáveis pelo facto de agirem às ordens do Governo central, sem qualquer ligação com o Governo da Guiné. Pareceres de outros

⁴² A missão decorreu entre os dias 31 de Março e 8 de Abril de 1972 e foi dirigida pelo Embaixador Sevilla Borja, do Equador. Dela faziam parte, entre outros, os diplomatas Folke Lofgren, da Suécia, e ainda, Kamel Belkhiria, da Tunísia. “Esta declaração seria confirmada a 14 de Novembro do mesmo ano pela Assembleia Geral da ONU” (Jacinto & Rodrigues, 1987: 85).

⁴³ “Cento e vinte conselheiros foram seleccionados para formarem o órgão legislativo supremo para a tarefa principal de proclamarem o Estado da Guiné e aprovarem a sua lei fundamental” (Jacinto & Rodrigues, 1987: 85).

⁴⁴ A liderança do partido foi assumida por Aristides Pereira aquando da realização do II Congresso do PAIGC que decorreu de 18 a 22 de Julho de 1973, em Fulamore (Madina do Boé Oriental). Após o 25 de Abril de 1974 este tornar-se-ia Presidente de Cabo Verde e, na sua sucessão, Luís Cabral tornar-se-ia Presidente da Guiné-Bissau.

autores e historiadores⁴⁵ apresentados por Rodrigues, endereçam a questão da morte de Cabral para aqueles que tirariam mais vantagens com o óbito. Neste sentido, todas as opiniões convergem para que no assassinato estivessem presentes elementos do próprio PAIGC, da PIDE/DGS⁴⁶ e das autoridades da Guiné-Conacri. Certo é que, após a sua morte, a guerra sofreu uma alteração profunda, agravando-se nas regiões de Guidage (Norte) e de Guilege/Gadamael-Porto (Sul)⁴⁷. Simultaneamente, a degradação da relação entre Marcello Caetano⁴⁸ e António de Spínola culminou com a substituição do Comandante-Chefe a 21 de Setembro de 1973, pelo General Bettencourt Rodrigues⁴⁹.

A proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau foi publicada em Dacar no dia 25 de Setembro de 1973 pelo PAIGC, revelando que “a primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, reunida a 23 e 24 de Setembro, nas regiões libertadas do Boé, proclamou no dia 24, às 09h55, a República da Guiné-Bissau” (Afonso & Gomes, 2010: 744). No respectivo texto é referida a existência “de uma estrutura estatal que funcionava com eficácia nas zonas libertadas e por outro lado, denunciava-se a ilegalidade da presença colonial portuguesa, ao mesmo tempo que se demarcavam as fronteiras e a superfície do Estado” (Garcia, 2000: 222).

A partir do dia 26 de Julho de 1974 é aprovada pelo Conselho de Estado a Lei 7/74 que reconhece o direito das colónias à autodeterminação e à independência, pelo que a partir daqui decorrem as negociações que conduzem ao estabelecimento do cessar-fogo.

O Estado da Guiné-Bissau só foi reconhecido por Portugal após os acordos de Argel que decorreram de 25 a 29 de Agosto de 1974. A nova República foi “admitida nas Nações Unidas a 17 de Setembro de 1974 e, por unanimidade, a 19 de Novembro de 1975, como 42.º Estado na OUA” (Garcia, 2000: 223)⁵⁰.

2.4 O DISPOSITIVO MILITAR PORTUGUÊS

Atendendo às características de uma guerra de guerrilha com os adversários inseridos na população e não no vulgar frente a frente de uma guerra convencional, surgiu como base, e até 1968, “a necessidade de dispor de um primeiro conjunto de forças dispersas por todo o território, destinadas a guarnecê-lo e a estabelecer e manter o contacto com os habitantes – as forças de quadrícula” (Afonso & Gomes, 2000: 148) – fixas e permanentes. Para sua aplicação procedeu-se à divisão do território em sectores de quadrícula que

⁴⁵ Manuel Monge; Otelo de Saraiva; Alpoim Calvão; Costa Gomes; Dalila Mateus; José Pedro Castanheira.

⁴⁶ Pelo Decreto-Lei n.º 49 401 de 24 de Novembro de 1969, é criada a DGS que engloba os serviços da PIDE, extinta pelo mesmo Decreto-Lei.

⁴⁷ “Pela primeira vez, os militares portugueses sentiram o desconforto de saber que poderiam não ser evacuados do campo de batalha ou que não teriam a presença de um *Fiat* ou de um helicóptero sobre as suas cabeças” (Afonso & Gomes, 2000: 103).

⁴⁸ Ver anexo K – Marcello Caetano

⁴⁹ Ver anexo L – José Manuel Bettencourt Conceição Rodrigues.

⁵⁰ Ver apêndice L – O desenvolvimento da subversão.

podiam corresponder à zona de acção de um batalhão. Contudo, o mais vulgar era dispor de um comando mais elevado, tal como comando de agrupamento ou de sector, este com órgãos de comando, unidades operacionais e unidades de apoio como artilharia, engenharia, transmissões e serviços⁵¹. Por sua vez, os sectores dividiam-se em áreas de acção/subsectores, onde os batalhões disseminavam as suas unidades tipo companhia, por vezes reforçadas ou diminuídas dos seus efectivos orgânicos consoante a situação. Apesar dos seus numerosos efectivos, as forças de quadrícula encontravam-se limitadas⁵². Uma companhia, por exemplo, dificilmente libertava diariamente mais do que um grupo de combate (trinta homens), o que era relativamente pouco para conduzir operações. Nas palavras de J.M. Calheiros (comunicação pessoal, 29 de Janeiro de 2011) “não tinham capacidade para efectuar operações porque se esgotavam na defesa do aquartelamento, do aldeamento e no controlo das populações que tinham que proteger”. Destacamos ainda o reabastecimento “que em muitos casos equivalia a uma grande operação – na época das chuvas tinham a adversidade das condições climáticas que lhes dificultava o movimento e na época seca tinham o inimigo à espera” (J.M. Calheiros, comunicação pessoal, 29 de Janeiro de 2011).

Para colmatar este défice, com o objectivo de conduzir acções ofensivas, surgem as forças de intervenção – comandos, pára-quedistas e fuzileiros, constituindo-se como reserva do Comandante-Chefe que atribuía directamente uma missão ou criava comandos específicos para o fazer. Inicialmente “empregues unidade a unidade, companhia a companhia mas, com o evoluir da guerra, passaram a ser utilizadas em escalões mais elevados – batalhões” (Afonso & Gomes, 2000: 149).

Com a entrada em funções do Brigadeiro Spínola (1968) a organização territorial sofreu uma profunda alteração: em primeiro o abandono de áreas com escassa população, como é o caso do Sudeste da Guiné (região de Madina do Boé); em segundo estabeleceu Comandos de Agrupamento Operacional (CAOP) e Comandos Operacionais (COP) de orgânica variável e transitórios, cuja finalidade era melhorar o controlo e a operacionalidade das forças, mantendo os batalhões na mesma em quadrícula. Nas palavras de J.M. Calheiros (comunicação pessoal, 29 de Janeiro de 2011) “quando uma determinada zona (sector) era mais pressionada o Comandante-Chefe retirava parte do efectivo de duas zonas distintas e constituía aí um COP, comandado por um oficial por si escolhido⁵³, com uma

⁵¹ O número de batalhões que constituíam um sector ou agrupamento era variável consoante a situação, assim como as unidades de apoio.

⁵² “Parte significativa dos efectivos das unidades de quadrícula, no mínimo um quarto, era empregue em funções de segurança da sua base, e outra parte realizava tarefas de apoio que garantiam a sobrevivência, reabastecimentos, transportes e manutenção, pelo que restava um efectivo diminuto disponível para manter o contacto com as populações ou para acções de combate” (Afonso & Gomes, 2000: 149).

⁵³ Com esta forma, a dependência operacional das companhias mudava, dado que “hoje podia pertencer a um COP e amanhã a outro COP” (J.M. Calheiros, comunicação pessoal, 29 de Janeiro de 2011). Salientamos por vezes a criação de litígios entre o comandante de batalhão e o comandante do COP para se saber quem mandava mais.

missão e zona de acção bem determinada por um período de tempo limitado”; por último, criou “zonas de intervenção do Comando-Chefe, áreas de domínio preponderante do PAIGC, onde apenas unidades especiais operavam com o apoio da Artilharia e da Força Aérea” (Lousada, Escorrega, & Menezes, 2011: 227)⁵⁴.

2.5 A PROCURA DA SOLUÇÃO NEGOCIADA

Após a sua nomeação a 02 de Maio de 1968 para os cargos a desempenhar na Guiné, o Brigadeiro António de Spínola manifestou o desejo de ser recebido pelo próprio Presidente do Conselho⁵⁵. Assim, em meados de Maio de 1968, Salazar e Spínola encontraram-se em São Bento para discutir os problemas do Ultramar. Em termos concretos, Spínola afirmava que a “unidade da Nação portuguesa não poderia ser imposta pela força das armas, devendo resultar da força da coesão emergente do reconhecimento das vantagens da união sobre os inconvenientes do separatismo” (Rodrigues, 2010: 86-87). Às Forças Armadas apenas competiria “garantir o espaço e o tempo necessários para que este processo se concretizasse” (Rodrigues, 2010: 87). Salazar tinha, porém, uma opinião contrária. Para o Presidente do Conselho, o mundo encontrava-se “varrido por uma tempestade oriunda do Leste” (Rodrigues, 2010:87) que iria ser solucionada, necessitando apenas de uma mão firme. Conforme Rodrigues (2010: 87) nos descreve, esta posição de Salazar serviu para justificar a política de aguentar a guerra até que os líderes mundiais compreendessem o verdadeiro alcance da política portuguesa.

No decorrer do encontro Spínola entregou um documento intitulado “alguns aspectos que condicionam a solução da presente situação na Guiné” (Rodrigues, 2010: 88), que considerava essencial para o êxito da sua missão. Salazar aceitara as condições de Spínola. Como mais preponderante, o Governador da Guiné podia agora, em regime de excepção, “dirigir-se directamente ao Presidente do Conselho, sempre que problemas fundamentais para o êxito da missão não fossem solucionados com a necessária urgência” (Rodrigues, 2010: 90).

Instalado no Palácio do Governo, em Bissau, Spínola numa carta datada de 26 de Junho de 1968, conforme Rodrigues (2010: 91), confirmava a Salazar⁵⁶ as suas piores previsões, afirmando que “os danos são mais profundos do que supunha e os reflexos locais dos erros acumulados são mais graves do que pensava”. Factos estes, comprovados em Outubro de 1968 após uma “profunda análise da situação local, desenvolvida pormenorizadamente através da observação directa dos factos e do escutar atento de todo um inigualável complexo de anseios e de consequentes frustraões” (Rodrigues, 2010: 95).

⁵⁴ Ver apêndice M – A evolução dos dispositivos militares.

⁵⁵ Ver anexo M – António de Oliveira Salazar.

⁵⁶ Resultante das precárias condições de saúde de Oliveira Salazar, o Presidente da República procedeu à sua substituição, recaindo a escolha final sobre Marcello Caetano a 27 de Setembro de 1968.

Neste mesmo relatório, o então Brigadeiro reconhece peremptoriamente que a guerra da Guiné não pode ser ganha no “campo da missão das Forças Armadas, mas sim no campo do desenvolvimento económico e da promoção social das populações” (Rodrigues, 2010: 97). Em Dezembro de 1968, numa nova Directiva, “o Comandante-Chefe afirmava claramente que a guerra da Guiné não podia ser ganha pela força das armas, mas apenas pela força da razão” (Rodrigues, 2010: 117).

Contrastando com o seu antecessor, que nunca visitou o continente africano nem qualquer outro país, à excepção de Espanha nos 36 anos em que presidira ao Governo Português, Marcello Caetano, a 8 de Abril de 1969 iniciou uma viagem pelas províncias ultramarinas. No seu regresso procurou conceber uma política de autonomia progressiva que no fundo visava entregar de uma forma “gradual e progressiva o governo e a administração dos territórios às suas populações, procurando fazer participar em escala rapidamente crescente os nativos em todos os escalões da gestão pública” (Rodrigues, 2010: 94). Porém, a evolução de todo este processo, condicionada sobretudo pelas precárias condições de partida (sociais, culturais, económicas) seria extremamente lenta, revelando-se infrutífera para o território da Guiné.

Com o objectivo de conquistar as populações, a Directiva n.º 65/69 de 13 de Agosto de 1969, determinava que uma manobra estratégica no teatro de operações da Guiné se devia concentrar inicialmente no chamado “Chão Manjaco”⁵⁷. Com o conhecimento do Governo Português, “desde o início de 1970 que o Comandante-Chefe ordenara o estabelecimento dos primeiros contactos com os combatentes guineenses do PAIGC no Chão Manjaco” (Rodrigues, 2010: 136). Neste sentido, os elementos do EM do CAOP de Canchungo (Teixeira Pinto) “por sugestão do régulo de Cupelon de Cima, Bacar Sano (Mandinga), e com o apoio da Divisão de Informações do Comando-Chefe” (Garcia, 2000: 210) contactaram com elementos dos “bigrupos” que actuavam na zona de acção do CAOP, “inicialmente através da utilização de prisioneiros de guerra” (J. M. Calheiros, comunicação pessoal, 29 de Janeiro de 2011).

O descontentamento e a frustração entre guerrilheiros, provocados pela grande campanha de acção social de Spínola, “conduziram a um desequilíbrio psicológico que a contra-subversão entendeu explorar, fazendo chegar aos responsáveis do partido, na região de Caboiana-Churo, a disponibilidade para diálogo sobre a situação dos combatentes locais do PAIGC” (Garcia, 2000: 210-211). Como objectivo pretendia-se “um plano que previa a transformação das forças de guerrilha do PAIGC em Unidades Africanas das Forças Armadas portuguesas e a nomeação de Amílcar Cabral para o cargo de Secretário-Geral da Província, lugar a exercer, em paralelo, com o, então, Tenente-Coronel Pedro Cardoso” (Spínola *apud* Garcia, 2000: 211).

⁵⁷ “Chão Manjaco” foi o nome dado à região no Noroeste da Guiné onde a população é maioritariamente de etnia manjaco. Esta era considerada uma “área fulcral da luta contra a subversão” (Directiva n.º 65/69 de 13 de Agosto de 1969).

Conforme Garcia (2000: 211) e Rodrigues (2010: 136), aproveitando a visita do Ministro do Ultramar Joaquim Moreira da Silva Cunha⁵⁸, Spínola expôs a situação que se vivia no “Chão Manjaco” e a oportunidade excepcional apresentada para se desferir um golpe de grande valor, a afectar a coesão e equilíbrio das forças adversárias. Várias reuniões se sucederam, até que “André Pedro Gomes, chefe guerrilheiro da região Caboiana-Churo, em dada altura das negociações exigiu a presença do Governador e Comandante-Chefe, para poderem ser ratificados os compromissos acordados entre o PAIGC e o Estado-Maior do CAOP” (Garcia, 2000: 211). Como resposta ao solicitado Spínola, acompanhado pelo seu ajudante-de-campo, pelo Chefe do Estado-Maior (CEM) do CAOP e pelo Chefe da Divisão de Informações do Comando-Chefe, compareceu nos primeiros dias do mês de Abril, algures na estrada entre Teixeira Pinto/Cacheu, para receber a rendição⁵⁹. Ficou decidido que os dois bigrupos desfilariam em Bissau integrados na força africana. Apenas a DGS parecia opor-se ao desenvolvimento desta aproximação. “Os seus agentes tinham tomado conhecimento dos contactos entre os Majores e os líderes locais do PAIGC, apesar de Spínola nunca ter dado informação oficial do que se passava. A DGS fez então saber ao Comandante-Chefe que o segredo de tais conversações não existia e que as movimentações no “Chão Manjaco” teriam, inclusivamente, chegado aos ouvidos de Amílcar Cabral” (Rodrigues, 2010: 137).

A 16 de Abril de 1970 Spínola convoca uma reunião “que ficaria conhecida como a reunião do fim da guerra” (Rodrigues, 2010: 137) para mandar parar de imediato as acções ofensivas. No dia 20 de Abril (dia marcado para a rendição), os elementos do EM “do CAOP – os Majores Passos Ramos, Osório e Pereira da Silva, o Alferes Mosca e os guias Lamine e Patrão da Costa – após receberem detalhadas instruções do Quartel-General e Directivas pessoais do próprio Governador, deslocaram-se para o objectivo” (Garcia, 2000: 211). De acordo com Rodrigues (2010: 138), era o “nono encontro entre os oficiais portugueses e os combatentes guineenses”. Este culminou na chacina dos oficiais portugueses que foram atraídos para uma cilada perto de Jolmete, por elementos do PAIGC. Tudo “parece indicar que a direcção central do PAIGC decidiu pôr termo aos contactos que os militares portugueses tinham estabelecido com os comandantes locais guineenses, interpretados pela direcção do partido como uma manobra de aliciamento, compra e suborno desses mesmos militares” (Rodrigues, 2010: 138). Como consequência, os contactos cessaram e

⁵⁸ “Para levar a cabo o plano de aliciamento que começaria, numa primeira fase, ao nível dos comandantes do PAIGC no “Chão Manjaco”, o Governo de Marcello Caetano atribuiu um financiamento da ordem dos vinte mil contos destinado à recepção das forças militares e sua integração nas unidades portuguesas” (Rodrigues, 2010: 136).

⁵⁹ Conforme Rodrigues (2010: 137), “chegou a estar previsto um segundo encontro entre o General Spínola e o comandante do PAIGC mas, nessa altura, o Major Passos Ramos conseguiu demover o General, considerando existir um risco muito grande”.

os combates reactivam-se⁶⁰ como provam as Directivas n.º 10/70 e n.º 11/70 do Comandante-Chefe de 27 e 30 de Abril de 1970, apresentadas por Rodrigues (2010: 138) e Garcia (2000: 212), respectivamente. Na primeira, face à natural reacção resultante da eliminação da equipa de oficiais do CAOP, que constituía elemento preponderante no desequilíbrio psicológico das populações do “Chão Manjaco”, considera-se conveniente reactivar o esforço militar na área, como forma de impedir, a todo o custo, a anulação dos objectivos psicológicos atingidos” (Freire Antunes *apud* Rodrigues, 2010: 138). Na segunda, pretende-se “a continuação da captação e consolidação da adesão das populações à causa portuguesa” (Garcia, 2000: 212).

Em Junho de 1970, de acordo com Rodrigues (2010: 139) Spínola recebeu no seu gabinete, em Bissau, um emissário de João Bernardo Vieira⁶¹, vulgo Nino Vieira, de seu nome Manga Diallo. Nino Vieira, um dos principais comandantes do PAIGC, pretendia que Spínola assinasse um documento onde figurassem “garantias de protecção para a sua apresentação e de outros dirigentes e combatentes do PAIGC” (Rodrigues, 2010: 139). Como resposta, o Comandante-Chefe confirmava por escrito o que já tinha afirmado várias vezes em público: todos os que “queiram juntar-se ao esforço português de construção de uma Guiné melhor serão bem recebidos, com todas as garantias, sendo integrados na nossa sociedade” (Rodrigues, 2010: 139). Esta integração nunca se realizou.

A tentativa de procurar uma solução negociada continuou. Sabedor do peso que o Exército tinha em Portugal, Senghor, em alternativa negocial a Marcello Caetano, promove, em 1972, um encontro com o Governador e Comandante-Chefe da Guiné⁶², “uma vez que os contactos anteriores com entidades civis não tinham produzido quaisquer frutos” (Acta da reunião, em 18 de Maio de 1972). A 17 de Fevereiro de 1972 Spínola solicitou formalmente autorização ao Governo de Lisboa para se encontrar com Leopold Senghor. A resposta foi positiva, pelo que “o Governador da Guiné escreveu directamente ao Presidente senegalês, a 26 de Fevereiro de 1972, comunicando a sua disponibilidade para uma reunião” (Rodrigues, 2010: 163). A 27 de Abril de 1972, conforme a acta da reunião, teve lugar em Cap Skiring, na República do Senegal, um encontro entre o Governador da província portuguesa da Guiné, General⁶³ António de Spínola, e o Ministro da Informação e Encarregado das Relações com as Assembleias do Senegal, Ousmane Camara.

De novo em Cap Skiring a 18 de Maio de 1972, conforme a acta da reunião, realizou-se o encontro entre o Governador e Comandante-Chefe da Guiné e o Presidente do

⁶⁰ “O plano visava na realidade, prender o Governador e os seus companheiros” (Luís Cabral *apud* Garcia, 2000: 212), pelo que a hipótese de a “emboscada estar preparada para o próprio General Spínola” (Monge *apud* Rodrigues, 2010: 138) se torna um facto real.

⁶¹ Ver anexo N – João Bernardo Vieira

⁶² Na verdade, conforme Rodrigues (2010: 162), “a disponibilidade de Senghor para promover o diálogo e as negociações políticas entre Portugal e o PAIGC tinha-se manifestado praticamente desde o início do conflito na Guiné” pois ao Senegal não interessava a instabilidade que se vivia na Guiné.

⁶³ Conforme a nota n.º. 68 – P.º. 88-C1-17, de 8JUL69, o Brigadeiro António Sebastião Ribeiro de Spínola foi promovido ao posto de General a 4 de Julho de 1969.

Senegal. Com o objectivo de discutir o problema da Guiné, Senghor evidenciou o desejo de ajudar Portugal a resolver o seu problema ultramarino, servindo de intermediário na busca de uma solução. Por seu turno, Spínola começou por salvaguardar que iria apenas exprimir “opiniões meramente pessoais”, mas confirmou “a sua total receptividade a qualquer solução que melhor defenda os interesses do povo africano da Guiné”. Senghor refere “que a Guiné não estava ainda madura para uma independência total”, pelo que reconhece a sua identidade nas ideias do General Spínola, “no que respeita à defesa do diálogo como base para se alcançarem soluções políticas”. Como etapas a percorrer para resolver o problema, o Presidente senegalês apresenta um cessar-fogo e o desenvolvimento de negociações com todos os movimentos independentistas. Leopold Senghor informou também António de Spínola que “nas conversas que teve com os chefes desses movimentos (não só da Guiné como de Angola), fez-lhes sentir a necessidade de um período de autonomia interna de pelo menos 10 anos, ideia a que eles, nomeadamente Amílcar Cabral, foram receptivos”. Na ideologia de Senghor, de um “período de autonomia interna passar-se-ia para uma independência no quadro de uma comunidade luso-africana ou luso-afro-brasileira como deu a entender em discursos que proferiu por ocasião da visita oficial que fez ao Brasil”. Por último, Senghor referiu estar “pronto a encontrar-se com o Presidente Marcello Caetano em qualquer sítio fora de Portugal Metropolitano, inclusive em Bissau”, com vista às possibilidades de mediação (Acta da reunião, em 18 de Maio de 1972).

O Presidente do Conselho, conforme Garcia (2000: 213) recusou este plano de paz, pois considerava que se cedesse na Guiné-Bissau, abriria um precedente irreversível em Angola e Moçambique. Atendendo a Rodrigues (2010: 167), para além do precedente, as objecções de Marcello Caetano centravam-se na possibilidade de um encontro entre Spínola e Amílcar Cabral, pois por maior que fosse o prestígio do General “ao sentar-se na mesa das negociações com Amílcal Cabral, não teria na frente um banal guerrilheiro, mas antes o homem que representava todo o movimento anti-português, apoiado pelas Nações Unidas, pela Organização de Unidade Africana, pela imprensa do mundo inteiro”. Encetar estas negociações, mesmo tendo Senghor como intermediário, “equivaleria a reconhecer oficialmente o partido que ele chefiava como sendo uma força beligerante e a admitir que o PAIGC possuía na Guiné importante domínio territorial, uma vez que aceitámos negociar um armistício (ou cessar-fogo) como preliminar de um acordo” (Marcello Caetano *apud* Rodrigues, 2010: 167). Por fim, o Presidente do Conselho considerava que ainda havia o problema de Cabo Verde, “uma vez que os dirigentes do PAIGC eram cabo-verdianos e tinham incluído a independência do arquipélago nos objectivos do movimento, iriam certamente reivindicá-la nas negociações facultadas quanto à Guiné.” (Marcello Caetano *apud* Rodrigues, 2010: 167). Esta era uma questão que tinha amplas repercussões internacionais, uma vez que poderia vir a significar a “passagem para o domínio do mundo socialista de uma posição chave do oceano atlântico, sendo por conseguinte, um obstáculo

intransponível nas negociações com o PAIGC” (Marcello Caetano *apud* Rodrigues, 2010: 167). Sem desistir das suas intenções, Spínola escreveu um “parecer sobre as conversações havidas entre o Presidente da República do Senegal e o Governador da Guiné, a 18 de Maio de 1972” (Rodrigues, 2010: 168-169) onde figuravam as razões pela qual o Presidente do Conselho devia aceitar a negociação. Decidido no caminho a seguir, Marcello Caetano mostrou-se irredutível nas suas observações ao parecer. Conforme Rodrigues (2010: 171), “tudo isto se desenvolvia em paralelo com os contactos e diligências para uma eventual candidatura presidencial de Spínola”. Por razões intrínsecas à natureza do regime, o Presidente do Conselho recusava qualquer possibilidade de apoiar um candidato que não fosse o Almirante Américo Tomás⁶⁴.

A 27 de Julho de 1972 ocorreu um novo encontro em Cap Skiring entre o Governador da Guiné e o Ministro Ousmane Camara⁶⁵, dado que Senghor (de férias na Europa) não compareceu. De acordo com Rodrigues (2010: 172) “a verdadeira razão da ausência de Senghor deveria relacionar-se com mais um conjunto de incidentes militares na fronteira entre o Senegal e a Guiné”. Como resultado, esgotou-se a via do diálogo com Senghor, pois este último, apesar da similitude de pensamento com António de Spínola visto defenderem os mesmos ideais, encontrava-se desiludido com os resultados das eleições presidenciais em Portugal, uma vez que quem governava eram “os mesmos elementos – os que não são muito favoráveis a negociações” (Acta da reunião, em 27 de Julho de 1972). Spínola não desistiu da solução negociada e de acordo com o seu testemunho, apresentado por Rodrigues (2010: 172), “nos meses finais de 1972 foi o próprio PAIGC que se mostrou interessado em desenvolver conversações” dada a pressão imposta por uma facção do movimento sobre Amílcar Cabral para que este substituísse Leopold Senghor nas diligências entretanto iniciadas. Segundo *The Financial Times in* Rodrigues (2010: 173) “o líder do PAIGC voltara a referir que os nacionalistas guineenses desejariam deixar de lutar e fazer negociações com vista a acabar a guerra, colocando, porém, como condição o fim do domínio de Portugal na Guiné e em Cabo Verde”. Os contactos entre os quadros do PAIGC e as autoridades portuguesas foram-se assim intensificando no final do ano de 1972. Em Outubro de 1972, Spínola, de férias no Luso, recebeu uma mensagem, a qual referia que Amílcar Cabral estava na disposição de ir a Bissau confereciar, inclusivamente com Marcello Caetano. Comunicando a mensagem ao Presidente do Conselho, este referiu “redondamente que não iria, nem autorizava a continuação dos contactos, esclarecendo-me que se fosse apenas o problema da Guiné ainda aceitaria. Mas que os reflexos em Angola e

⁶⁴ O Governador e Comandante-Chefe da Guiné defendia um modelo do tipo federativo e não o modelo unitário vigente, o que provocava divergências no Conselho.

⁶⁵ O convite para a reunião, agendada para o dia 27 de Julho de 1972, foi endereçado por Leopold Senghor. Spínola, conforme Rodrigues (2010: 171) nos descreve, tinha sido surpreendido, pois após a posição irredutível de Marcello Caetano, o Governador da Guiné tinha suspenso todos os contactos com Senghor. Porém, contactou de imediato a metrópole e, ao contrário do que se possa pensar, “António de Spínola foi autorizado a encontrar-se de novo com Leopold Senghor, embora apenas a título pessoal” (Rodrigues, 2010: 172).

Moçambique eram de tal ordem que ele não podia aceitar” (Bernardo *apud* Rodrigues, 2010: 173).

Estava perdida a “última oportunidade de se resolver com honra e dignidade o problema da Guiné” (Spínola *apud* Rodrigues, 2010: 174) e, com efeito, as divergências entre Spínola e Caetano foram aumentando. Para este último, estava “fora de causa qualquer hipótese de acordo político negociado (...), considerando preferível sair da Guiné por uma derrota militar com honra, do que por um acordo negociado com os terroristas, abrindo caminho a outras negociações” (Caetano *apud* Rodrigues, 2010: 173-174). Esta ruptura acentuar-se-ia ainda mais a 26 de Fevereiro de 1973 numa carta de Marcello Caetano dirigida a António de Spínola. Aqui, o então Presidente do Conselho refere-se ao estado de espírito do General, dizendo que não é dos melhores em relação ao Governo. Cumulativamente, em resposta a uma entrevista de Spínola para o jornal “República”, Caetano refere que não aceita que um “colaborador político investido em funções de confiança e acumulando as responsabilidades do Governo com o comando das Forças Armadas não acate a orientação que decorre da lei e está nos costumes” (Carta de Marcello Caetano a António de Spínola, 26 de Fevereiro de 1973 *apud* Rodrigues, 2010: 176). Em suma, Caetano pretendia pôr um ponto final às intenções políticas do Comandante-Chefe. Como resposta, o General reconhecia que o seu estado de espírito não era dos melhores, mas sublinhava que sempre fora da opinião de que “a solução de fundo do nosso problema ultramarino não se situa no campo militar mas sim no político” (Carta de António de Spínola a Marcello Caetano, 6 de Março de 1973 *apud* Rodrigues, 2010: 177). Perante a impossibilidade de uma solução política, a 6 de Agosto de 1973, António de Spínola chegou a Lisboa comunicando a Marcello Caetano: “Senhor Presidente do Conselho, venho dizer-lhe que regressei de vez” (Bernardo *apud* Rodrigues, 2010: 186). A Informação n.º 2 741 do Despacho de 24 de Setembro de 1973, vem confirmar a exoneração, a seu pedido, das funções de Governador e Comandante-Chefe da província ultramarina da Guiné.

O seu substituto, General Bettencourt Rodrigues, foi considerado como a “última esperança para alterar uma situação que Spínola considerava perdida” (Afonso & Gomes, 2000: 103). Da carta que recebeu do Presidente do Conselho, o General tinha orientações para “resistir até à exaustão dos meios” (Marcello Caetano *apud* Afonso & Gomes, 2010: 743). Durante o período em que desempenhou funções na Guiné, de acordo com Afonso & Gomes (2010: 743), não apresentou nenhuma ideia ou projecto para fazer face a uma situação que se agravava dia após dia em todo o teatro de operações, limitando-se a cumprir as indicações de “resistir” até ao fim. Só o 25 de Abril de 1974 conseguiu evitar um completo desastre.

CAPÍTULO 3

OS CAÇADORES PÁRA-QUEDISTAS

3.1 DA METRÓPOLE À GUINÉ

Através da Lei n.º 2 055 de 27 de Maio de 1952, a Aeronáutica Militar, constituída por forças aéreas para operações independentes e forças aéreas de cooperação, torna-se um ramo das Forças Armadas e surge também a primeira referência às tropas pára-quedistas que “previa que (...) eventualmente podem ser integradas nas forças aéreas em operações, fazendo ou não organicamente parte delas, unidades pára-quedistas” (Ordem do Exército, 1952: 239). A partir de 1 de Julho, de acordo com o Decreto-Lei n.º 38 805 de 28 de Junho de 1952, a Aeronáutica Militar torna-se independente, ficando sob a jurisdição do Subsecretário de Estado da Aeronáutica que passa a ter na sua dependência directa todos os meios, organismos e infra-estruturas aeronáuticas até então pertencentes aos Ministérios do Exército e da Marinha. Pelo Decreto-Lei n.º 40 949 de 28 de Dezembro de 1956, é oficializado o termo Força Aérea que pode substituir o antecedente.

Após algumas proezas realizadas com êxito e que marcaram o nosso país⁶⁶, o pára-quedismo militar “foi oficialmente criado em 1 de Janeiro de 1956” (Machado & Carmo, 2003: 13). Os “boinas verdes”⁶⁷ foram instalados em Tancos, onde a 23 de Maio – instituído a partir daqui como o dia da unidade –, é inaugurado o aquartelamento do BCP, tendo presidido à cerimónia o Tenente-Coronel Kaúlza Oliveira de Arriaga⁶⁸. Esta casa-mãe, “dispondo de um aquartelamento excelente, (...) era o centro de instrução fundamental onde funcionavam os diversos cursos e onde eram preparadas as forças operacionais” (Jacinto & Rodrigues, 1987: 37) conforme os programas de instrução até então utilizados no exército. Embora “mais exigente sob o aspecto físico e na obrigatoriedade de frequência de um Curso de Pára-quedismo” (Calheiros, 2010: 43), os processos encontravam-se decalcados da segunda guerra mundial⁶⁹. Em suma, os caçadores pára-quedistas começam por ser infantaria de assalto preparados para a guerra convencional, porém, com a necessidade emergente de alterar esta instrução, basearam-se na experiência adquirida por aqueles que frequentaram cursos no exterior.

Conjecturando o futuro, o BCP preparou subunidades “para intervirem em curto espaço de tempo. Eram de escalão pelotão de combate reforçado” (Calheiros, 2010: 37) tendo na sua constituição, para além de um pelotão de infantaria, uma secção de morteiros, uma de lança-foguetes e uma de metralhadoras pesadas. Simultaneamente, efectua nas

⁶⁶ Ver apêndice N – A origem dos pára-quedistas.

⁶⁷ Ver anexo O – Boinas Verdes.

⁶⁸ Ver anexo P – Kaúlza Oliveira de Arriaga.

⁶⁹ Ver apêndice O – A instrução.

províncias ultramarinas pequenos testes (duração média de duas semanas) às capacidades de transporte aéreo. Como exemplo salientamos: o exercício Himba, em Angola, em Abril de 1959, destinado a testar as possibilidades e versatilidades da Força Aérea; a missão em Bissau, na sequência dos acontecimentos do cais do Pidjiguiti, em Agosto de 1959; as missões em Cabo Verde e em São Tomé, aquando do desvio do navio Santa Maria, em Janeiro de 1961.

Após esta permanência descontínua no ultramar⁷⁰, a presença de tropas pára-quedistas na Guiné só voltaria a ocorrer a 03 de Julho de 1963. Neste âmbito, um pelotão de pára-quedistas do Regimento de Caçadores Pára-quedistas (RCP) foi enviado com a missão de defesa imediata do Aeródromo Base (AB) nº 2 e “juntamente com os efectivos da polícia aérea e sob o comando de um Capitão pára-quedista constituiu-se assim o Destacamento de Defesa Imediata do AB 2” (Boina Verde, 1991: 58). Este seria reforçado a 03 de Dezembro, com uma equipa de cães de guerra e a 20 de Janeiro de 1964, com um segundo pelotão de pára-quedistas. De seu nome Esquadra Mista, os pára-quedistas, dado o seu número reduzido e num complemento à missão principal, executaram diversas operações no interior do território com “outras forças militares: Fuzileiros Especiais e Exército” (Boina Verde, 1991: 58). De acordo com a relação de militares mortos em campanha, apresentada por Jacinto & Rodrigues (1987: 315-318), sublinhamos a morte de cinco pára-quedistas, de entre os quais o próprio comandante, o Capitão Luís António Sampaio Tinoco de Faria, a 28 de Abril de 1966, no decorrer da operação “Grifo”.

3.2 BATALHÃO DE CAÇADORES PÁRA-QUEDISTAS N.º 12

Nos termos dos Decretos-Lei n.º 41 492 e n.º 42 073, de 31 de Dezembro de 1957 e 1958, respectivamente, que previam que em caso de emergência ou em tempo de guerra o Ministro da Defesa Nacional pudesse, com sanção do Presidente do Conselho de Ministros, constituir outras unidades, determinando-lhes os convenientes efectivos. O BCP 12⁷¹ foi constituído pela Portaria n.º 22 260 de 20 de Outubro de 1966 “na dependência do Comando da Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné e com sede em Bissau” (Diário do Governo, 1966: 1723). Contudo, de acordo com Boina Verde (1991: 58) “só foi activado em Dezembro desse ano”, aquando da chegada por via aérea ao aeroporto de Bissalanca, localizado a 8 km de Bissau, de alguns militares pára-quedistas, entre os quais o Tenente-Coronel Costa Campos⁷², nomeado comandante⁷³. Nesta mesma data foi publicada a

⁷⁰ Devido a exigências operacionais é criado o Regimento de Caçadores Pára-quedistas na mesma sede do Batalhão de Caçadores Pára-quedistas em Tancos, que é então extinto pelo Decreto n.º 43 663 e Portaria n.º 18 462, ambos de 5 de Maio de 1961, integrando o Batalhão de Instrução e o Batalhão de Caçadores Pára-quedistas nº 11. O Regimento de Caçadores Pára-quedistas é extinto a 5 de Julho de 1975.

⁷¹ Ver apêndice P – N.º 12: A razão de ser.

⁷² Ver anexo Q – Sigfredo Ventura da Costa Campos.

primeira ordem de serviço, na qual constava a criação de três subunidades, a Companhia de Caçadores Pára-quedistas (CCP) n.º 121, a CCP n.º 122 e a Companhia de Pessoal⁷⁴.

Fazendo parte das forças de reserva atribuídas ao Comandante-Chefe da Guiné, o BCP 12 iniciou a sua actividade operacional, conforme o relatório do treino operacional n.º 1 do BCP 12, em 3 de Janeiro de 1967. Como consequência, a Esquadra Mista deixou de contar com os efectivos pára-quedistas que foram adicionados ao quadro orgânico do batalhão. Face à deficitária logística inicial, a nova unidade estava grandemente dependente da Base Aérea (BA) n.º 12 que assegurava, à semelhança de outros apoios externos, diversos serviços tais como: Conselho Administrativo, Oficinas, Serviço de Saúde e Paióis⁷⁵.

Desde o início da sua actividade operacional e até à chegada do Brigadeiro Spínola, o BCP 12 actuou predominantemente como força de intervenção do Comandante-Chefe⁷⁶. Após a tomada de posse de Spínola, os caçadores pára-quedistas passaram a integrar os recém-criados COP's, ficando sob o comando do comandante deste, juntamente com outras forças militares sendo assim forças de intervenção, mas do sector. Havia, porém, uma companhia permanente em Bissalanca, que era simultaneamente reserva do Comandante-Chefe e da região aérea.

O ano de 1969 é assinalado pela chegada da CCP 123, comandada pelo Capitão Loureiro Costa, a 30 de Junho. Esta foi atribuída como reforço temporário aos efectivos do BCP 12 por um período de três meses, findo o qual regressou à metrópole.

Tal como nos anos anteriores, 1970 contou com inúmeras operações no decurso das quais os pára-quedistas capturaram materiais e guerrilheiros⁷⁷. A 21 de Julho o BCP foi completado com a sua terceira companhia, a CCP 123, que permaneceria até à extinção da unidade em 1974.

A partir de 1971, com as companhias de caçadores pára-quedistas atribuídas aos COP's que se iam activando, o comandante do BCP 12 esforçava-se por levar a cabo

⁷³ De acordo com N. C. Bernardes (comunicação pessoal, 03 de Julho de 2011) “os oficiais do quadro permanente que optavam pelas tropas pára-quedistas viam a sua carreira limitada ao posto de Coronel. Porém, a vontade e o orgulho de pertencer a esta força falavam mais alto. Só em 1974 é que abre a primeira vaga para um oficial General pára-quedista”.

⁷⁴ Os serviços essenciais à vida do Batalhão, tais como: Secção de Subsistência com refeitórios conjuntos para oficiais, sargentos e praças; Secção de Operações e de Informações; Secção de Justiça; e outros, foram também activados na mesma data. Em Julho de 1968 a Companhia de Pessoal passou a designar-se Companhia de Material e Infra-estruturas (CMI), englobando os vários serviços de apoio logístico e administrativo do batalhão e também o Destacamento de Precursores e Ligaçãõ Aeroterrestre.

⁷⁵ N. A. Mira Vaz (comunicação pessoal, 04 de Agosto de 2010) refere que “por serem especialistas da Força Aérea, os caçadores pára-quedistas dispunham de um subsídio monetário que proporcionava uma maior autonomia. Isto possibilitava, por exemplo, no respeitante à alimentação, diversificar os conteúdos quer no aquartelamento, quer no “mato”, onde substituíam as vulgares rações de combate por leite, latas de fruta, etc.”.

⁷⁶ Ver apêndice Q – O armamento e equipamento do Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º12.

⁷⁷ No que respeita aos materiais, onde se incluem armas e munições superiores à das nossas tropas, salientamos a sua utilização em operações por parte das tropas pára-quedistas. Relativamente aos guerrilheiros, uma vez capturados, eram sujeitos a interrogatórios para a obtenção de informações.

operações independentes, pois eram aquelas que mais e melhores resultados asseguravam.

Durante o ano de 1972 as tropas pára-quedistas não demonstraram, nas palavras de J. M. Calheiros (comunicação pessoal, 29 de Janeiro de 2011), “grandes resultados operacionais dado que o inimigo, por razões que se desconhecem, mas muito provavelmente pela grande tensão então existente no seio do PAIGC entre os guineenses, normalmente combatentes, e os cabo-verdianos dirigentes, revelou pouca agressividade naquele período”. Esta situação alterou-se em 1973 após a morte de Amílcar Cabral. De acordo com as actas da reunião de comandos de 13 e 15 de Maio de 1973, materializa-se desde o início do ano um aumento de potencial do PAIGC, que se traduz na introdução de novas armas e na passagem para acções de tipo convencional que visavam o aniquilamento de guarnições isoladas. Com efeito, destacamos a utilização massiva de artilharia, que era agora empregue dia e noite⁷⁸, e a introdução do míssil terra-ar *Strella*, que condicionou a utilização de meios aéreos⁷⁹.

Em 1974 a situação militar agravou-se com o crescendo de actividades do PAIGC. Este facto, aliado ao prolongamento das guerras em África e às consequências que as mesmas estavam a ter na sociedade portuguesa, culminou com as acções político-militares, desencadeadas a 25 de Abril, que derrubaram o regime. Neste seguimento, e após a substituição das principais chefias militares, a actividade operacional do BCP 12 foi praticamente suspensa, passando “a vigorar então uma situação mal definida, próxima de um cessar-fogo, que no entanto era bem aproveitada pelo PAIGC para introduzir, a partir dos países limítrofes, grupos de guerrilheiros armados, em número incontrolado” (Jacinto & Rodrigues, 1987: 232). As conversações entretanto levadas a cabo entre o Governo Português e os dirigentes do PAIGC culminaram com o reconhecimento da independência da Guiné. Sendo a sua governação assumida por aquele partido, assumiram reciprocamente cessar as operações militares, devendo as tropas metropolitanas abandonar o território até 31 de Outubro de 1974.

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 765/74 de 31 de Dezembro de 1974, o BCP 12 é extinto com data de 15 de Outubro de 1974. Conforme a relação dos militares mortos apresentada por Jacinto & Rodrigues (1987: 315-319), sofreu 56 mortes em campanha, das quais se contabilizam 47 praças, 6 sargentos e 3 oficiais, e 9 mortes por acidente ou doença, de entre as quais 5 praças, 3 sargentos e 1 oficial. Pelo Decreto n.º 48 328 de 10 de Abril de 1968, foi condecorado com a medalha de cruz de guerra de 1.ª classe.

⁷⁸ Ver anexo R – Gadamael-Porto: Vidas debaixo de fogo.

⁷⁹ Ver anexo S – “Kurika da mata”.

3.3 AS OPERAÇÕES

A fim de melhor explicar os diversos tipos de operações e acções desenvolvidas pelas tropas pára-quedistas na Guiné, descrevem-se em seguida algumas delas, cada uma com características muito próprias.

3.3.1 HELIASSALTO

A 25 de Fevereiro de 1968 teve lugar em Cafal e Cafine a execução da Operação “Ciclone II”⁸⁰. Na sua concepção “considerou-se que a passagem do comboio fluvial no horário e na configuração habitual contribuiria para induzir no inimigo a convicção de que se tratava de um reabastecimento logístico de rotina, levando-o a instalar-se nos locais onde sistematicamente flagelava os comboios fluviais, criando-se desta forma as condições mais propícias ao desencadear do heliassalto” (Mira Vaz, 2003: 27). Era apenas mais uma missão em que a Marinha e a Força Aérea aliavam esforços para assaltar uma posição inimiga. Para quem participa pela primeira vez numa operação, “as horas de espera são de verdadeira angústia” (Mira Vaz, 2003: 24), pois os “periquitos” põem-se a imaginar o pior. Nas tropas pára-quedistas as rendições eram individuais⁸¹, pelo que a integração dos iniciados era feita na subunidade onde eram colocados, actuando juntamente com os veteranos. Este sistema permitia, desde logo, que a experiência adquirida ao longo da comissão fosse transmitida, aumentando, segundo J. M. Calheiros (comunicação pessoal, 29 de Janeiro de 2011) “a segurança e a confiança, constituindo-se um contributo para reduzir significativamente as baixas”. Todavia, este não era o caso⁸². Os elementos que partiam ao assalto eram experientes neste tipo de missão e os quadros, que na classe de sargentos eram comumente escolhidos entre os melhores soldados, “tinham conduzido dezenas de vezes os seus homens” (Mira Vaz, 2003: 24).

Para a operação foram designadas a CCP 122 (constituída por quatro pelotões) para o assalto a Cafal, onde se “esperava encontrar o grosso dos efectivos inimigos e uma importante arrecadação de material de guerra” (Mira Vaz, 2003: 26), e a CCP 121 (composta por três pelotões) para a mata de Cafine, “onde as informações disponíveis não previam a existência de qualquer objectivo significativo” (Mira Vaz, 2003: 26). De véspera, pelas 16h00, a CCP 121 foi transportada por via aérea para Bolama onde aguardou, permanecendo a CCP 122 em Bissalanca. Já no dia 25 a CCP 121 foi, numa primeira fase,

⁸⁰ Ver anexo T – Documentação de arquivo.

⁸¹ “Uma unidade substituída na íntegra necessita inicialmente de dois ou três meses, no mínimo, para se ambientar ao meio ambiente, o que a torna ineficaz. E no final da comissão, nos últimos dois ou três meses, existe um movimento retrógrado, no qual as forças não se empenham decisivamente com receio de que algo aconteça” (N. A. Mira Vaz, comunicação pessoal, 04 de Agosto de 2010).

⁸² Do início da actividade operacional ao ano de 1968 as comissões dos caçadores pára-quedistas tinham uma duração de 18 meses. De 1968 a 1973 foram ampliadas para 24 meses e a partir de 1973 foram fixadas em 21 meses, permanecendo assim até à extinção do BCP 12.

transportada em aviões *C-47 Dakota* de Bolama para Catió e, numa segunda fase, helitransportados em três vagas⁸³, de Catió para a zona de acção. Por sua vez, a CCP 122 encaminhou três pelotões em aviões *C-47 Dakota* para Catió, enquanto o quarto era helitransportado directamente para Cafal.

Conforme o relatório de operações n.º 5/68 do BCP 12, pelas 10h20, após uma acção de bombardeamento levada a cabo por uma parelha de *Fiat's* sobre as instalações inimigas em Cafal, teve início a helicocação da CCP 122 no objectivo, com um helicanhão a acompanhar e a proteger o desembarque através de disparos feitos para a orla da mata. Os indícios da presença inimiga eram muitos mas, para surpresa, este não reagiu. Informados pela população e posteriormente confirmado por um guerrilheiro capturado, estes haviam-se deslocado para Cafine, a fim de reforçar a emboscada ao comboio fluvial. Este último referiu ainda que a arrecadação de material de guerra já não se encontrava na mata de Cafal. Face à situação, e após batida toda a zona de acção, pelas 12h00, o Posto de Comando Aéreo (PCA) – um *Dornier DO-27* que transportava o oficial de operações e que sobrevoava toda a zona de acção – ordena que a CCP 122 se dirija para a região de Cafine, a fim de apoiar a CCP 121 que já se encontrava em contacto com inimigo. A sua helicocação na zona de acção teve início por volta das 11h00, a partir de Catió. De notar que todos os movimentos das subunidades eram acompanhados através de informação rádio e com base em cartas quadriculadas, estas últimas iguais às dos pilotos dos aviões, marcadas com pontos de referência⁸⁴. Conforme o relatório de operações n.º 5/68 do BCP 12, “desde o início da acção sobre Cafal que este objectivo sofria a acção de flagelações de aviões *T-6*”.

Ao aproximar-se a 1ª vaga de helicópteros foi avistada uma trincheira ocupada por forças inimigas, pelo que o grupo de combate foi colocado a cerca de 100 m desta, batida instantaneamente pelo helicanhão. Desembarcados num terreno de bolanha que não oferecia qualquer protecção, os caçadores pára-quedistas levantaram-se e lançaram-se ao assalto das posições inimigas. Os minutos que se seguem são marcados por disparos e deslocamentos em zigue-zague na direcção dos abrigos, para os quais se lançam granadas. Simultaneamente, o Capitão procurou estabelecer ligação com o PCA⁸⁵ de forma a informá-lo de toda a situação.

No meio da fuzilaria “aterria a segunda vaga de helicópteros, transportando o 2.º pelotão (...). É-lhe ordenado que ultrapasse o 1.º pelotão e assalte os abrigos da orla Oeste, em direcção ao rio” (Mira Vaz, 2003: 38). Sucede-se a mesma sequência: disparos de metralhadoras, deslocamentos em zigue-zague, lançamento de granadas. Entretanto,

⁸³ As vagas eram constituídas por cinco helicópteros *Alouette III*, cada um com capacidade para cinco caçadores pára-quedistas, perfazendo na sua totalidade um pelotão – 25 homens.

⁸⁴ Ver apêndice R – A realidade da orientação.

⁸⁵ Normalmente, numa operação inopinada (quando se pretende dar primazia à execução da operação e não ao seu planeamento) “era comum ouvir-se a expressão “*chapa 5*”, um procedimento rádio pré-estabelecido que, fruto da experiência, era facilmente identificado por todos” (J. M. Calheiros, comunicação pessoal, 23 de Junho de 2011).

desembarcou “o 4.º pelotão (...), a quem o Capitão mandou explorar a orla da mata para Leste, na direcção de Cafal, a fim de estabelecer ligação com a CCP 122” (Mira Vaz, 2003: 41). Permanentemente apoiados pelo helicóptero atinge-se o sucesso, e pelas 15h00 dá-se a junção das companhias. Pelas 16h00 deu-se início “à helirecuperação dos grupos de combate para Catió e, daqui, em C-47, para Bissau” (Mira Vaz, 2003: 41). Como resultados obtidos, atendendo ao relatório de operações n.º 5/68 do BCP 12, contabilizam-se 40 mortes e 19 prisioneiros do PAIGC e 3 feridos graves e 2 ligeiros das tropas pára-quedistas⁸⁶.

3.3.2 EMBOSCADA SOBRE UM CORREDOR DE INFILTRAÇÃO INIMIGO

Entre 16 e 19 de Novembro de 1969 teve lugar no sul da Guiné a Operação “Jove”. Esta, cuidadosamente planeada pelo Tenente-Coronel Fausto Marques⁸⁷, comandante do BCP 12, conforme o relatório de operações n.º 35/69 do BCP 12, procurava interceptar os movimentos inimigos no “corredor de Guileje”⁸⁸, capturar o material e armamento transportado pelos elementos inimigos, aniquilar, ou no mínimo repelir e perseguir os elementos inimigos que se revelassem.

Porque havia informação de que ia passar um grupo inimigo, fortemente armado a escoltar dirigentes do PAIGC, foram designadas duas companhias⁸⁹. As CCP 121 e CCP 122 saíram de Bissau com destino a Aldeia Formosa nos dias 16 e 17 de Novembro. Posteriormente, foram helicóptadas na zona de acção e iniciaram a caminhada para o local da emboscada. Pelas 20h00 do dia 17, devido às “dificuldades crescentes da progressão no escuro e para evitar qualquer erro na orientação, os grupos de combate fizeram alto e emboscaram sobre o próprio trilho, na margem do rio Bundabodo” (Relatório de operações n.º 35/69 do BCP 12), recomeçando o deslocamento pelas 05h00 do dia 18. Progredindo sobre um troço de mata cerrado, a CCP 122 fez um novo alto “a cerca de 500 m antes de atingir o itinerário onde seria montada a emboscada” (Relatório de operações n.º 35/69 do BCP 12). Pelas 08h30 e com a CCP 121 (instalada 2 km atrás) emboscando⁹⁰ o trilho aberto pela passagem das nossas forças, os grupos de combate da CCP 122 dividiram-se. Um primeiro, “com cerca de 35 homens, foi para a zona de morte, um segundo e terceiro ficaram a cerca de 300 e 500 m, respectivamente, do local da emboscada, aguardando qualquer

⁸⁶ Ver apêndice S – Esboço da operação “Ciclone II”.

⁸⁷ Ver anexo U – Fausto Pereira Marques.

⁸⁸ “O “corredor de Guileje” constituía a principal linha de infiltração do PAIGC no território da Guiné. Na realidade tratava-se de um trilho de terra batida, aberto na floresta, que vinha de Kandianfara, na República da Guiné-Conacri, e penetrava no território pela região do Quitafine, no Sul” (Afonso & Gomes, 2010: 527).

⁸⁹ De acordo com F. M. Ragageles (comunicação pessoal, 11 de Julho de 2011) “a operação visava principalmente a captura de um comandante de bigrupo do PAIGC, Nino Vieira. Porém, segundo informações prestadas pelo próprio Capitão cubano Pedro Rodriguez Peralta, após a sua captura, Nino Vieira tinha efectuado o percurso na véspera”.

⁹⁰ Ver apêndice T – A espera numa emboscada.

indicação que surgisse da frente” (F. M. Ragageles, comunicação pessoal, 11 de Julho de 2011).

Pouco “depois de montada a emboscada ouviram-se vozes e surgiram na picada dois elementos, um negro e um branco” (Relatório de operações n.º 35/69 do BCP 12) que seguiam em direcção à fronteira. Nas proximidades não se vislumbravam outros elementos pelo que o Capitão “fez sinal de fogo ao apontador da MG-42” (Jacinto & Rodrigues, 1987: 169). A rajada abateu o guerrilheiro negro e feriu gravemente o branco que o acompanhava. Consumada a captura e “imediatamente assistido no local por um enfermeiro, verificou-se que o ferido era Pedro Rodriguez Peralta, um Capitão do exército cubano, enviado pelo seu país para a Guiné como conselheiro militar das forças de guerrilha do PAIGC” (F. M. Ragageles, comunicação pessoal, 11 de Julho de 2011)⁹¹.

No dia 19, pelas 05h30, ambas as CCP iniciaram a progressão para a zona de recuperação, que atingiram pelas 09h00. Pelas 10h00 iniciou-se a recuperação por helicóptero para a Aldeia Formosa e posteriormente para Bissalanca⁹².

3.3.3 APOIO À POPULAÇÃO, NOMADIZAÇÃO/PATRULHAMENTO

Segundo Calheiros, “talvez em consequência da visita da Missão da ONU e do conteúdo do seu relatório ao Comité dos 24 e ao Conselho de Segurança” (2010: 300), o Comandante-Chefe decidiu reocupar o Sul da província (Cantanhez)⁹³, para provar que o PAIGC não tinha o domínio completo sobre aquela área. Designada por Operação “Grande Empresa” a missão consistia em: “implantar destacamentos militares nas áreas de Caboxanque, Cadique e Cafine e desenvolver imediatamente e com a maior intensidade os trabalhos de construção de reordenamentos nas referidas áreas; recuperar as populações sob controlo do inimigo e criar as condições psicológicas que permitam a aceitação voluntária dos reordenamentos; desenvolver adequada actividade militar em ordem a garantir a segurança das populações, trabalhos de reordenamento e meios materiais; limitar a iniciativa militar inimiga na região do Cantanhez por actuação sobre os seus dispositivos militares, aparelhos militares de controlo e segurança das populações e infra-estruturas político-administrativas existentes na área; desenvolver permanente acção psicológica sobre as populações de modo a que aceitem a presença das nossas forças, colaborem na construção dos reordenamentos e, progressivamente, adiram ao programa de promoção

⁹¹ O Capitão Pedro Peralta foi, mais tarde, julgado em tribunal militar e condenado com uma pesada pena. Seria, no entanto, libertado após os acontecimentos do 25 de Abril de 1974 devido à pressão política que se fez sentir.

⁹² Ver apêndice U – Esboço da operação “Jove”.

⁹³ “O Cantanhez era uma zona completamente dominada pelo PAIGC, que aí tinha um embrião de estrutura política e administrativa, assim como um dispositivo militar bem estruturado, forte e aguerrido, e com muitas unidades localizadas em seu redor” (Calheiros, 2010: 295).

socioeconómica em curso na província” (Directiva n.º 19/72 do Comando-Chefe, de 28 de Novembro de 1972).

Iniciando-se em Bissau a 04 de Dezembro de 1972 com o carregamento do comboio naval e terminando para o BCP 12 em Maio de 1973 com a transferência para Gadamael-Porto, realçam-se os aspectos mais significativos: a execução de uma série de operações preparatórias, conforme os relatórios de operações n.º 41/72, 42/72, 44/72 e 45/72 do BCP 12, desencadeadas nas áreas circundantes como forma de diversão e recolha de informações, mas também para atrair o inimigo para fora da zona de acção onde se pretendia exercer o esforço principal; a criação do COP 4 (Directiva n.º 19/72 do Comando-Chefe), sob o comando do Tenente-Coronel Araújo e Sá⁹⁴, cujo núcleo incidia no BCP 12 e ao qual foram agregadas outras unidades terrestres, navais e meios aéreos; a 12 de Dezembro com o Destacamento de Fuzileiros Especiais (DFE) N.º 1 (protecção fluvial), com o grupo operacional da BA 12 (protecção aérea) e com as CCP 121 e CCP 122 (protecção terrestre) a proteger o comboio naval, ocorreu o desembarque dos meios humanos e materiais em Caboxanque e Cadique. Em simultâneo ocorreu um heliassalto a um aquartelamento inimigo executado pela CCP 122 (Operação “Búfalo Zangado”). Devido ao efectivo e grande resistência dos guerrilheiros o aquartelamento só foi conquistado pelos caçadores pára-quedistas à terceira investida. Estava iniciada a ocupação. Posteriormente, procedeu-se à reorganização do dispositivo, ficando o comando e o EM do BCP 12 em Cufar, a CCP 121 em Cadique, a CCP 122 em Caboxanque, a CCP 123 em Bissau (em reserva) e a CMI – Unidade Logística – do BCP 12 dividida entre Bissalanca e Cufar. Enquanto se procedeu à instalação dos aquartelamentos, os grupos de combate das CCP 121 e CCP 122 garantiam a segurança afastada através de permanentes patrulhamentos. As flagelações aos aquartelamentos e os contactos com as patrulhas tornaram-se uma constante logo após os dois primeiros dias. Para fazer face a isto o comando passou a coordenar todos os movimentos que os grupos faziam, alternando-os entre emboscadas e patrulhamentos. Um gesto meticuloso que exigia grande planeamento e um permanente controlo da posição de cada grupo.

De acordo com J. M. Calheiros (comunicação pessoal, 02 Abril de 2011), e fazendo jus à Directiva n.º 44/69 de 08 de Junho de 1969, em que o Comandante-Chefe avisava que pretendia “ser rigoroso na repressão de qualquer acto injustificado de violência contra as populações autóctones, quer aquelas que nos são fiéis quer as que se venham a apresentar”, todas as subunidades respeitavam e ajudavam as populações⁹⁵. Com este comportamento a população começou a ganhar confiança e a regressar em números cada vez maiores às tabancas que haviam sido inicialmente abandonadas. Começou igualmente

⁹⁴ Ver anexo V – Sílvio Jorge Rendeiro de Araújo e Sá.

⁹⁵ Até mesmo as unidades navais tinham ordens para “não fazer tiro de reconhecimento, afundar canoas ou fazer algo que pudesse prejudicar as boas relações com a população” (Mensagem de COMDEMARGUINE para CTG6 e CTU27G1 de 11DEC72 *apud* Calheiros, 2010: 330).

a respeitar e a colaborar com o comando que retribuiu com a passagem à “2.ª fase da operação: fazer o reordenamento das populações” (Calheiros, 2010: 334-335) com novos aldeamentos, estradas, locais de abastecimento de água potável, zonas para guarda de gado, postos de saúde e outros equipamentos de apoio social. De relevar que nada era feito sem o consentimento dos chefes das tabancas⁹⁶. Nas palavras de Calheiros (2010: 337) “combatíamos e construimos (...) sem descanso, (...), sem qualquer dia de folga”, pois eram frequentes as flagelações e os contactos com o inimigo. Destacamos a acção da CCP 123 que, conforme os relatórios de operações n.º 47/72, n.º 6/73 e n.º 15/73 do BCP 12 culminaram, respectivamente, na morte do comissário político Nhana Quesana a 29 de Dezembro de 1972, na captura de Malan Camará, comandante de um bigrupo e simultaneamente comandante militar da área do Cantanhez, a 12 de Fevereiro de 1973 e ainda, na morte do seu substituto no comando da área de seu nome Ancanha, também comandante de um bigrupo, a 1 de Maio de 1973.

A operação teve grande sucesso, como confirma a Directiva n.º 13/73 de 30 de Março de 1973 do Comando-Chefe: “(...) a manobra de contra-subversão em curso na província vem tendo a melhor aceitação no Sul, aumentando progressivamente o grau de adesão das populações à política socioeconómica que está a ser concretizada (...)”. Também Calheiros (2010: 339) considera que apesar da sua complexidade, dimensão e dificuldade a Operação “Grande Empresa” teve excelentes resultados. Motivo que levou Spínola a ampliar a área da operação para Norte, instalando dois novos quartelamentos, em Chugué e Cobumba. Consumado pela mesma Directiva⁹⁷, o cumprimento desta nova missão, para além do empenhamento da CCP 121 e CCP 122 na segurança, sujeitou a Marinha a uma delicada intervenção numa área em que havia total desconhecimento. Não obstante, a navegação decorreu sem incidentes de maior e a missão foi, à semelhança do que já tinha acontecido, um sucesso.

Por último realçamos que – a partir do momento em que a instalação das companhias de quadrícula estava praticamente terminada – aos grupos de caçadores pára-quedistas em operações eram agregados os das companhias de quadrícula de forma que estas, além de lhes permitir reconhecer a zona de acção, vissem como era o modo de actuar dos pára-quedistas. Para o final, conforme nos revela Calheiros (2010: 346), “já estavam confiantes (...) e podiam actuar isoladamente em qualquer circunstância”⁹⁸.

⁹⁶ Atendendo às figuras n.º 43 e 44 do anexo W – A acção de um Comandante-Chefe –, verificamos que o Comandante-Chefe visitava as tabancas e os militares. Nas palavras de F. A. Santos (comunicação pessoal, 14 de Julho de 2011) “as visitas eram regulares, inclusive durante uma operação, sendo um motivo de satisfação para todos”.

⁹⁷ Conforme a Directiva n.º 13/73 de 30 de Março de 1973, “a situação criada no Cantanhez pelo desenvolvimento dessa manobra acelerou o desequilíbrio das populações nas áreas limítrofes, especialmente no Tombali, que tem manifestado, nos contactos estabelecidos, o desejo de subtracção ao controlo do inimigo e de alcançarem os benefícios daquela política”.

⁹⁸ Ver apêndice V – Esboço da operação “Grande Empresa”.

3.3.4 BUSCA

Uma das missões do BCP 12 quando tinha uma das suas subunidades em Bissalanca era acorrer imediatamente ao local de queda de qualquer aeronave que se tivesse acidentado e efectuar a recuperação da tripulação e dos seus passageiros.

Na manhã de 6 de Abril de 1973 o PAIGC empregou com sucesso o recém-chegado míssil *SAM-7 Strella* na região de Talicó, entre Bigene e Binta. Como consequência abateu dois aviões e falhou outros dois. Um terceiro desapareceu, seguramente também abatido⁹⁹. Perante o sucedido os caçadores pára-quedistas receberam, de acordo com o relatório de operações n.º 09/73 do BCP 12, a missão de reconhecer o local de queda dos aviões *T-6* e *DO-27* e recolher os restos mortais dos tripulantes e passageiros. Conforme as mensagens NR 1123 TP 062103Z ABR73 de COP 3 para COMCHEFEOPER e NR 1133 TP 062212Z ABR73 de COMCHEFEOPER para COP 3 a localização dos aviões e do provável local onde caíra o míssil foi fornecida por um dos pilotos, pelo que a CCP 123 que se encontrava em Bissalanca no seu período de repouso¹⁰⁰ se reuniu em Bigene¹⁰¹, a guarnição militar mais próxima da área a intervir com um efectivo, segundo Calheiros (2010: 386) de cerca de 60 homens, devido a dificuldades em meios de transporte.

Saindo de Bigene às 03h00 horas do dia 7 de Abril, a companhia deu continuidade à Operação “Busca/B”. Atingido o local, conforme o relatório de operações n.º 09/73 do BCP 12, encontraram-se vários destroços do *T-6* e o capacete do piloto. Pelas 13h00 foram encontrados os destroços do *DO-27*. Porém, quando se aproximaram do local, a CCP 123 avistou elementos do PAIGC junto do avião. Sem reagir à manobra da companhia, o grupo armado retirou-se. Com receio que os destroços do avião estivessem armadilhados e pela falta de meios – cordas para mover o avião –, o comandante “(...) decidiu adiar essa operação para o dia seguinte, continuando a pesquisa de vestígios de mísseis (...)” (Calheiros, 2010: 387). Posteriormente, a CCP 123 regressou a Bigene com o corpo de um dos passageiros que havia sido expelido para fora do avião e com diversos objectos que pareciam ser partes de invólucros metálicos.

No dia seguinte, já equipados com os materiais necessários, os pára-quedistas regressaram ao local onde se encontravam os restos do *DO-27*. Actuando à distância, removeram os destroços e verificaram que não estavam armadilhados. O corpo do piloto e do médico estavam enterrados no solo, debaixo da carcaça do avião.

⁹⁹ Ver apêndice W – *SAM-7 Strella*: O inferno dos céus.

¹⁰⁰ A CCP 123 “tinha sido empenhada exactamente quinze dias antes numa missão similar, a busca de um outro avião *Fiat*, o Tenente PilAv Miguel Pessoa, também abatido por um míssil terra-ar, em 25 de Março, na região de Guileje” (Calheiros, 2010: 385).

¹⁰¹ Nas palavras de J. M. Calheiros (comunicação pessoal, 23 de Junho de 2011) “quando o alarme soou, a primeira vaga de helicópteros saiu de imediato com um pelotão de caçadores pára-quedistas. Entretanto, um outro avião foi abatido e, simultaneamente a CCP 123 recebeu informações de que o inimigo se encontrava nas imediações dos aviões abatidos, não havendo segurança para efectuar o desembarque no local dos destroços. Por este motivo os pára-quedistas foram para Bigene e fizeram o restante percurso a pé”.

O terceiro dia, 9 de Abril, foi dedicado à pesquisa de indícios de mísseis, contudo, a meio da manhã os últimos homens do 3º pelotão foram alvejados por um grupo inimigo bem armado, “estimado em 15 elementos” (Relatório de operações n.º 09/73 do BCP 12), que estava emboscado. Expostos ao tiro inimigo e dispersos pelo terreno, visando ampliar a área de busca, o comandante de companhia optou por pedir apoio de fogo ao comando do COP 3, em Bigene. Com a realização deste, a situação foi resolvida. Calheiros (2010: 386), nomeado comandante interino do COP 3 desde o dia 6 de Abril¹⁰², considera que teve a sorte de dialogar com pessoas extremamente competentes, que se mantiveram sempre calmas durante toda a emboscada, caso contrário, o desfecho que culminou apenas com a morte de um soldado pára-quedista podia ter tido resultados bem diferentes. Por ordem superior recebida no final deste dia, as buscas foram terminadas e a CCP 123 regressou a Bissalanca na primeira oportunidade que, segundo a mensagem NR 1693 TP 091907Z ABR73 de COMCHEFEOPER para COP 3 se traduziu no dia 11 de Abril¹⁰³.

3.3.5 ESCOLTA A COLUNA AUTO

A Operação “Mamute Doido” decorreu entre 20 de Maio e 02 de Junho de 1973, quando a guarnição de Guidage estava cercada pelo PAIGC que impedia o reabastecimento e a evacuação de feridos. Como missão, o BCP 12 tinha que “destacar uma CCP para Binta, onde fica sob o comando operacional do COP 3, com missão e actividade a indicar por aquele comando” (Relatório de operações n.º 14/73 do BCP 12). Dando seguimento à ordem a CCP 121 chegou a Binta na madrugada do dia 21, transportada por uma lancha de fiscalização grande (LFG). Ao final da tarde recebeu a missão do COP 3. A CCP 121 tinha que escoltar uma coluna de viaturas que se deslocaria de Binta para Guidage e no seu regresso transportar os feridos que já por duas vezes tinham sido obrigados a voltar para trás por acção do inimigo¹⁰⁴. De acordo com o relatório da acção integraram ainda a escolta o DFE 4 e um pelotão de caçadores com uma equipa de detecção de minas, esta última para fazer face a informações de que a estrada teria sido ou iria estar fortemente minada.

Na reunião de preparação e coordenação da coluna e sua escolta, ficou estabelecido que até Genicó a estrada seria picada por elementos da Companhia de Caçadores (CCac) 14, constituindo os elementos da CCac 3 a segurança imediata. O DFE 1 constituiria a

¹⁰² O comandante do COP 3, Major de Infantaria Jaime Frederico Mariz Alves Martins, desapareceu no dia 06 de Abril de 1973 quando o seu avião foi alvo de um míssil *SAM-7 Strella*. Lamentavelmente, não houve qualquer referência quanto ao local de queda, pelo que o seu corpo e o dos tripulantes nunca foram localizados.

¹⁰³ Ver apêndice X – Esboço da operação “Busca/B”.

¹⁰⁴ “Ref v/1612/c/20MAI Informo CCP 121 não tem meios garantam segurança eficaz coluna Binta/Guidage/Binta. Peço determine imediatamente que forças vindas Farim sigam coluna Guidage fim permitir única forma efectuar segurança efectiva. A CCP 121 actue ofensivamente caso contrário coluna estará votada insucesso e mais grave ainda no regresso porquanto transporta feridos gravísimos. Este Comando chama atenção para responsabilidades assumidas ComchefeOper” (MSG 210700Z de BCMDS para COMCHEFEOPER, COP 3 PCAV 4512).

defesa próxima a Leste e a CCP 121 progrediria à frente, abrindo caminho e desenvolvendo uma protecção afastada para Oeste da estrada Binta/Guidage. Atingido Genicó, os elementos da CCac 14 estacionariam aí para manter a segurança ao itinerário naquele troço, esperando o regresso da coluna de Guidage no dia seguinte. A partir de Genicó a picagem seria assegurada pelos efectivos da CCac 3, passando a segurança imediata a ser garantida pelo DFE 4.

A coluna partiu de Binta no dia 23 de Junho. Até Genicó não ocorreu qualquer incidente e procedeu-se de acordo com o planeamento. Porém, iniciado o próximo percurso, os picadores sofreram três baixas, do qual resultaram dois mortos, um ferido grave (o comandante do DFE 1) e um ferido ligeiro devido ao rebentamento de duas minas. Perante a situação, o oficial de operações do BCP 12, Major Calheiros, ordenou que a coluna saísse da estrada e progredisse paralelamente a esta¹⁰⁵. Sucedeu-se um novo rebentamento que provocou mais um ferido grave. As dúvidas sobre o que fazer – continuar pela estrada seria uma sucessão de minas e prosseguir a corta-mato poderia corresponder a ficar parado longos períodos de tempo por avarias, dado que a coluna não estava preparada para seguir a corta-mato, e conseqüentemente sujeito a fogos de artilharia – acumulavam-se, pois, atendendo às mensagens NR 3638 TP 181527Z MAI73 e NR 2663 TP 181712Z MAI73 do PCav COP 3 para Comando-Chefe, era imperativo atingir Guidage por razões de ordem moral e psicológica para a sua guarnição. Além disso, era urgente a evacuação dos feridos que aguardavam em Guidage. Uma decisão foi tomada. A coluna regressaria a Binta escoltada pelo DFE 4 e a CCP 121 iria avançar sozinha. Debaixo de um calor abrasador os pára-quedistas rumaram a Guidage. Conforme Calheiros (2010: 474) nos descreve, “o terreno era muito aberto, não tinha vegetação e a pouca que havia não tinha folhagem que oferecesse qualquer sombra. A água tinha-se acabado nos cantis e todo o pessoal estava sofrendo de uma sede terrível”.

Pelas 16h30, já com a coluna em Binta, aconteceu o menos desejado. O segundo Pelotão que até então “havia seguido na frente, passara há pouco tempo para a cauda da Companhia” (Calheiros, 2010: 476) trocando assim – rendição periódica, dado o enorme desgaste dos homens da frente – com o 3.º pelotão, que pouco tempo depois se deparou com o dispositivo inimigo que impedia a sua progressão para Norte. Atendendo ao relatório de operações n.º 14/73 do BCP 12, travou-se um duelo de cerca de 45 minutos com um inimigo, muito mais numeroso e com grande apoio de fogo. Recorda Calheiros (2010: 478) que assim que o ataque se iniciou, o pedido de *Fiat's* foi instantâneo. Porém, com o pôr-do-sol havia a possibilidade de os aviões não poderem apoiar a companhia.

¹⁰⁵ Nas palavras de F. A. Santos (comunicação pessoal, 14 de Julho de 2011) “quando estávamos em operações, o Major pára-quedista Calheiros, permanecia mesmo ao lado do seu avião, escutando via rádio qualquer contacto com o inimigo. Ao mínimo sinal estava no ar. Recorda que mesmo com um calor abrasador, o oficial de operações, não abandonava o seu *Dornier DO-27*, permanecendo debaixo da asa do mesmo, de forma a aproveitar a sombra. Consoante o sol ia rodando, ele também rodava para acompanhar a sombra, o que nos dava um alento e uma força extraordinária”.

Cerca de 15 minutos depois surgem no horizonte dois pequenos pontos que vão crescendo à medida que se aproximam. Coordenados pelo oficial de operações – que visualizava toda a acção do ar, através do *Dornier DO-27* – numa fase inicial e posteriormente com o comandante de companhia, os *Fiat's* iniciaram o bombardeamento. O pedido de apoio era para ser feito o mais próximo possível das nossas forças, no limite da segurança. Algo extremamente fácil nos nossos dias, mas naqueles tempos não existiam computadores de bordo, pelo que tudo dependia da perícia dos pilotos. Com a posição (em terra) referenciada por telas laranjas e fumos brancos, os pára-quedistas “colaram-se” ao solo de forma a evitar os estilhaços e o sopro da deslocação de ar, produzido pelo rebentamento das bombas. Como resultado desta acção, o inimigo retirou, podendo agora a CCP 121 rearticular-se e continuar a progressão até Guidage. Completamente extenuados, foram recolhidos “em Ujeque, onde o DFE 1 (...) vindo de Guidage havia entretanto levado algumas viaturas, após a estrada ter sido picada por elementos da CCac 19” (Calheiros, 2010: 484). Sem mais incidentes, pelas 19h00 chegaram a Guidage, onde permaneceriam até ao dia 29 de Maio, data em que participaram numa nova escolta a uma coluna de reabastecimentos vinda de Binta para Guidaje.

No dia 30 de Maio a CCP 121 iniciou o seu regresso a Bissau, escoltando até Binta a coluna e transportando os feridos, que finalmente à terceira tentativa conseguiram sair de Guidage. Durante o dia 31 a CCP 121 permaneceu em Binta. No dia 01 de Junho, pelas 13h30, embarcou numa lancha de desembarque grande (LDG) com destino a Farim. De acordo com o relatório de operações n.º 14/73 do BCP 12, a companhia chegou a Bissau a 02 de Junho, com dois feridos e menos quatro elementos¹⁰⁶.

3.4 UNIDADE VS “MATO”

Em termos estruturais, “os caçadores pára-quedistas encontravam-se na sede do BCP e nos CAOP’s onde permaneciam, respectivamente, um mês em presumível descanso e dois meses em apoio operacional” (F. A. Santos, comunicação pessoal, 14 de Julho de 2011). Presumível porque, segundo Calheiros (2010: 169), e comprovado por F. A. Santos (comunicação pessoal, 14 de Julho de 2011), a CCP que estava em Bissalanca chegava até a ser mais utilizada do que as outras. Durante o dia dispunha de um grau de prontidão de 15 minutos para um pelotão, 30 minutos para um segundo e 45 minutos para os outros dois. À noite o tempo de prontidão duplicava. Ou seja, de acordo com a situação, os caçadores pára-quedistas dispunham de um limitado período de tempo para se apresentarem na placa dos helicópteros. Isto obrigava a um apertado sistema de informações e a um controlo rigoroso de todos os efectivos, que culminava com duros custos nas horas de folga. Com uma rotação coordenada com o comando, os homens podiam deslocar-se até Bissau.

¹⁰⁶ Ver apêndice Y – Esboço da operação “Mamute Doido”.

Contudo, cada pelotão tinha que garantir sempre um efectivo de 25 homens (um grupo) para, em caso de necessidade, ser empenhado.

No tempo em que permaneciam no BCP 12, “havia uma grande preocupação com o bem-estar e o conforto do pessoal” (Calheiros, 2010: 165), que começava com o ambiente e com o aspecto da unidade que “deveria ser agradável, para que todos se sentissem bem e pudessem recuperar psicologicamente do desgaste sofrido na guerra” (Calheiros, 2010: 165). Neste sentido, existia uma “permanente manutenção e conservação dos edifícios e dos arruamentos, muito bem pintados e sempre que possível, alinhados com uma cerca de jardim em seu redor” (Calheiros, 2010: 165). Realçamos os clubes de oficiais, sargentos e praças pela comodidade, segundo Calheiros (2010: 165), semelhante nos três. Já naquele tempo com ar condicionado e com um circuito interno de televisão que permitia a exibição de programas – embora com uns dias de atraso, devido ao transporte destes para a Guiné – que passavam na metrópole. No exterior contabilizavam-se, conforme Calheiros (2010: 166) nos descreve, boas instalações com iluminação, para a prática de desporto. Para animar os caçadores pára-quedistas C. M. Avelar de Sousa (comunicação pessoal, 20 de Julho de 2011) refere a existência de um conjunto musical, os “Boinas Verdes”, que actuava sempre que podia nas horas de lazer.

Considerada fundamental para manter as condições físicas e o moral, a alimentação era aprimorada. Neste âmbito, e dado que as verbas não eram muitas, para reforçar a sua qualidade a unidade recorria “a meios extraordinários de aquisição de bens, variáveis conforme as necessidades e possibilidades” (Calheiros, 2010: 167), que passavam por uma actividade aviária, agrícola, pecuária, piscícola (com barcos da própria unidade), confeitaria e até mesmo por uma equipa que se dedicava à caça grossa. Como Calheiros (2010: 168) sublinha, “fazíamos pela vida”, inicialmente apenas com a mão-de-obra dos soldados pára-quedistas, mas posteriormente também com prisioneiros que se haviam comprometido com as tropas pára-quedistas. De relevar que estes “eram tratados como qualquer um de nós e deviam ser os únicos a ser pagos pelo trabalho que faziam e que até jogavam futebol com os seus captores” (Calheiros, 2010: 168). Em suma, ninguém podia andar desocupado. Chegavam mesmo a ser estabelecidos despiques “entre as companhias a ver quem tinha as instalações melhor tratadas” (Calheiros, 2010: 169).

Porém, os dias passados na unidade quando não havia empenhamento operacional, além de todas estas actividades “extras”, continham um horário de instrução diversificado, sendo este levado muito a sério pelas equipas de instrução. Conforme Calheiros (2010: 171), “obrigatório, todos os dias, era um curto período de ordem unida, pois esta criava espírito de corpo nas subunidades e reforçava a disciplina”.

Quando chamados à execução de uma operação a azáfama corria pela unidade e os últimos preparativos eram essenciais tanto para o comandante de companhia – com os materiais e equipamentos gerais – como para os subordinados. Segundo Calheiros (2010:

148), “cada um de nós tinha de se prevenir com tudo o que iria necessitar para si próprio”. Neste âmbito, todos os objectos pessoais eram colocados e transportados no *kit-bag*, um saco de bagagem “verdadeiramente mágico: pequeno por fora, mas tinha uma enorme capacidade de armazenamento e nele cabia sempre mais alguma coisa” (Calheiros, 2010: 148). No mato instalavam-se onde era possível, pois nas palavras de Calheiros (2010: 194), “era raríssimo termos à nossa disposição instalações cobertas”, dado que as que havia estavam ocupadas por forças de quadrícula. Com o *kit-bag* a materializar o território pertencente a cada um, o tempo – quando estavam em repouso, no intervalo das operações – além do descanso, era passado a escrever ou a ler correspondência, a ler livros, a jogar cartas, a praticar jogos tradicionais e/ou futebol, este último “sempre de forma muito ligeira e por períodos muito curtos, porque não podíamos gastar muitas energias ou provocar lesões que nos pusessem inoperativos” (Calheiros, 2010: 196-197). Comumente, estes períodos também eram utilizados para tratar pequenas mazelas no corpo.

Na base de operações os caçadores pára-quedistas não dispunham da emissão diária de jornais e muito menos de televisão. Nas palavras de Calheiros (2010: 201) “podíamos apenas ouvir algumas estações de rádio (...), de muito difícil audição (...) e sem qualquer interesse”. Por este motivo, o correio, que era considerado uma importante ligação com o mundo exterior e com os entes queridos, tornava-se um elemento fundamental para o equilíbrio psíquico dos homens. Isto era levado em consideração pelo comando de batalhão, que o procurava fazer chegar com a maior frequência possível¹⁰⁷.

De regresso à unidade os caçadores pára-quedistas juntavam-se (não de imediato, mas passado algumas horas ou até mesmo no dia seguinte), normalmente à volta do comandante de pelotão, e enquanto limpavam e preparavam os seus materiais para uma próxima missão, faziam uma revisão da operação onde se discutia tudo o que tinha acontecido. H. E. Borges (comunicação pessoal, 04 de Julho de 2011) recorda que “em muitas das vezes eram referenciadas coisas que na altura nem se tinha apercebido”.

¹⁰⁷ De acordo com N. A. Mira Vaz (comunicação pessoal, 08 de Janeiro de 2011) “para os pára-quedistas que não estivessem em operações a entrega de correio era tendencialmente diária, pois beneficiavam do apoio da Força Aérea”.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Procurando seguir um encadeamento congruente, a análise que agora apresentamos inicia-se em 1968, um ano marcado pela substituição do Governador e Comandante-Chefe da Guiné. Nos anos em que teve o território da Guiné sobre o seu comando, o General Arnaldo Schultz, demonstrou possuir uma formação clássica da guerra convencional, onde o objectivo da guerra era conquistar uma área de terreno, destruir o inimigo e tirar-lhe a vontade de combater. Como verificamos, numa guerra subversiva não existe nenhum destes objectivos, pelo que consideramos que a estratégia de Schultz não se ajustava, um facto que explica a deterioração da situação, mesmo com o aumento do número de efectivos.

Com a entrada em funções do Brigadeiro Spínola verificou-se: uma mudança de mentalidade de que a guerra era para ganhar tempo para se criarem condições políticas; a necessidade de conquista das populações através da criação de melhores condições de vida; a reorganização do dispositivo militar com a concentração das forças em zonas com mais população (criação de COP's) e conseguinte abandono das zonas com pouca população; e a africanização das forças armadas. No que concerne às tropas pára-quedistas Spínola também procedeu à reorganização do seu dispositivo. Inicialmente com o General Schultz, estas actuavam preferencialmente como reserva do Comandante-Chefe. Porém, com Spínola passaram, geralmente, a ser uma força de intervenção dos comandos operacionais, vulgo COP's, e apenas uma companhia de pára-quedistas ficava em Bissalanca, como reserva do Comandante-Chefe. Na constituição de COP's identificamos uma forma hábil de Spínola ultrapassar a rigidez dos Batalhões de Caçadores, escolhendo ele mesmo os comandantes operacionais sem ficar dependente de uma comum escala que rodava pelos oficiais.

A perspectiva de Spínola em relação ao teatro de operações é evidente antes da sua chegada à Guiné, quando apresentou ao Presidente do Conselho alguns aspectos que, segundo ele, condicionavam a missão que se preparava para desempenhar. A decisão tomada por António de Oliveira Salazar leva-nos a propor, por hipótese, que tinha um imperfeito conhecimento do que se passava nos teatros de operações, proporcionado na nossa opinião pelo facto de este nunca ter visitado o continente africano. Cumulativamente, verificamos que a avaliação feita por Oliveira Salazar relativamente às potencialidades humanas, menosprezando os apoios que os movimentos de libertação recebiam de muitos países, foi deficitária, dado que incorria numa constante subestimação do valor das guerrilhas em comparação com o das nossas forças.

Atendendo a que a essência da manobra contra-subversiva está na conquista dos corações e das mentes da população, levando-as a preferir a ordem representada pelas autoridades – neste caso as autoridades portuguesas – à ordem representada pelos

movimentos independentistas, propomos, por hipótese, que a acção de comando do Governador e Comandante-Chefe da Guiné foi fundamental no equilíbrio da guerra. Como verificamos, o General Spínola levou este conceito mais além, melhorando as condições de vida através da construção de aldeamentos, infra-estruturas, fornecimento de meios para produção económica e desenvolvendo uma política de atribuição de responsabilidade aos guineenses. Isto ficou claro nos congressos do povo – assembleias populares que competiam com as organizadas pelo PAIGC –, onde as autoridades locais e tradicionais exerciam algum poder, nomeadamente na influência das decisões. A esta política o Governador e Comandante-Chefe chamou a “política da Guiné melhor”, que previa a atribuição de cada vez maiores responsabilidades aos locais ao nível da segurança, constituindo forças armadas. Consideramos que a presença do General no terreno (em tabancas, aquartelamentos militares e inclusive no decorrer de operações) foi um dos factores preponderantes para a consecução dos seus ideais, dado que para além de demonstrar a preocupação e o respeito que o Comandante-Chefe tinha por todos, era um gerador incondicional de motivação. Sem esta política de conquista das populações, podemos supor que o PAIGC teria tido maior facilidade em aumentar a sua influência e logo a sua capacidade de combate. Paralelamente a esta acção, Spínola procurou inovar, e com a autorização do Governo Português, toma a decisão de “negociar”. Como verificamos, a guerra é a continuação da política por outros meios – e o inverso é tão verdadeiro quanto este – daí que as soluções para as guerras sejam sempre políticas, excepto para as que acabam no aniquilamento total do inimigo, as quais são raras. Sendo o General Spínola o Governador e Comandante-Chefe da Guiné consideramos que em operações deve utilizar todos os meios ao seu dispor para cumprir a missão que um dado poder lhe atribuiu. Apuramos assim, que as acções do General obedeceram a este ponto, considerando que a procura da solução política pôr termo à guerra é aceitável e até desejável. O conhecimento do Governo Português das intenções de Spínola é comprovado aquando da tentativa de estabelecer acordos com o PAIGC, ou parte dele, no “Chão Manjaco”. Antes do desfecho trágico que vitimou os oficiais metropolitanos, o Ministro do Ultramar, que tinha estado dias antes em Bissau, disponibilizara verbas para a integração dos guerrilheiros do PAIGC que passassem para o lado português. Estas acções, apesar das informações aceitáveis que chegavam ao General, traduzem-se sempre em alguns riscos, que por sua vez fazem parte do processo de tomada de decisão militar. Um dos riscos iminentes era serem atraídos para uma armadilha, como aconteceu. Estamos portanto a tratar de acções de guerra feitas com recurso a todos os meios, dos mais directos aos mais insidiosos. Propomos, por hipótese, que a morte dos oficiais no “Chão Manjaco” foi uma das causas que levou à acção militar sobre Conacri, com a Operação “Mar Verde” e que teve, além de outros objectivos, o servir de retaliação.

Partilhando a visão do General Spínola de que seria desastroso para Portugal ser expulso de África pela força das armas, o que poderia significar o fim da cultura portuguesa no continente, o Presidente senegalês procurou ser um intermediário nas negociações com o PAIGC. É sintomático que tenha sido logo após o impedimento do Governo Português à continuação de contactos com Senghor que o PAIGC deu um salto qualitativo na sua capacidade militar. Como é facilmente perceptível, também o Presidente senegalês chegou à conclusão de que Portugal não tinha vontade para alterar a sua política. Considerando os problemas que o Senegal tinha na fronteira Sul (Casamansa) compreendemos a mudança de atitude e a posterior cooperação com o PAIGC, numa típica ordem de ideias de que se através de Portugal não se chegava a uma solução, então o apoio à luta pela independência seria uma realidade a fim de evitar, também, futuras represálias. Senghor, ao procurar ser um intermediário leva-nos a propor, por hipótese, que para além de tentar obter a pacificação no seu país, procurava a obtenção de prestígio internacional.

Nas negociações, sempre goradas pelo Presidente do Conselho, averiguamos que incorrem duas razões: uma de princípios (política) e outra estratégica. Na primeira, se Portugal aceitasse abrir uma excepção para o território da Guiné, iria criar um precedente para Angola e Moçambique, o que levava a perder o conceito de país “uno e indivisível”. Na segunda, e atendendo ao facto de o PAIGC englobar na sua orgânica elementos da Guiné e de Cabo Verde, era inaceitável para Portugal perder Cabo Verde, dada a posição estratégica deste, e sobretudo, do aeroporto da Ilha do Sal, fundamental para que os aviões com destino ao continente africano fizessem escala. Por outro lado, era provável que Cabo Verde passasse para o domínio do mundo socialista, dado que este era a base da sua sustentação logística.

Em 1973 Amílcar Cabral é assassinado. Na procura de um motivo para a origem desta morte as incertezas são muitas. Embora este assunto possa ser deixado em aberto por ausência de indícios, inclinamo-nos para três vertentes: primeiro, um acto de vingança, pessoal ou de grupo, agudizado por uma tomada de decisão do líder e não aceite por terceiros; segundo, divergência entre elementos do PAIGC que não aceitavam o armistício e sua entrega ao Governo Português, evidenciados na acção social imposta pelo General Spínola, na proposta apresentada por Nino Vieira e no interesse demonstrado pelo próprio Amílcar Cabral; terceiro, razões sociológicas, justificadas por dissidências internas no PAIGC, entre guineenses e cabo-verdianos. Por hipótese, propomos, que os principais responsáveis pela morte de Amílcar Cabral tenham sido elementos do PAIGC, presumivelmente insatisfeitos com alguma decisão, com a orientação política do momento ou com a própria pessoa (dirigente).

Empenhando as tropas portuguesas de forma a criar condições para que o Governo Português tivesse tempo para resolver os problemas políticos, conforme o General Spínola frisou desde o início da sua comissão, os caçadores pára-quedaistas nunca se negaram ao

cumprimento das suas missões, o que nos leva a propor, por hipótese, que os resultados obtidos se deveram à simples vontade de cumprir o dever. Ao observarmos as circunstâncias, entendemos que no terreno os combatentes não sabem o que está a ser gizado nem nas sedes dos governos, nem nas salas de operações dos quartéis-generais. Os soldados limitam-se a cumprir as missões, e só mais tarde, quando as guerras se transformam em matéria de história é que se percebe o seu envolvimento e finalidade. Em suma, é um conjunto de acções e de operações que executam e nada mais que isso. Os caçadores pára-quedistas continuaram a exercer as suas funções até ser estabelecido um cessar-fogo em Argel, pois do lado de Portugal ganhar tempo era aparentemente a única proposta e estratégia para a guerra, sendo essa a indicação que o governo dava. Com o passar dos anos, o conceito de Portugal, onde se incluem as províncias ultramarinas, “uno e indivisível” sem um objectivo deliberado e sem solução desmorona-se, dado que ao contrário da ideologia oficial, a população metropolitana e guineense desacreditou o governo. Sem uma estratégia política clara, objectiva e socialmente estruturada e realista, as guerras no continente africano tornaram-se num sorvedouro de recursos humanos e materiais, exaurindo o povo e a nação, o que nos leva a propor, por hipótese, que o cansaço da população e dos militares que “lutavam num beco sem saída” foi um preliminar do fim da guerra.

Nas tropas pára-quedistas realçamos as ilações que nos permitem reflectir sobre as questões levantadas:

- Escolha voluntária por parte dos candidatos garantindo uma auto-estima elevada pelo facto de estes não se sentirem obrigados a frequentar um curso com um nível de exigência muito próprio.
- Selecção e treino de pessoal, onde, nas praças relevamos o nível mínimo de escolaridade, a quarta classe, e posteriormente a submissão a uma inspecção médica rigorosa, testes físicos e psicotécnicos com elevado nível de exigência, que permitia seleccionar os mancebos para as missões de combate. No que respeita à sua preparação, longa, exigente e selectiva, procurava-se detectar aqueles que não tinham condições para resistir a elevados níveis de esforço físico e desgaste psicológico. A instrução era ministrada por graduados (oficiais e sargentos) experientes, alguns já com várias comissões de serviço em combate. Por sua vez, os sargentos eram seleccionados entre os soldados que melhores provas tinham dado em combate e submetidos a um longo e exigente curso de preparação ministrado no Batalhão/Regimento de Caçadores Pára-quedistas. Eram em geral muito experientes, quer em combate – fruto de várias comissões –, quer na prática de instrução. Os oficiais do quadro permanente eram seleccionados entre os que voluntariamente se ofereciam para as tropas pára-quedistas, sendo igualmente muito experientes em combate, pois alguns tinham já várias comissões em funções operacionais.

- Presença de oficiais e sargentos milicianos com uma formação técnica e tática de acordo com a exigência da situação, garantida por uma instrução rigorosa.
- Treino dos homens nos períodos entre operações, aperfeiçoando a técnica de combate e a manobra das subunidades.
- Elevada sistematização nos métodos de combate, fruto da intensa aplicação dos mesmos em inúmeras operações dos mais diversos tipos. Cada subunidade era um grupo coeso, dado o muito tempo em que todos os seus elementos estavam juntos e a sua aplicação frequente em operações. Todas as unidades possuíam um bom treino e coordenação entre si.
- Elevada flexibilidade na sua aplicação, fruto da alta preparação, grande prontidão e disciplina;
- Integração de diferentes forças, onde todos trabalham em consonância com o mesmo objectivo.
- Clareza nas missões permitindo um bom enquadramento entre todos os participantes.
- Exemplo dos graduados demonstrado pela conduta, aquando da realização de operações;
- Presença constante no terreno do comandante/oficial de operações que acompanhava todos os deslocamentos.
- Bom enquadramento, dado que todas as unidades tinham efectivos adequados em praças e graduados, sendo estes muito experientes, desde o comandante da unidade até aos comandantes de secção.
- Inserção de nível batalhão, o que permitia ter pessoas mais experientes no comando – Tenentes-Coronéis e Majores.
- Rendição individual de todo o pessoal, que evitava a indesejável flutuação de rendimento, associada aos períodos de rendição das unidades substituídas em bloco. Cumulativamente, permitia que todos os ensinamentos fossem guardados e conservados, para que pudessem ser passados aos novos efectivos que chegavam, proporcionando um notável enquadramento operacional.
- Elevada prontidão, facilitada pela proximidade da base de helicópteros e de uma adequada rotação das folgas do pessoal, para que as subunidades estivessem sempre operacionais.
- Inserção na Força Aérea, que se traduzia numa facilidade de coordenação com os meios aéreos, de extrema importância neste tipo de guerra, pela proximidade física entre os diversos participantes, pilotos e pára-quedistas.
- Liberdade de acção aos mais baixos escalões, permitindo que os capitães e oficiais subalternos tomassem as suas próprias decisões.
- Unidade de comando, garantindo um bom funcionamento.

- Garantia de um determinado número de efectivos na unidade para operações inopinadas, assegurada por uma rotação coordenada de todos os elementos.
- Treino e discussão das lições apreendidas, onde todos eram participantes no sentido de corrigir erros cometidos e aprimorar os aspectos positivos.
- Vivência comum e proximidade entre oficiais, sargentos e praças, facilitando a liderança.
- Capacidade de adaptação evidenciada na preparação e planeamento das operações, o mais pormenorizadamente possível, de forma a evitar esforços desnecessários.
- Rendição periódica entre os elementos da companhia, evitando o desgaste físico e psíquico proporcionado por quem vai na frente.
- Construção/manutenção do aquartelamento, procurando o bem-estar dos homens e a recuperação psíquica e física no intervalo das operações.
- Presença de meios audiovisuais no interior do aquartelamento e entrega frequente do correio aos seus homens, procurando a satisfação dos militares.
- Desenvolvimento de actividades de lazer, proporcionando momentos de descontração aos militares.
- Postura, persuasão, justiça e humanidade, demonstrada pela forma respeitosa com que sempre trataram e apoiaram as autoridades tradicionais, a população local e os prisioneiros.
- Valorização sociológica, onde o sentido de procurar algo com grande significado se traduz num sentimento de missão cumprida, motivando e dignificando a força.
- Permanente acção psicológica sobre os seus militares (mantendo-os sempre ocupados), tendo em vista manter as suas qualidades de combatente, mas simultaneamente fazê-lo respeitar o inimigo, com especial ênfase no respeito para com os prisioneiros.
- Orgulho em pertencer à sua companhia, ao BCP 12, e em ostentar a boina verde.
- Recepção de um subsídio monetário por serem pára-quedistas.
- Armamento e equipamento superior ao das restantes forças.
- Utilização do armamento das forças inimigas, algum bastante superior ao das tropas pára-quedistas.
- Grande disciplina de combate, fruto de todos os itens citados, posta em evidência em variadas operações delicadas, mas com mais relevo na Operação “Grande Empresa”.

CONCLUSÃO

Com o fim da segunda guerra mundial as acções de colonialismo portuguesas foram abertamente criticadas a nível internacional. Paralelamente, o mundo dividiu-se em dois grandes blocos, associado às divergências que existiam entre as duas superpotências emergentes. À margem disto, após Bandung os novos Estados, resultantes do movimento de descolonização, procuraram organizar-se, integrando o conceito do terceiro mundismo, do neutralismo e do não-alinhamento. África tornou-se um objectivo importante para aqueles que pretendiam a hegemonia mundial, no entanto, o Poder Português não abdicava dos seus territórios ultramarinos, considerando imperativo mantê-los e defendê-los.

Aos poucos, a acção subversiva que visava a tomada do poder na Guiné Portuguesa foi-se propagando. Devido às suas pequenas dimensões e à proximidade com outros países que actuavam com “santuários” – Senegal e Guiné-Conacri –, a entrada ou retirada de forças guerrilheiras era rápida, possibilitando uma fácil comunicação com os escalões superiores, um adequado abastecimento logístico e atempadas evacuações sanitárias. Percebe-se que o inimigo não tinha falta de campos de treino e estava perfeitamente adaptado e familiarizado com o terreno, dado que quem combate na terra onde foi criado, além da fácil penetração e obtenção de apoio das populações locais, conhece bem o meio em que se desloca.

Constituíram-se diversos movimentos que se propunham obter a independência, contudo, apenas o PAIGC tinha expressão a todos os níveis, com um comando integrado e quadros razoavelmente preparados. Sendo a luta pelas armas considerada uma imposição para a obtenção da libertação nacional e da legalidade internacional, entende-se a mobilização da população que apoiava a causa, preconizando uma resistência política, económica, cultural e armada. Levando em consideração estes aspectos e atendendo à conduta das acções e operações de guerrilha, percebemos que as populações ao não abdicarem das suas vontades, tiveram um papel considerável no terreno, contribuindo significativamente para o desfecho da guerra.

Em 1963 teve início uma luta revolucionária armada, que desafiava o poder português a competir no controlo do território e conseqüentemente da população.

Na acção subversiva, o apoio de organizações como a ONU e a OUA, legitimou a luta e internacionalizou-a politicamente. Contudo, foi sobretudo o apoio externo de outros países que permitiu manter a acção dos movimentos. Podemos considerar que todos os elementos que agiram contra Portugal estavam coordenados e sincronizados, e portanto enfrentámos um adversário muito vasto e complexo, que evidenciou um cariz crescente ao longo dos anos. Todavia, somos levados a acreditar que sem o apoio político, militar, financeiro, de espaço e material que foram recebendo, os movimentos de libertação não teriam alcançado

o seu objectivo tão rapidamente. Nesta angariação dos apoios internacionais à causa das lutas pela independência dos territórios portugueses, sublinhamos a liderança de Amílcar Cabral e de outros quadros superiores que alcançaram uma grande aceitação por parte das instâncias internacionais.

Às Forças Armadas foi inicialmente imposta uma vocação clássica do “ganhar ou perder”, através de acções ofensivas. Porém, rapidamente se percebeu que a solução não seria assim tão simples, tendo-se mudado a mentalidade no sentido de “aguentar” a guerra. A contra-subversão teve assim como objectivo fortalecer as estruturas político-sociais do Estado e evitar o êxito da subversão. É imprescindível que todos se conscientizem que se Portugal tivesse tido uma liderança lúcida e competente durante o período da guerra, devia ter reconhecido que era definitivamente impossível derrotar ou pelo menos alterar significativamente o sistema adversário. Nestes termos, a estratégia seguida estava votada ao fracasso e havia a necessidade de a alterar, dado que quando não existem recursos suficientes ou o objectivo fixado (país pluricontinental e multirracial) não é exequível, é necessário mudar a estratégia para mantermos a liberdade de acção. Aliás, é bem conhecida a afirmação de que “a política é a arte do possível”. Assim sendo, não devíamos ter continuado a perseguir o impossível, que se iria traduzir a prazo numa derrota militar. Como consequência, é necessário que as nossas elites dirigentes a nível político (e militar) sejam competentes.

Dado o exposto sobre António de Spínola, sublinhamos, a par de uma reestruturação militar, uma notável obra de promoção socioeconómica, com o plano “Uma Guiné Melhor”, na procura de conquistar as populações. Salientam-se, com o intuito de alcançar uma solução pacífica para o conflito armado, as diversas negociações efectuadas, entretanto goradas pelo Governo Português.

Entre as reformas militares efectuadas, destacamos a acção das tropas pára-quedistas que, desde cedo, nos fazem perceber a preocupação que existia ao nível dos comandantes em dispor de soldados bem treinados, bem disciplinados e com moral, através de uma selecção e formação rigorosa.

Face ao que foi mencionado acerca dos caçadores pára-quedistas, entendemos que a sua jornada pode ser dividida em três fases distintas. Estes começam por ser infantaria de assalto, preparados para um tipo de guerra convencional. Ao iniciarem a sua actividade operacional, em Janeiro de 1967, são designados forças de intervenção, actuando sob reserva do Comandante-Chefe em Bissalanca ou integrando os COP's, onde ficavam sob o comando de um oficial superior. Dada a evolução dos processos de combate do PAIGC, da organização das suas unidades e das tácticas empregues, os caçadores pára-quedistas passam a ter de combater novamente num ambiente de guerra convencional – as operações de Guidage e de Guileje em Maio de 1973 são já exemplo dessa evolução. Paralelamente, assistimos a uma multiplicidade de modalidades de actuação. Levando em

consideração estes aspectos, entendemos que os caçadores pára-quedistas revelaram uma grande capacidade de adaptação perante as alterações impostas pelo campo de batalha, tendo para o seu sucesso contribuído, em muito, as suas características, que mantiveram ininterruptamente até ao final e que proporcionaram que todos os obstáculos fossem ultrapassados com relativa facilidade.

Numa guerra cujo objectivo era a conquista dos corações e das mentes das populações consideramos que a rendição individual se destaca de entre as demais características das tropas pára-quedistas constituindo-se como um dos factores decisivos para o sucesso da acção psicológica. Conclui-se que a passagem gradual – de homem para homem – de todos os conhecimentos relativos ao inimigo e aos indígenas garantiu um notável enquadramento social e operacional que facilitava o comando das forças por parte dos seus comandantes.

Somos levados a acreditar que o alto espírito de missão ultrapassou largamente tudo o que de normal seria de exigir às tropas pára-quedistas, que suprimiram com a sua generosidade sem fim, com o seu esforço e tantas vezes com o seu sangue, as difíceis condições do clima, do meio ambiente completamente distinto da metrópole e um quadro de deficiências estruturais originado pelo Governo Português.

Porque estavam na dependência da Força Aérea, o trabalho por esta desenvolvida também é de salientar. Ao delinear as regiões aéreas, ao efectivar a construção de infra-estruturas e ao realizar variados exercícios, a Força Aérea preparou-se e testou as suas capacidades. No teatro de operações, consideramos que a sua acção foi preponderante, quer na condução de operações, quer no apoio logístico, este último nas modalidades de transporte táctico, geral de passageiros e carga, bem como no abastecimento de unidades isoladas e evacuação de feridos e doentes.

Em 1973 assistimos à reocupação da região do Cantanhez, que se revelou um grande sucesso. Até este ano, realçamos a manutenção da supremacia aérea, todavia, a aquisição por parte do PAIGC de mísseis terra-ar inverteu novamente o curso da guerra. Conclui-se que o *SAM-7 Strella* obrigou a Força Aérea a alterar os seus procedimentos operacionais, a diminuir o nível de empenhamento e a voar a maiores altitudes, no caso dos aviões, ou a baixas altitudes, no caso dos helicópteros. Percebe-se o efeito devastador que este factor provoca no moral das tropas, dado que nos deslocamentos, apoio de fogos e evacuações sanitárias não existiam certezas quanto à presença de meios aéreos.

Tais factos culminaram na autoproclamação da independência da Guiné, a 24 de Setembro de 1973, em Madina de Boé. O texto da proclamação refere a existência da assinatura de uma estrutura estatal nas áreas ditas libertadas e demarca as fronteiras e a superfície do novo Estado. Facto alegadamente comprovado por observadores estrangeiros, que confirmaram o poder efectivo do PAIGC, concluindo que este era o único e legítimo representante dos interesses do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde, sendo Portugal

considerado como ocupante ilegal do território. Segundo o Governo Português, isto não se verificava, continuando Portugal a ter acesso e capacidade de intervenção militar em toda a extensão da província.

Reconhecido internacionalmente em Agosto de 1974 pelos Acordos de Argel, Portugal efectuou a entrega da soberania sobre o território da Guiné em Setembro do mesmo ano. Nesta conjuntura percebe-se que a URSS saiu vantajosa, podendo finalmente diminuir a despesa militar e aumentar o seu prestígio entre os membros da ideologia comunista.

BIBLIOGRAFIA

Monografias:

- Afonso, A., & Gomes, C. M. (2000). *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Afonso, A., & Gomes, C. M. (2010). *Os anos da Guerra Colonial – 1961-1975*. Lisboa: Quidnovi – Edição e Conteúdos, S.A..
- Antunes, P., Fernandes, R., & Gomes, M. (1996). *Manual de Patrulhas*. Mafra: Escola Prática de Infantaria.
- Calheiros, J. M. (2010). *A Última Missão*. Lisboa: Caminhos Romanos.
- Cann, J. P. (1998). *Contra-Insurreição em África, 1961-1974: O Modo Português de fazer a Guerra (Ferreira, D., Dias, A., Tradução)*. S. Pedro do Estoril: Edições Atena, Lda. (Trabalho original publicado em 1997).
- Direcção de Ensino (2008). *Orientações para redacção de trabalhos*. Lisboa: Academia Militar.
- Ferreira, J. J. B. (2009). *Em nome da Pátria*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- Garcia, F. P. (2010). *A Guerra de Moçambique 1964 – 1974*. Lisboa: Quidnovi – Edição e Conteúdos, S.A..
- Lourenço, J., Nicau, R., Sequeira, J., Sousa, P. M., Rita, F., & Cristo, R. (2009). *A Academia Militar e a Guerra de África*. Lisboa: Prefácio - Edição de Livros e Revistas.
- Machado, M., & Carmo, A. (2003). *Tropas Pára-quedistas*. Lisboa: Prefácio – Edição de Livros e Revistas, Lda.
- Ministério da Defesa Nacional (2005). *Regulamento de Campanha Operações*. Lisboa: Exército Português.
- Ministério da Defesa Nacional (2010). *PDE-0-18-00: Abreviaturas Militares*. Lisboa: Exército Português.
- Mira Vaz, N. (2003). *Guiné: 1968 e 1973 – Soldados uma vez, sempre soldados!* Lisboa: Tribuna da História – Edição de Livros e Revistas, Lda.
- Policarpo, F. (2010). *A Guerra da Guiné 1963-1974*. Lisboa: Quidnovi – Edição e Conteúdos, S.A..
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, H. (2008). *Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico*. Lisboa: Gravida – Publicações, Lda.
- Rodrigues, L. N. (2010). *Spínola (1.ª ed.)*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Vieira, B. (2002). *Manual de Liderança Militar: Academia Militar*. Lisboa: Edições Atena.

Partes ou volumes de monografias:

- Cabral Couto, A. (1988). *Elementos de Estratégia, Vol. I*. Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
- Cabral Couto, A. (1989). *Elementos de Estratégia, Vol. II*. Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África. (1988). *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, (Vol. 1 - Enquadramento Geral). Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África. (1989). *Resenha Histórico Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, (Vol. 3 - Dispositivo das Nossas Forças – Guiné). Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Estado-Maior do Exército (1963). *O Exército na Guerra Subversiva – I Generalidades*. Ministério do Exército, Lisboa.
- Estado-Maior do Exército (1966). *O Exército na Guerra Subversiva – II Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas*. Ministério do Exército, Lisboa.
- Jacinto, M., & Rodrigues, A. (1987). *História das Tropas Pára-quedistas Portuguesas, Vol. I*. Corpo de tropas Pára-quedistas. Grafitrês: Fotolito e artes gráficas, Lda.

- Jacinto, M., & Rodrigues, A. (1987). *História das Tropas Pára-quedistas Portuguesas, Vol. IV – Guiné (1963-1974)*. Corpo de tropas Pára-quedistas. Grafitrês: Fotolito e artes gráficas, Lda.
- Soares, V., & Adelino, E. (1963). *Dicionário da Terminologia Militar, Vol I*. Edição dos autores: Esta obra foi composta e impressa na Sociedade Astória, Lda.
- Soares, V., & Adelino, E. (1963). *Dicionário da Terminologia Militar, Vol II*. Edição dos autores: Esta obra foi composta e impressa na Sociedade Astória, Lda.

Artigos de publicações em série:

- Boina Verde (Julho/Setembro de 1991). *Tropas Pára-quedistas Portuguesas*. Revista de Informação do Corpo de Tropas Pára-quedistas, N.º 158.
- Carmo, S. (Outubro/Novembro/Dezembro de 2006). Boina Verde. *Revista de Informação das Tropas Pára-quedistas - Boina Verde*, N.º 217, pp. 21-24.
- Lousada, A., Escorrega, L., & Menezes, A. (Janeiro de 2011). Fernando Cavaleiro e a Operação Tridente. *Jornal do Exército*, pp. 217-228.

Dissertação de mestrado:

- Garcia, F. P. (2000). *Os Movimentos Independentistas, o Islão e o Poder Português (Guiné 1963-1974)*. Dissertação de mestrado em relações internacionais na Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Lisboa: Lemos & Moutinho – Artes Gráficas, Lda.

Trabalho de investigação aplicada:

- Franco, J. (2008). *Enquadramento das Tropas Pára-quedistas no seio do Exército Português*. Trabalho de investigação aplicada na obtenção de grau mestre em ciências militares na Academia Militar, Lisboa.

Documentos de arquivo:

- Acta da reunião efectuada em Cap Skiring com o Ministro senegalês Ousmane Camara, em 27 de Abril de 1972, com a seguinte referência: Transcrição do original desta acta (em documento fotográfico), respeitando a grafia e a pontuação, e a formatação possível. Lisboa: Arquivo pessoal do Coronel José Alberto de Moura Calheiros.
- Acta da reunião com o Presidente Senghor, em Cap Skiring, em 18 de Maio de 1972, com a seguinte referência: Transcrição do original desta acta (em documento fotográfico), respeitando a grafia e a pontuação, e a formatação possível. Lisboa: Arquivo pessoal do Coronel José Alberto de Moura Calheiros.
- Acta da reunião com o Ministro senegalês Ousmane Camara, em Cap Skiring, em 27 de Julho de 1972, com a seguinte referência: Transcrição do original desta acta (em documento fotográfico), respeitando a grafia e a pontuação, e a formatação possível. Lisboa: Arquivo pessoal do Coronel José Alberto de Moura Calheiros.
- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Ordem de operações n.º 5/68 – Operação “Ciclone II” do BCP 12*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Ordem de operações n.º 35/69 – Operação “Jove” do BCP 12*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Operação “Búfalo Zangado” de Dez72 da CCP 122*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Relatório do treino operacional nº 1 do BCP 12*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Relatório de operações n.º 5/68 – Operação “Ciclone II” do BCP 12*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Relatório de operações n.º 35/69 – Operação “Jove” do BCP 12*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Relatório de operações n.º 41/72 – Acção “Palanca/A” do BCP 12*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Relatório de operações n.º 42/72 – Acção “Perdiz/A” do BCP 12*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Relatório de operações n.º 44/72 – Operação “Urso Encarnado/A” do BCP 12*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.

- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Relatório de operações n.º 45/72 – Acção “Pileca/A” do BCP 12*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Relatório de operações n.º 47/72 – Operação “Dragão Bravo” do BCP 12*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Relatório de operações n.º 6/73 – Operação “Tigre Poderoso” 3º Período do BCP 12*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Relatório de operações n.º 9/73 – Operação “Busca/B” do BCP 12*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Relatório de operações n.º 14/73 – Operação “Mamute Doido” do BCP 12*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12. *Relatório de operações n.º 15/73 – Operação “Tigre Poderoso” 6º Período do BCP 12*. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.
- Borja, H., Belkhiria, K., Lofgren, F. (Abril de 1972). *A missão especial da O.N.U. nas regiões libertadas – Relatório da missão*. Lisboa: Livraria ler – Cadernos Maria da Fonte.
- Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (1973). Assunto: *Situação na Guiné*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- a) *Acta da Reunião de Comandos realizada em 13/5/73 no CCFAG*
- b) *Memorando do Chefe de Gabinete do CEMGFA de 28/5/73*
- c) *Acta da Reunião realizada no CCFAG em 8/6/73*
- d) *Memorando do Chefe de Gabinete do CEMGFA de 15/6/73*
- Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné (1973). *Acta da Reunião de Comandos, realizada em 15 de Maio de 1973*. Bissau. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Destacamento de Fuzileiros Especiais. *Relatório da acção de escoltamento a coluna Binta/Guidage, referente ao período de 230330 a 231745 MAI 73*. Lisboa: Arquivo pessoal do Coronel José Alberto de Moura Calheiros.
- Directiva n.º 65/69 13 de Agosto de 1969 do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Directiva n.º 44/69 de 08 de Junho de 1969 do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Directiva n.º 19/72 de 28 de Novembro de 1972 do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Directiva n.º 13/73 de 30 de Março de 1973 do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Mensagem de COP 3 para COMCHEFOPER NR 1123 TP 062103Z ABR 73. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Mensagem de COMCHEFOPER para COP 3 NR 1122 TP 062212Z ABR 73. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Mensagem de COMCHEFOPER para COP 3 e PARAFAPGUINE NR 1693 TP 091907Z ABR 73. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Mensagem de POSTO COMANDO AVANÇADO COP 3 para COMCHEFOPER e COP 3 NR 3638 TP 181527Z MAI 73. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Mensagem de POSTO COMANDO AVANÇADO COP 3 para COMCHEFOPER e COP 3 NR 2663 TP 181712Z MAI 73. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Mensagem de COMCHEFOPER para POSTO COMANDO AVANÇADO COP 3 NR 3722 TP 182139Z MAI 73. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Mensagem de COMCHEFOPER para POSTO COMANDO AVANÇADO COP 3 e COP 3 NR 4030 TP 201324Z MAI 73. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Ministério do Exército (1969). *Promoção a General*. Nota n.º 68 – Pº. 88-C1-17, de 8JUL69. Lisboa: Arquivo Geral do Exército.
- Ministério do Exército (1973). *Colocação do Exmo General António Sebastião Ribeiro de Spínola*. Informação n.º 2741 do Despacho de 24 de Setembro de 1973. Lisboa: Arquivo Geral do Exército.
- Ordem do Exército n.º 15, 2º série de 1969. *Declaração*. Lisboa: Arquivo Geral do Exército.
- Plano de operações “Grande Empresa” do COP 4. Tancos: Arquivo da Escola de Tropas Pára-quedistas.

- Portaria de 20 de Maio de 1968. Lisboa. Lisboa: Arquivo Geral do Exército.
- Relatório. *Situação em Guidage no período de 08MAI73 a 13JUN73*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar.
- Serviço da República (1968). *Situação de um Oficial General*. Referência: v/ofício n.º 13 612, de 17-5-1968. Serviços Militares: Lisboa. Lisboa: Arquivo Geral do Exército.

Documentos legislativos:

- Assembleia da República (1952). *Constituição da República Portuguesa – Actualizada de harmonia com a Lei n.º 2:048, de 11 de Junho de 1951*. Lisboa: República Portuguesa.
- Diário do Governo 1.ª Série (1930). Biblioteca da Academia Militar.
- Diário do Governo 1.ª Série – 1º Semestre (1954). Biblioteca da Academia Militar.
- Diário do Governo 1.ª Série – Julho a Dezembro (1958). Biblioteca da Academia Militar.
- Diário do Governo 1.ª Série – 1º Semestre (1960). Biblioteca da Academia Militar.
- Diário do Governo 1.ª Série – Janeiro a Junho (1961). Biblioteca da Academia Militar.
- Diário do Governo 1.ª Série – Janeiro a Junho (1962). Biblioteca da Academia Militar.
- Diário do Governo 1.ª Série – Julho a Dezembro (1966). Biblioteca da Academia Militar.
- Diário do Governo 1.ª Série – 1º Semestre (1968). Biblioteca da Academia Militar.
- Diário do Governo 1.ª Série – 2º Semestre (1969). Biblioteca da Academia Militar.
- Diário do Governo 1.ª Série – Julho a Dezembro (1974). Biblioteca da Academia Militar.
- Ordens do Exército n.º 4 (1952) 1.ª Série. Escola do Exército: Biblioteca do Exército.
- Ordens do Exército n.º 8 (1956) 1.ª Série. Escola do Exército: Biblioteca do Exército.
- Ordens do Exército n.º 10 (1957) 1.ª Série. Escola do Exército: Biblioteca do Exército.
- Ordens do Exército n.º 2 (1958) 1.ª Série. Escola do Exército: Biblioteca do Exército.
- Ordens do Exército n.º 7 (1958) 1.ª Série. Escola do Exército: Biblioteca do Exército.

Depoimentos:

- Avelar de Sousa, C. M. F. (2011). Tenente Pára-quedista, comandante de pelotão da Companhia de Caçadores Pára-quedistas n.º 122 e comandante da Companhia de Caçadores Pára-quedistas n.º 122 no período de 1968-1969. Capitão Pára-quedista, comandante da Companhia de Caçadores Pára-quedista n.º 123 no período de 1970-1971. Entrevistado pelo autor em 20 de Julho de 2011, Lisboa.
- Bernardes, N. C. S. (2011). Tenente Pára-quedista, comandante de pelotão da Companhia de Caçadores Pára-quedistas n.º 123 no período de 1973-1974. Entrevistado pelo autor em 03 de Julho de 2011, Abrantes.
- Borges, H. E. R. (2011). Tenente Pára-quedista, comandante de pelotão da Companhia de Caçadores Pára-quedistas n.º 121 no período de 1973-1974. Entrevistado pelo autor em 04 de Julho de 2011, Lisboa.
- Calheiros, J. A. M. (2011). Major Pára-quedista, segundo comandante e chefe da secção de informações/operações do Batalhão de Caçadores Pára-quedistas n.º 12, Comando Operacional n.º 4 e Comando Operacional n.º 5 e comandante do Comando Operacional n.º 3 no período de 1971-1973. Entrevistado pelo autor em 29 de Janeiro, 02 de Abril e 23 Junho de 2011, Lisboa.
- Ferreira, J. J. B. (2011). Tenente-Coronel Piloto Aviador. Adido de defesa na Guiné-Bissau, Senegal e Guiné-Conacri no período de 1996-1997. Entrevistado pelo autor em 19 de Fevereiro de 2011, Lisboa.
- Ferreira da Silva, M. (2011). Coronel Infantaria “Comando”. Efectuou uma comissão na Guiné, no período de 1971-1973 onde esteve colocado no Batalhão de Comandos Africanos e foi comandante do Comando Operacional n.º 5. Entrevistado pelo autor em 26 de Fevereiro de 2011, Lisboa.
- Gomes, C. M. S. M. (2011). Coronel de Cavalaria “Comando”. Efectuou comissões em Moçambique, Angola e Guiné, sendo esta última no período de 1972-1974 como assessor da Companhia de Comandos Africanos, segundo comandante do Batalhão de Comandos e comandante do Batalhão de Comandos. Entrevistado pelo autor em 09 de Março de 2011, Lisboa.
- Mira Vaz, N. A. B. (2010-2011). Capitão Pára-quedista, comandante da Companhia de Caçadores Pára-quedistas n.º 121 no período de 1966-1968 e 1970-1971. Entrevistado pelo autor em 04 de Agosto de 2010 e 08 de Janeiro de 2011, Lisboa.

- Pessoa, M. F. C. C. (2011). Tenente Piloto Aviador, no teatro de operações da Guiné, no período de 1972-1973. Entrevistado pelo autor em 08 de Junho de 2011, Lisboa. Entrevistado pelo autor em 14 de Julho de 2011, Setúbal.
- Ragageles, F. M. M (2011). Primeiro-Cabo pára-quedista, apontador da MG-42 da Companhia de Caçadores Pára-quedista n.º 122, no período de 1968-1969. Entrevistado pelo autor em 11 de Julho de 2011, Golegã.
- Santos, F. A. (2011). Alferes Miliciano Pára-quedista, comandante de pelotão da Companhia de Caçadores Pára-quedistas n.º 122 no período de 1972-1974. Entrevistado pelo autor em 14 de Julho de 2011, Brejos de Azeitão.

Documentos audiovisuais:

- Academia Militar (ano lectivo 2006-2007). *Informação e contra-informação* [PowerPoint]. Diapositivos do grupo disciplinar de Formação Geral Militar. 38 Diapositivos.
- Academia Militar (ano lectivo 2009-2010). *PATR-04-01 Introdução às Operações de Patrulhas* [PowerPoint]. Diapositivos do grupo disciplinar de Formação Geral Militar. 36 Diapositivos.
- Porto Editora (2008). *Diciopédia 2009* [DVD – ROM]. Porto.
- Serrano Rosa, A. (Sargento-Mor Pára-quedista) (2011). *Fotografias de Arquivo – Guiné* [CD]. Lisboa.

Documentos on line:

- Africanidade (12 de Setembro de 2009). *O legado de Amílcar Cabral face aos desafios da ética contemporânea*. Obtido em 29 de Junho de 2011, de Africanidade: <http://www.africanidade.com/articles/2994/1/O-LEGADO-DE-AMILCAR-CABRAL-FACE-AOS-DESAFIOS-DA-ATICA-CONTEMPORANEA/Paacutegina1.html>.
- Associação 25 de Abril (s.d.). *Guerra Colonial 1961-1974*. Obtido em 29 de Junho de 2011, de Guerra Colonial 1961-1974: <http://www.guerracolonial.org/intro>.
- Associação Guiné-Bissau (s.d.). *Associação Guiné-Bissau – Contributo*. Obtido em 29 de Junho de 2011, de Guiné-Bissau: <http://www.didinho.org/guinebissau.htm>.
- Biblioteca Nacional Digital (03 de Julho de 2006). *"Portugal não é um país pequeno"*. Obtido em 09 de Julho de 2011, de Biblioteca Nacional Digital - "Portugal não é um país pequeno": <http://purl.pt/11440/1/P1.html>.
- Bureau, D. (06 de Junho de 2009). *1961: Termina a primeira Conferência dos Não-Alinhados*. Obtido em 19 de Julho de 2011, de DW-WORLD.DE Deutsche Welle: <http://www.dw-world.de/dw/article/0,,319303,00.html>.
- Carmo, A. (24 de Dezembro de 2008). *Operacional - Defesa, Forças Armadas e de Segurança*. Obtido em 29 de Junho de 2011, de Grupos Especiais Pára-quedistas: <http://www.operacional.pt/grupos-especiais-para-quedistas-gep-%E2%80%93-mocambique/>.
- Carmo, S. (s.d.). *Pára-quedistas*. Obtido em 29 de Junho de 2011, de Tropas Pára-quedistas: <http://www.paraquedistas.com.pt/26282/26336.html#top>.
- Exército Português (2010). *Exército*. Obtido em 29 de Junho de 2011, de Exército: <http://www.exercito.pt/sites/RL2/Historial/Paginas/Comandantes.aspx>.
- Ferreira, J. J. B. (13 de Junho de 2006). *A utilização abusiva dos termos "colonial" e "guerra colonial"*. Obtido em 07 de Fevereiro de 2011, de Projecto Grifo: http://www.grifo.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=298&Itemid=71.
- Graça, L. (Abril de 2004). *Luís Graça & Camaradas da Guiné*. Obtido em 08 de Julho de 2011, de Luís Graça & Camaradas da Guiné: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/>.
- Guia Geográfico (s.d.). *Guia Geográfico – Mapa de África*. Obtido em 29 de Junho de 2011, de Mapa Político da África: <http://www.africa-turismo.com/mapas/mapa-politico.htm>.
- História, D. G. (s.d.). *História Contemporânea*. Obtido em 29 de Junho de 2011, de História Contemporânea: <http://www.cprcalahorra.org/alfaro/HCIndex.htm>.
- Instituto Tecnológico e Nuclear (2009). *Memória*. Obtido em 29 de Junho de 2011, de Memória do ITM: Biografias: http://www.itn.pt/memoria/pt_bios.htm.
- NATO (s.d.). *North Atlantic Treaty Organization*. Obtido em 08 de Julho de 2011, de NATO – Homepage: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/index.htm>.

- Neto, M. C. (Agosto de 1997). Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. Luanda. Obtido em 28 de Julho de 2011, de Colonização Portuguesa em Angola: <http://pt.scribd.com/doc/57888409/Colonizacao-portuguesa-em-Angola-neto97>.
- NetSaber (s.d.). *António de Oliveira Salazar*. Obtido em 29 de Junho de 2011, de Biografia de António de Oliveira Salazar: http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_984.html.
- OUA (s.d.). *Organização de Unidade Africana (OUA)*. Obtido em 11 de Julho de 2011, de Organização de Unidade Africana (OUA) - Ficha síntese: <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/OUA/Ficha-oua.htm>.
- Porto Editora (2003-2011). *Conferência de Bandung*. Obtido em 08 de Julho de 2011, de Conferência de Bandung - Infopédia: [http://www.infopedia.pt/\\$conferencia-de-bandung](http://www.infopedia.pt/$conferencia-de-bandung).
- Raposo, P. (28 de Fevereiro de 2008). *Guiné 63/74 - P2592: Voando sob os céus de Bambadinca, na Op. Lança Afiada, em Março de 1969*. Obtido em 07 de Julho de 2011, de Luís Graça & Camaradas da Guiné: <http://blogueforanadaevaotres.blogspot.com/2008/02/guin-6374-p2591-voando-sob-os-cus-de.html>.
- Ribeiro, E. (29 de Dezembro de 2010). *M296 – Heli-assalto – Sincronização, Cumprimento da missão e Eficácia*. Obtido em 28 de Junho de 2011, de RANGERS & COISASDOMR: <http://coisasdomr.blogspot.com/2010/12/m296-heli-assalto-sincronizacao.html>.
- Serrano, Custódio, Valente, Leal, & Alves. (24 de Fevereiro de 2007). *Como pode ser caracterizada a acção da al Qaeda na matriz da Guerra Subversiva (II Parte)*. Obtido em 28 de Junho de 2011, de Jornal Defesa e Relações Internacionais: http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=417.
- UN (s.d.). *United Nations*. Obtido em 28 de Julho de 2011, de *Welcome to the United Nations*: <http://www.un.org/en/>.
- Valpaços, C. (30 de Setembro de 2010). *Clube de história da E.S./ 3 de Valpaços*. Obtido em 29 de Junho de 2011, de Clube de história de Valpaços: http://clubehistoriaesvalp.blogspot.com/2010_09_01_archive.html.

GLOSSÁRIO

- Animista: “Seguidor da doutrina do animismo. Os “animistas” consideram que todos os seres e objectos da natureza são dotados de vida e espírito ou actividade voluntária” (Policarpo 2010: 122).
- Bauxite: “Principal minério de alumínio, constituído por uma mistura de óxidos de alumínio hidratado e alterite aluminosa” (Porto editora, 2008).
- Bolanha: “Terreno pantanoso, geralmente perto de um rio” (Porto editora, 2008).
- Caqui: “Fazenda resistente, de algodão, de cor amarelo-acastanhado” (Porto editora, 2008).
- Chana: “Grande planície desprovida de arvoredo e alagada na época das chuvas” (Porto editora, 2008).
- Coconote: “Semente de uma espécie de palmeira (dendê ou dendém), da qual se extrai um óleo” (Porto editora, 2008).
- Comando de Agrupamento Operacional (CAOP): “Órgão de comando apenas operacional, de escalão semelhante ao comando de agrupamento” (CECA, 1989: 93).
- Comando Operacional (COP): “Comando eventual, reduzido, de escalão igual ou inferior a batalhão, com finalidade unicamente operacional, directamente dependente do Comando-Chefe” (CECA, 1989: 87).
- Comando: “Autoridade investida num indivíduo para dirigir, coordenar, e controlar forças militares” (Ministério da Defesa Nacional [MDN], 2005: Anx B-3).
- Comando operacional: “Autoridade conferida a um comandante para atribuir missões ou tarefas aos comandantes subordinados, articular forças da maneira mais conveniente para a execução de tarefas operacionais e reter ou delegar controlo operacional e ou tático, como considere necessário. Não inclui em si autoridade no plano administrativo ou responsabilidade de ordem logística” (MDN, 2005: Anx B-4).
- Controlo operacional: “Autoridade conferida ou delegada num comandante para dirigir forças atribuídas, no desempenho de missões ou tarefas específicas, pormenorizando a execução se necessário. As missões ou tarefas são limitadas pela natureza, tempo e localização. Não inclui autoridade para utilizar separadamente os elementos que constituem as unidades envolvidas, nem tão pouco, comporta em si o controlo administrativo-logístico” (MDN, 2005, Anx B-4).
- Crioulo: “Sistema linguístico resultante do contacto da língua de um povo colonizador com as línguas dos povos autóctones” (Policarpo, 2010: 122).
- Emboscada: “Processo de combate das guerrilhas que têm por fim a destruição de um objectivo em movimento num itinerário determinado” (Soares & Adelino, 1963: 523).
- Flagelação: “Acções violentas desencadeadas por bandos armados e guerrilhas, de menor envergadura que os seus golpes de mão e emboscadas, sem objectivo determinado,

executadas, por vezes só pelo fogo, e destinadas unicamente a manter na população e nas forças da ordem um clima de insegurança” (EME, 1963: Anx 13).

Forças de intervenção: “Conjunto de forças destinadas a levar a efeito uma pertinaz acção ofensiva contra os bandos armados e guerrilhas para a obtenção das finalidades inerentes à função de intervenção” (EME, 1963: Anx 20).

Forças de quadrícula: “Conjunto de forças dispersas por todo o território a pacificar, com sede nas principais povoações e determinados pontos importantes e destinado a guarnecer esse território para a obtenção das finalidades inerentes à função de quadrícula” (EME, 1963: Anx 28).

Função de intervenção: “Função que se traduz no desempenho de um conjunto de missões com as seguintes finalidades: socorrer, quando necessário, outras unidades, povoações e instalações importantes, militares ou civis, atacadas pelo inimigo e hostilizá-lo o mais possível, por toda a parte, em especial nas regiões onde a quadrícula seja reduzida ou inexistente; executar operações ofensivas contra elementos rebeldes referenciados, para os expulsar, aprisionar ou aniquilar, e contra as suas instalações, para as destruir” (EME, 1963: Anx 20).

Função de quadrícula: “Função que se traduz no desempenho de um conjunto de missões com as seguintes finalidades: assegurar a defesa de determinados pontos sensíveis; garantir a possibilidade de utilização de determinadas vias de comunicação; pesquisar constantemente notícias sobre o inimigo e obter elementos que permitam conhecer cada vez melhor o terreno e a população; manter um contacto constante com a população, exercer sobre ela, em conformidade com directrizes superiores, uma acção psicossocial e, quando necessário, estabelecer medidas de controlo dessa população; exercer sobre os rebeldes, igualmente em conformidade com directrizes superiores, uma acção psicológica; hostilizar o inimigo, na medida em que os meios disponíveis o permitam” (EME, 1963: Anx 28).

Golpe de mão: “Operação ofensiva, realizada de surpresa, contra elementos rebeldes ou seus simpatizantes estacionados e vigilantes. As suas finalidades podem ser: aniquilar forças rebeldes e, em especial, elementos-chave da sua organização, destruir instalações inimigas, fontes de abastecimento e quaisquer meios de combate e de vida, colher informações, fazendo prisioneiros ou apreendendo documentos, armas, equipamento, etc.” (EME, 1963: Anx 14).

Heliassalto: “Acção militar que consiste em colocar forças no terreno, em condições de poderem assaltar de imediato posições inimigas referenciadas” (Mira Vaz, 2003: 24).

Helicanhão: “Denominação dada aos helicópteros *Alouette III* com um canhão lateral de calibre 20 mm” (Raposo, 2008: ¶ 2).

- Helicolocar/Helitransportar: “Manobras destinadas apenas a deslocar forças para locais pré-planeados, regra geral distanciados dos locais de estacionamento das tropas inimigas” (Mira Vaz, 2003: 24).
- Informação: “Conhecimentos adquiridos através de pesquisa, estudo e interpretação de todas as notícias disponíveis acerca do inimigo actual ou potencial, ou da área de operações” (Academia Militar [AM], 2006/2007: 9).
- Liderança: “Processo de influenciar, para além do que seria possível através do uso exclusivo da autoridade investida, o comportamento humano com vista ao cumprimento das finalidades, metas e objectivos concebidos e prescritos pelo líder organizacional designado” (Vieira, 2002: 11).
- Maconde: “Etnia negra de uma certa região de Moçambique” (Porto editora, 2008).
- Nomadização: “Actuação de forças militares de efectivo reduzido muito móveis, em zona afectada pela subversão, com o fim de colher informações, destruir os meios de combate e atacar pequenos objectivos” (Porto editora, 2008).
- Notícia: “Qualquer facto, documento ou material susceptível de contribuir para o melhor conhecimento do inimigo actual ou potencial, ou da área de operações. É material bruto, isto é, material que ainda não foi processado” (AM, 2006/2007: 6).
- Operações de grande envergadura: “Série de acções tácticas conduzida por várias forças de combate, de um ou vários ramos, coordenadas no espaço e tempo para cumprir objectivos operacionais ou estratégicos” (MDN, 2005: Anx B-8).
- Orografia: “Estudo descritivo das montanhas” (Porto editora, 2008).
- Patrulhamento: “É a acção levada a efeito por patrulhas devidamente coordenadas, que percorrem, com a maior frequência e densidade possíveis, as regiões não guarnecidas onde se sabe ou se presume que existem elementos rebeldes, com as finalidades seguintes: obter notícias sobre o inimigo e dados sobre o terreno e a população; procurar o inimigo e hostilizá-lo o mais possível; manter contacto com a população afastada das povoações guarnecidas, colaborando na acção psicossocial e no controlo dessa população. A acção de patrulhas destacadas com outras finalidades, como por exemplo para a segurança de uma força maior, para ligar unidades que colaborem numa mesma acção, para procurar e levar auxílio a elementos perdidos na selva, etc.” (EME, 1963: Anx 25).
- Picagem: “Consiste em picar o terreno com ferros afiados colocados no topo de uma vara de madeira. Pegando nesta e espetando a parte metálica no solo, vê-se através da dureza do solo se este foi removido recentemente (por exemplo, para colocar uma mina) ou se algum objecto mais duro está no subsolo” (Calheiros, 2010: 468).
- Periquitos: “Militares recém-chegados à Guiné e que ainda não tinham tido o seu baptismo de fogo” (Calheiros, 2010: 280).

Rusga: “Operação de polícia realizada numa povoação, zona de uma cidade ou até mesmo uma casa, onde se suspeita que existem alguns elementos rebeldes ou documentos, víveres e outros artigos essenciais que convém apreender, e cuja população se presume que não reagirá violentamente e não deve, portanto, ser molestada; por parte dos elementos rebeldes, não se conta senão com algumas manifestações de pequeno vulto e isoladas” (EME, 1963: Anx 25).

Tabanca: “Povoação; aldeia” (Porto editora, 2008).

Teatro de Guerra: “Espaço aéreo, terrestre ou marítimo que está ou pode vir a estar directamente envolvido na conduta da guerra” (MDN, 2005: 7).

Teatro de Operações: “Parte do teatro de guerra necessária à condução ou apoio das operações de combate” (MDN, 2005: 7).

Territórios não autónomos: “Aqueles cujas populações não se administravam a si próprias, constituindo responsabilidades das potências administrantes conduzir tais territórios à autonomia ou independência, informando aqueles às Nações Unidas das medidas tomadas para o efeito” (Ferreira, 2009: 563).

Supremacia aérea: “Capacidade de operar sem qualquer constrangimento em qualquer altura ou em qualquer lugar” (Ferreira, 2009: 584).

Zona de morte: “Porção do local da emboscada onde os fogos são concentrados para isolar, confinar e destruir o objectivo” (Antunes, Fernandes, & Gomes, 1996:11).

APÊNDICES

APÊNDICE A

RESUMO DA ACTIVIDADE OPERACIONAL DO BATALHÃO DE CAÇADORES DE PÁRA-QUEDISTAS N.º 12

Quadro 1: Resumo da actividade operacional do Batalhão de Caçadores de Pára-quedistas N.º 12.

Ano	Força Operacional	Operações e acções	Baixas pára-quedistas		Baixas inimigas			
			Número	Mortos	Feridos	Mortos	Feridos	Capturados
		Guerrilheiros						Populares
1963	1 Pel	8	-	-	-	-	-	1
1964	2 Pel	21	2	5	12	6	5	1
1965	1 CCP	22	2	3	26	1	2	19
1966	1 CCP	16	1 (a)	-	33	-	3	9
1967	2 CCP'S	41	4 (b)	27	84	9	45	78
1968	2 CCP'S	37	4	34	131	6	42	103
1969	2 CCP'S (c)	56	5 (a)	46	93	21	53 (f) (g)	804
1970	3 CCP'S	52	9 (b) (b)	49	35	6	23	89
1971	3 CCP'S	45	8 (b)	25	16	4	5	174
1972	3 CCP'S	48	10 (a) (b) (b)	66	48	10	4	115
1973	3 CCP'S	23	9	54	22	8	1	9 ¹⁰⁸
1974	3 CCP'S	10	2	6	4	-	3	9
TOTAL¹⁰⁹		379	56 (d)	315 (e)	504	71	186	1411

Fonte: Adaptado de Jacinto & Rodrigues (1987: 331-332).

¹⁰⁸ De referir que na Operação “Grande Empresa” foram capturados muitos populares, todavia, grande parte deles foram libertados não entrando para a estatística.

¹⁰⁹ (a) 1 Oficial; (b) 1 Sargento; (c) Reforço – CCP 123 em Jul/Ago/Set/Out; (d) 3 Oficiais, 6 Sargentos, 47 Praças; (e) 13 Oficiais, 26 Sargentos, 268 Praças; (f) 1 Capitão do Exército Cubano; (g) 1 Enfermeira da Base de Morés.

APÊNDICE B

PORTUGAL E A GUERRA DE ÁFRICA: ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E SITUAÇÃO POLÍTICA NACIONAL

Constituindo-se como o centro das atenções no período compreendido entre 1926 e 1974, as províncias ultramarinas consubstanciavam a autonomia e a independência política do País, sendo a base da sua economia, o que justificava o recurso às estratégias político-militares para a sua manutenção. Regida pelo Acto Colonial de 1930, a economia portuguesa, durante as décadas de 1930 e 1950, estava “vocacionada para África e assentava na troca de matérias-primas por produtos manufacturados” (Garcia, 2010:87). À medida que Portugal se reconstruía e abria economicamente para com o exterior, no pós segunda guerra mundial, assistimos a uma redução das transacções com as províncias ultramarinas. Contudo, as colónias continuaram a atrair emigrantes que procuravam melhores condições de vida. Atendendo a Afonso & Gomes (2000: 244) entre 1945 e 1960 contabilizaram-se quase 150 000 passageiros nos navios que faziam a ligação entre a metrópole e as províncias. De 1960 a 1967 este número sobe para cerca de 340 000.

Na verdade, África era assumida como uma razão de Estado desde o Acto Colonial de 1930 aprovado pelo Decreto n.º 18 570 de 08 de Julho de 1930: “A África é para nós uma justificação moral e uma *raison d'être* com potência. Sem ela, seríamos uma pequena nação; com ela somos um grande país” (Caetano *apud* Cann, 1998: 35).



Figura 1: Portugal não é um país pequeno.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital (2006).

Apoiado na premissa de que as províncias ultramarinas eram território integrante do conjunto unitário português, Salazar não enveredou pela cedência de soberania de parcelas

nacionais, ao contrário do que fizeram outras potências (Inglaterra, França, Holanda). Em vez disso, na década de sessenta desenvolve uma estratégia oficial, apostando num conceito de “pátria pluricontinental e multiracial” que implicava o envolvimento na guerra e a criação de um mercado de livre¹¹⁰ circulação do Escudo que abarcava Portugal e as suas províncias numa Zona Económica do Escudo (ZEE) – nunca existindo nada para esse desiderato –, e uma estratégia real que seguia rumo à Comunidade Económica Europeia (CEE)¹¹¹. Esta última, contemplando os apoios externos prestados a Portugal permitiu a sustentação de todo o esforço de guerra. Porém, a partir de 1960 assistimos a um afastamento de Portugal em relação à Inglaterra e aos EUA, que deixam de apoiar activamente as políticas coloniais europeias. A Inglaterra, com a excepção da África Austral, desde finais dos anos 50 que tinha dado a independência às suas colónias em África, considerando que era preferível resolver estas questões de forma pacífica. “Atrasar o processo só serviria para cortar as ligações à metrópole e colocar os radicais na chefia dos novos estados, o que representaria um aumento do poder soviético em África” (Lourenço et al., 2009:15). Os EUA, por sua vez, reconheciam que “iriam ocorrer dezenas de independências das colónias em África e que os EUA teriam que manter boas relações com estes novos países, cuja influência começava a ser significativa na ONU, evitando que estes passassem para a esfera da União Soviética” (Lourenço et al., 2009:15).

Nestas condições, Portugal aproxima-se da Alemanha Ocidental¹¹² – conhecida como República Federal da Alemanha (RFA) durante os anos de 1949 e 1990 – e França, o que permitiu para além de uma aproximação política e militar um estreitamento dos laços económicos e comerciais. Estes dois países são os grandes apoios internacionais nos primeiros anos da guerra, mas a partir de meados da década de sessenta começam a surgir problemas; a França, desde o término da guerra da Argélia, procurava uma aproximação aos países africanos; a RFA numa viragem política na segunda metade dos anos sessenta para a chamada *Ostpolitik* (mudança através de aproximação ao Leste) passou a ser mais rígida no apoio a Portugal, exigindo que o armamento fornecido não fosse “usado fora da área NATO” (Lourenço et al., 2009: 17).

¹¹⁰ A 04 de Janeiro de 1960 Portugal torna-se um membro fundador da *European Free Trade Association (EFTA)* – Associação Europeia de Livre Comércio –, através da assinatura da Conferência de Estocolmo, de onde ficam excluídos, explicitamente, os territórios não europeus, que formavam uma zona preferencial para os produtos portugueses. A entrada na EFTA obrigou o país a aderir ao *General Agreement on Tariffs and Trade (GATT)* – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio –, em 1962. Esta adesão criou um problema jurídico, por causa das preferências na transação de produtos entre a metrópole e o ultramar. Em virtude do acordo com o GATT, tais preferências tinham de ser consolidadas (isto é, não poderiam ser alargadas), a não ser que os territórios por elas abrangidos passassem a constituir uma zona de comércio livre.

¹¹¹ “Como termo de comparação, refira-se que o comércio português com a CEE era da ordem dos 23% e dos 18% com os países da EFTA; porém, em 1971, a situação inverteu-se, ou seja, 34% do comércio era realizado com a EFTA e 20% com o Mercado Comum” (Ferreira, 2009: 122).

¹¹² “A Alemanha não se podia aproximar em termos militares da Espanha (que não fazia parte da NATO) por razões políticas, pelo que tinha de optar por Portugal” (Lourenço et al., 2009:16).

À medida que os apoios da França e da RFA se tornam mais difíceis, Portugal em 1966 e 1967, respectivamente, apoia a declaração unilateral de independência da Rodésia e assina um amplo conjunto de acordos de cooperação com a mesma, “tanto no campo económico, como no da emigração, do abastecimento de energia e na cooperação militar” (Lourenço et al., 2009: 17). Paralelamente, são assinados uma série de acordos com a África do Sul o que evidencia uma aproximação de Portugal a estes dois países. “Em termos militares esse entendimento passa por um amplo conjunto de acordos, abarcados no projecto de defesa dos territórios “Alcora”” (Lourenço et al., 2009: 18), que interrompido pelo 25 de Abril de 1974 não chegou a concretizar-se por completo.

De acordo com Cann (1998: 30) a capacidade de Portugal manter uma campanha militar à distância teria de incluir “forçosamente as vastas e dinâmicas economias de Angola e de Moçambique”, dado que estas eram um contributo essencial para o produto interno bruto (PIB) de Portugal. Conforme Cann (1998: 30), em 1962, o PIB de Portugal continental era de 2,88 biliões de dólares, porém, a estes números devem acrescentar-se 803,7 milhões do PIB de Angola, 835,5 milhões de Moçambique e 85,1 milhões da Guiné. Isto revela uma nação com um PIB de 4,6 biliões e modifica consideravelmente a equação de riqueza, demonstrando por que motivo Portugal tinha tanto interesse nas suas províncias.

A guerra “nunca pôs em causa o desenvolvimento da parte europeia de Portugal e fez disparar o desenvolvimento, não só económico, como também social em todos os territórios ultramarinos” (Ferreira, 2009: 132), dado que parte do investimento feito nas operações revertia para a melhoria das condições de vida das populações.

APÊNDICE C

DE BANDUNG ÀS CONFERÊNCIAS PAN-AFRICANAS

Com lugar em Bandung, na Indonésia, entre os dias 18 e 24 de Abril de 1955, a designada conferência de Bandung foi o motor de arranque para modificações profundas e irreversíveis da própria estrutura da sociedade internacional. Aqui, vinte e nove países (Afeganistão; Arábia Saudita; Birmânia; Camboja; Ceilão; China (República Popular); Costa do Ouro (Gana); Egito; Etiópia; Filipinas; Índia; Indonésia; Iraque; Irão; Japão; Jordânia; Laos; Líbano; Libéria; Líbia; Nepal; Paquistão; Síria; Sudão; Tailândia; Turquia; Vietname (República Democrática do Vietname - Norte); Vietname (República do Vietname do Sul); Iémen) marcaram de forma definitiva o fim do monopólio na condução das relações internacionais por grandes potências. Os objectivos da conferência foram definidos na reunião preparatória de Bogor, em Dezembro de 1954: “Fomentar a boa vontade e a compreensão entre as nações da Ásia e África, estudar e favorecer os seus interesses mútuos e comuns para estabelecer e promover a amizade e relações de boa vizinhança. Examinar os problemas que interessam especialmente aos povos da Ásia, por exemplo, os problemas que afectam a soberania nacional como o racismo e o colonialismo. Apreciar a posição da Ásia e da África e a dos seus povos no mundo contemporâneo bem como a contribuição que eles podem dar ao fortalecimento da paz e cooperação internacional” (CECA, 1988: 48).

Como resultado, “os países não-alinhados¹¹³ conseguem (...) uma resposta concertada aos problemas que, em conjunto, enfrentam, constituindo-se no marco fundamental da sua própria afirmação” (Afonso & Gomes, 2000: 21), dado que no final “é consagrado o dever de todos os povos libertados ajudarem os ainda dependentes a alcançar a sua soberania” (Garcia, 2000: 51). Foi ainda “considerado o colonialismo como um mal ao qual era preciso pôr fim rapidamente, uma vez que a sujeição dos povos à exploração estrangeira constituía uma negação dos direitos humanos elementares e era contrária à Carta das Nações Unidas (plenamente aderida pela Conferência), bem como à Declaração Universal dos Direitos do Homem” (Garcia, 2000: 51).

No encerramento de Bandung, ficou prevista a realização de uma outra conferência. Esta, com lugar no Cairo entre 26 de Dezembro de 1957 e 1 de Janeiro de 1958 marcou a grande presença do neutralismo. A URSS, condenada em Bandung pelo seu colonialismo, surge agora “bem colocada para manobrar todo o novo mundo emergente” (CECA, 1988: 49), alcançando grande prestígio. A Conferência do Cairo marca ainda a revelação de

¹¹³ Segundo Buleau (2009: ¶ 2) para os países do Terceiro Mundo ser não-alinhado significava manter a neutralidade num ambiente de tensão, ou seja, não se deixar envolver nem pelos países comunistas nem pelos países industrializados ocidentais.

Nkrumah, Presidente do Ghana¹¹⁴, que promove a “realização de Conferências Africanas em consonância com outros políticos africanos” (CECA, 1988: 50) com o objectivo de encaminhar para a emancipação imediata todos os povos de cor vinculados à Europa.

Em Abril de 1958 assistimos à realização de duas conferências, uma em Tânger e outra em Accra. Na primeira destacamos o facto de o princípio da luta subversiva ter sido admitido. Na segunda (a Primeira Conferência de Estados Independentes) “destacamos na Declaração Final, a fidelidade à Carta das Nações Unidas, à Declaração Universal dos Direitos do Homem e à Declaração da Conferência de Bandung, denotando deste modo um forte sentido de unidade em relação ao Ocidente, unidade esta que assenta na própria unidade do Continente que tinha em comum a sujeição colonial, no passado, e uma (...) determinação de evitar aderir a qualquer bloco” (Garcia, 2000: 53).

De 25 a 27 de Julho de 1958, realizou-se o Congresso de Cotonou com o intuito de constituir o Partido do Reagrupamento Africano, mas as palavras de ordem acabaram por ser “independência imediata” e “Estados-Unidos de África”.

Seguiu-se a segunda Conferência de Accra, de 6 a 13 de Dezembro de 1958 (agora designada por Primeira Conferência dos Povos Africanos), da qual foram adoptadas três resoluções, que visavam a “condenação do colonialismo sob todas as formas e o encorajamento dos movimentos independentistas em toda a África” (CECA, 1988: 51). No final, recomendou-se que todos os estados africanos independentes deviam romper as relações diplomáticas com os países que praticassem a segregação racial. Relativamente a Portugal foi contestado o direito de assimilar os territórios africanos à Metrópole.

De 4 a 8 de Agosto de 1959 decorreu em Monróvia a segunda Conferência de Estados Africanos Independentes na qual se adoptaram quatro resoluções, sendo que a quarta proclamava o direito à “autodeterminação dos territórios coloniais” (CECA, 1988: 52).

De 25 a 31 de Janeiro de 1960 contando com a presença de representantes de Angola, decorreu em Tunes a segunda Conferência dos Povos Africanos. Aqui foi reivindicada a independência para Angola e solicitado que o problema do Ultramar Português fosse inscrito na XV sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

De acordo com Garcia (2000: 57-58) a 14 e 15 de Dezembro de 1960, a Assembleia Geral das Nações Unidas, através das Resoluções A/1514 e A/1542, respectivamente, reconhece o direito das províncias ultramarinas e dos seus povos à independência e clarifica a classificação de colonialismo, aplicável aos territórios portugueses em África. Com o objectivo de examinar os obstáculos que se opunham à descolonização a Assembleia Geral cria a 27 de Novembro de 1961 a Comissão dos Dezassete¹¹⁵, que “insistia na necessidade de se entender o direito à autodeterminação no contexto colonial, podendo assim, impor às

¹¹⁴ De acordo com CECA (1988: 49) a conferência de Bandung foi responsável por mudar a opinião de Nkrumah, que por lhe parecer útil a acção anticolonialista do Egipto, nesta altura caucionado pelo mundo soviético, participou nesta conferência. A 6 de Março de 1957 proclama a independência do seu país.

¹¹⁵ Em 1962 foi alargado para 24 membros, passando a designar-se por Comité dos 24.

potências colonialistas as medidas que estas não tomassem por sua própria iniciativa” (Garcia, 2000: 60).

Por último, destacamos a terceira Conferência dos Povos Africanos realizada no Cairo a 23 de Março de 1961 onde “a independência de todas as possessões portuguesas foi reclamada” (Decraene *apud* Garcia, 2000: 55) e foi aprovado “o recurso à força para liquidar o imperialismo” (CECA, 1988: 52), o que evidencia um progresso em relação a Bandung onde nada de concreto foi decidido em relação aos territórios portugueses.

APÊNDICE D

A GUERRA

Para Cabral Couto (1988: 148) a guerra é entendida como a “(...) violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares (...)”. Decorrentes de uma proliferação de expressões reflectindo guerras de várias tipologias surgem vários critérios de classificação de entre os quais importa salientar os conceitos de subversão, guerra subversiva, guerra revolucionária e guerra de guerrilha.

A subversão é “o exercício de meios psicológicos assentes sobre valores sociomoraes perfilhados pelas maiorias, visando, em geral por forma predominante e prolongadamente não ostensiva, a queda ou controlo global ou parcial do Poder por minorias, num território ou em outro objectivo a atingir acompanhando sindromatologias pré-revolucionárias” (Monteiro *apud* Garcia, 2000: 75). É normal confundir guerra subversiva com subversão, todavia, nem sempre subversão conduz à guerra subversiva pois esta é “a prossecução da política de um grupo político por todos os meios, no interior de um dado território, com a adesão e participação activa de parte da população desse território” (Cabral Couto, 1989: 211). No entanto a subversão antecede e acompanha a guerra subversiva, logo consideramos guerra subversiva igual a subversão armada.

A noção de guerra revolucionária também é alvo de confusão com guerra subversiva. Para além dos conceitos já inseridos no conteúdo sobre guerra subversiva esta integra mais três características: “(...) é conduzida nos pressupostos do marxismo-leninismo; pretende em última análise, a implantação do comunismo; utiliza uma amplitude de meios e processos, que vão da guerra convencional à guerra subversiva, ou simples aspectos de guerra fria, ou mesmo, o mero esquema de agitação/propaganda (...)” (Pinheiro *apud* Garcia 2000: 76). E, podemos ainda, “acrescentar uma quarta característica: pratica o desenvolvimento lento, baseando a sua estratégia na guerra prolongada e no esgotamento da ordem constituída” (Monteiro *apud* Garcia, 2000: 76-77). Apesar de todas estas diferenças salientamos o facto de que nem todas as guerras subversivas são revolucionárias, mas todas as guerras revolucionárias são subversivas dado que estas últimas, no projecto de tomada do poder, se podem acomodar a qualquer ideologia e colocar-se desta forma ao serviço de qualquer conflito contra o Estado.

Afonso & Gomes (2000: 14) vão, contudo, mais longe referindo que “quanto aos objectivos era uma guerra subversiva para as autoridades portuguesas e guerra revolucionária para os movimentos de libertação; mas quanto à tática utilizada, recorrendo ao emprego de meios e processos muito restritos, com forças ligeiras, dispersas e

clandestinas, deve ser classificada como guerra de guerrilha”, “uma tática adaptada às possibilidades psicológicas, geográficas e políticas, a uma relação de forças, (...) que emprega determinado tipo de meios e processos com um carácter restrito, na realização de operações militares” (Garcia, 2000: 77). Assim, verificamos que uma guerra subversiva se trava, em regra, no plano militar, sob a forma de guerrilhas. “Porém, podem existir guerras subversivas sem operações de guerrilha” (Garcia, 2000: 78).

Após esta análise de conceitos é oportuno mencionar que daqui em diante nos iremos referir de uma forma indistinta a guerra subversiva e guerra revolucionária, mas com interesse sobretudo no segundo conceito, pois na Guiné a guerra era subversiva e também revolucionária.

APÊNDICE E

O PREPARO DAS FORÇAS ARMADAS

➤ **1953**

- ✓ Teve lugar no IAEM o curso de EM de pequenas unidades. Este, baseando-se na experiência de oficiais que tinham frequentado escolas do exército dos EUA ou visitado unidades do mesmo na RFA, “destinava-se a preparar oficiais para funções de Estado-Maior ao nível dos batalhões e regimentos” (Cann, 1998: 67). Embora não propriamente destinado à guerra subversiva demonstrou grande importância durante as campanhas.

➤ **1958**

- ✓ Cinco oficiais do exército são enviados para o Centro de Informações do Exército Britânico em *Maresfield Park Camp, Uckfield, Sussex*, a fim de frequentarem cursos de informações na Escola de Informações Militares. Na carga horária constava uma significativa componente sobre guerra subversiva. No seu regresso destacamos um manual – *Manter a paz – Deveres de Apoio ao poder Civil* – que o Capitão Cardoso trouxe e que foi prontamente traduzido, integrando posteriormente os cursos de oficiais superiores de 1958-1959¹¹⁶.

➤ **1959**

- ✓ Seis oficiais portugueses frequentaram um estágio no Centro de Instrução de Pacificação e Contra-Guerrilha em *Arzew (Argélia)*, com o objectivo de prepará-los para uma posição de comando. Regressados a Portugal elaboraram um relatório onde a mensagem dominante era “a de que o exército português se devia preparar urgentemente para combater insurreições” (Marques Pinto *apud* Cann, 1998: 68). Neste mesmo ano uma comissão nomeada para analisar as condições que envolviam a segurança dos vários territórios, metropolitanos e ultramarinos, da nação portuguesa e para estudar a criação de unidades especiais de utilização imediata, alertava para uma possível luta no ultramar. Em consequência, dado o tipo de guerra que se esperava, “o Ministro do Exército, na sua Directiva de 22 de Abril de 1959, deu início a uma profunda reorganização do seu ministério, que a partir de Novembro de 1960, passou a ter jurisdição em todo o território nacional, metropolitano e ultramarino” (Garcia, 2010: 33).

¹¹⁶ “O volume tratava, de um modo geral, as insurreições como um problema inspirado pelo comunismo, progredindo da subversão à apreensão de áreas fundamentais e incluindo as lições extraídas da experiência britânica na Malásia” (Cann, 1998: 67-68).

➤ **1960**

- ✓ Com esta reorganização, e procurando dar aos quadros alguma preparação, foi criado pelo Decreto-Lei 42 926 de 16 de Abril de 1960, o Centro de Instrução de Operações Especiais, com a finalidade de preparar tropas na luta de contra-guerrilha, acção psicológica e operações especiais.

De acordo com Garcia (2010: 34) a Directiva de 20 de Janeiro de 1960 do CEMGFA apontava para a preparação de uma futura guerra no ultramar face às ameaças de guerra defensiva com os países vizinhos e guerra subversiva conduzida no interior dos territórios e sublevação. Fazendo jus a esta Directiva o esforço militar que se encontrava na Europa é transferido para África.

Este sentido foi reforçado quando a 6 de Dezembro de 1960 o «Congresso dos 81» países comunistas concluiu três semanas de deliberações em Moscovo. Como resultado obteve-se uma lista onde figuravam diversos países como alvo de actividades subversivas. De acordo com Valluy *in* Cann (1998: 68-69) “Portugal e as suas colónias estavam no primeiro lugar”.

Destacamos ainda o regresso do Major Artur Henrique Nunes da Silva que passou dois anos na Escola Superior de Guerra em Paris, onde frequentara o «*Cours Supérieur de Guerre*». Assumindo funções como instrutor do IAEM e como oficial superior do Estado-Maior General do Exército iniciou, numa corrida contra o tempo, a produção de um manual que contemplasse esta nova forma de combater. Com o apoio dos alunos do curso complementar de EM de 1961-62 e utilizando “documentos e informações adicionais provenientes principalmente do Quartel-General da região Militar de Angola, apresentou a publicação Apontamentos para o Emprego das Forças Militares em Guerra Subversiva” (Cann, 1998: 70). Terminado este trabalho, o então Tenente-Coronel Nunes da Silva entregou o projecto ao Estado-Maior General do Exército onde a necessidade de estabelecer uma doutrina clara e especializada era urgente.

➤ **1963**

- ✓ O manual designado por “O Exército na Guerra Subversiva” foi publicado, sendo novamente reeditado em 1966.

APÊNDICE F

CARTA DA DISTRIBUIÇÃO ÉTNICA DA GUINÉ

Os Paleo-Sudaneses compreendem:

- Balantas; Bagas; Baiotes; Beafadas; Bijagós; Brames; Cassangas; Felupes; Landumas; Manjacos; Nalus; Papeis; Pajadincas; Tandas.

Os Neo-Sudaneses compreendem:

- Mandingas (que se subdivide em: Bambarãs, Jacancas, Jaloncas, Mandingas, Saracolés e Sossos).
- Fulas (que se subdivide em: Boencos, Fulas-Forros, Fulas-Pretos, Futa-Fulas e Tucorores).

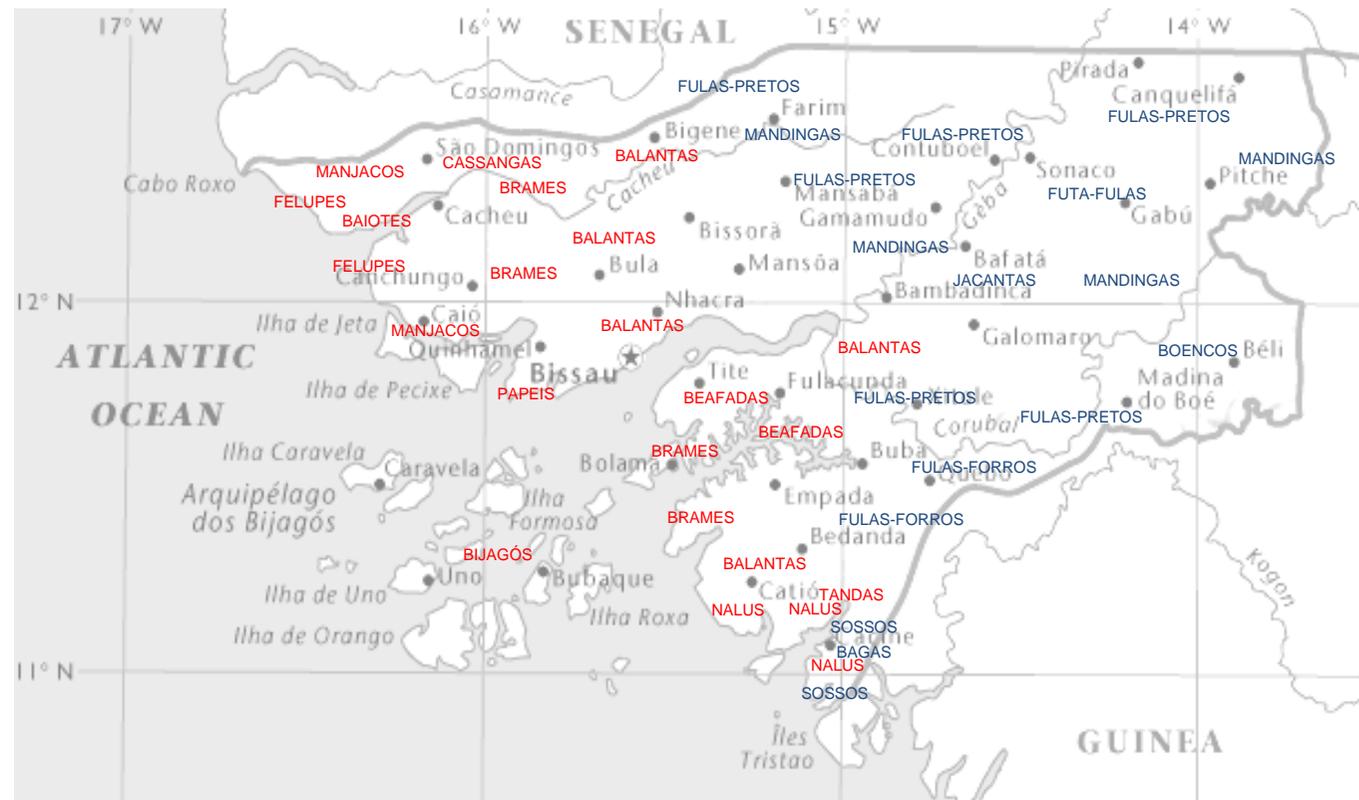


Figura 2: Carta da distribuição étnica da Guiné.

Fonte: Adaptado de Jacinto & Rodrigues (1987: 62).

APÊNDICE G

REPARTIÇÃO POPULACIONAL DA GUINÉ SEGUNDO O CENSO DE 1960

Quadro 2: Carta da distribuição étnica da Guiné segundo o censo de 1960.

Tribo	N.º Habitantes
Balantas	132 597
Fulas	113 152
Manjacos	78 747
Mandingas	67 395
Papeis	40 974
Bijagós	11 467
Felupes, Beafadas, Nalus e outros grupos	81 105
Total¹¹⁷	525 437

Fonte: Adaptado de CECA (1988).

¹¹⁷ Cerca de 70% da população vivia nos aglomerados urbanos de Bissau, Bolama, Bafatá, Farim, Bissorã, Teixeira Pinto, Mansoa e Nova Lamego.
 No litoral, o povoamento chegava a atingir uma densidade de 100 hab/km².
 No interior, a população rareava, descendo a sua densidade até 1 hab/km².

APÊNDICE H

CARTA DE LÍNGUAS E DIALECTOS DA GUINÉ

O Oeste Atlântico está representado pelo:

- Balanta; Banhum; Baiote; Beafada; Bijagós; Brame; Cassanga; Cobiana; Felupe; Fula; Mansoanca; Manjaco; Nalu; Padjandica; Papel.

O Mandé está representado pelo:

- Bambarã; Jacanta; Mandinga; Sacarolé; Sosso.

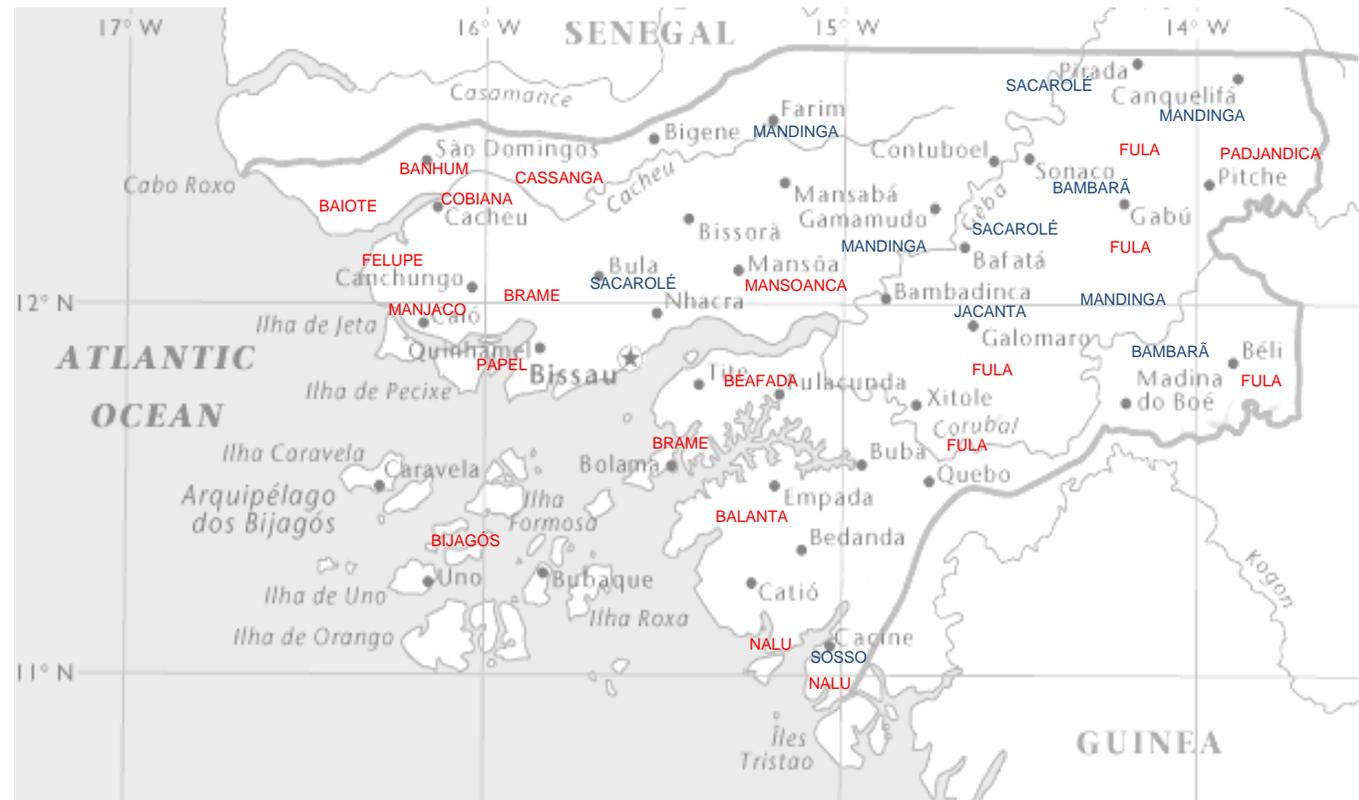


Figura 3: Carta de línguas e dialectos da Guiné.

Fonte: Adaptado de Jacinto & Rodrigues (1987: 60).

APÊNDICE I

PAIGC: DA FUNDAÇÃO AO INÍCIO DA GUERRA

No ano de 1953 surge o primeiro indício de intenção independentista expressa na tentativa, gorada pela interdição do Governador, de fundação de um clube desportivo reservado a naturais da província. O seu proponente, Amílcar Cabral, acabou por fundar na clandestinidade o Movimento de Independência da Guiné (MIG) que, em 1956 deu origem à criação do Partido Africano de Independência (PAI). Este, “criado em Bissau, a 19 de Setembro de 1956, por Amílcar Cabral, conjuntamente com Aristides Pereira, Luís Cabral, Júlio de Almeida, Fernando Fortes, Elisée Turpin e Abílio Duarte” (Garcia, 2000: 101), tornou-se no “primeiro de uma série de movimentos, criados posteriormente, com vista à obtenção da Independência da Província Portuguesa da Guiné”¹¹⁸ (Jacinto & Rodrigues, 1987: 80) e simultaneamente o mais activo e empenhado quando se desencadeou a luta armada. A sigla PAIGC só será adoptada em 1960.

Em 1958 o PAI fundou na clandestinidade a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné. Posteriormente, uma parte considerável destes movimentos reagruparam-se e fundiram-se, permanecendo activos a partir de 1962 somente o PAIGC e a Frente de Libertação para a Independência da Guiné (FLING)¹¹⁹, que animados por uma crescente adesão da comunidade internacional à causa da libertação “partiram para o terreno e esforçaram-se para criar condições político-militares que lhes permitissem desencadear todo o tipo de acções necessárias à expulsão da Administração Portuguesa do território” (Policarpo, 2010: 41). Após 1965 o PAIGC sobrepôs-se a “todos os Movimentos, sendo o único que manteve uma actividade militar efectiva, uma vez que a acção da FLING assumiu um carácter eminentemente político” (Jacinto & Rodrigues, 1987: 80) limitando-se “à publicação de alguns comunicados, à organização de reuniões e participação em algumas conferências internacionais” (Garcia, 2000: 100).

Em 1959 destacamos a “matança de Pidjiguiti”¹²⁰, que despoletou o rumo do PAIGC. Até aqui com uma estratégia que incidia preferencialmente sobre os assalariados urbanos,

¹¹⁸ Alguns movimentos usufruíram do apoio de Dacar: União Popular da Guiné (UPG), fundada em 1958; União Democrática Cabo-Verdiana (UDC), em 1959; Movimento de Libertação da Guiné (MLG), em 1961; União dos Naturais da Guiné Portuguesa (UNGP), em 1962. Outros apoiavam-se na República da Guiné-Conacri: Movimento de Libertação da Guiné e Ilhas de Cabo Verde (MLGCV), em 1959; e o Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

¹¹⁹ A FLING fundada a 3 de Agosto de 1962 em Dacar visava unicamente a independência da Guiné e resultou da fusão do MLG, UPG, União Popular para a Libertação da Guiné (UPLG) e mais tarde do UNGP.

¹²⁰ De acordo com o relatório de 04 de Agosto de 1959 do Quartel-General do Comando Militar da Guiné apresentado por Afonso & Gomes (2010: 16) “no dia 3 de Agosto de 1959, os marinheiros de várias embarcações costeiras das firmas de Bissau manifestaram-se no porto de Pidjiguiti por melhoria salarial, sendo a sua acção reprimida pela polícia local de que resultou, no local dos acontecimentos, a morte de sete marinheiros e duas dezenas de feridos, entre os quais três polícias,

passou a dar prioridade aos camponeses. Um mês depois o PAIGC realizou uma conferência clandestina em que decidiu preparar-se para o início da luta armada.

Relevamos os apoios que surgiram como é o caso da China e de Marrocos: o primeiro “declarou apoiar publicamente a formação de quadros do novo movimento guineense” (Policarpo, 2010: 47) recebendo no ano de 1960 Amílcar Cabral e um grupo de quadros aos quais transmitiram conhecimentos de guerrilha e de formação ideológica; Marrocos, por sua vez, em 1961, “concedeu ao PAIGC apoio substancial diversificado” (Policarpo, 2010: 47) de onde sobressaem armas e um apoio determinante para a formação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, fundada a 18 de Abril de 1961 em Casablanca. Várias propostas foram, entretanto, enviadas ao Governo Português para que este desse a oportunidade aos habitantes da Guiné e Cabo Verde de decidirem livremente o seu destino. “A última, de Outubro de 1961, exigia o direito à autodeterminação, advertindo que o partido se veria na obrigação de iniciar a luta armada. A proposta não obteve qualquer resposta, pelo que o conflito se tornou inevitável” (Afonso & Gomes, 2000: 83).

Com uma retaguarda segura na Guiné-Conacri onde foi instalado o seu Quartel-General e com o apoio do Senegal¹²¹ independente desde 1960, o PAIGC ia organizando e constituindo as suas unidades combatentes. Cientes do perigo e procurando limitar a acção destes movimentos as autoridades portuguesas intensificaram as medidas preventivas. Em Março de 1962, pela acção da PIDE, centenas de pessoas foram presas em Bissau entre as quais Rafael Barbosa e Fernando Fortes que haviam sido patrocinadores na criação do PAIGC. Numa reacção, em Junho, Amílcar Cabral convidado a deslocar-se à ONU, na qualidade de representante do PAIGC, “apresentou perante a Comissão da ONU um relatório sobre a situação na Guiné portuguesa, que ele intitulou “O Nosso Povo, o Governo Português e a ONU”” (Policarpo, 2010: 48). Dezassete anos depois de ter chegado a Lisboa para frequentar o Instituto Superior de Agronomia, Amílcar Cabral “ordenou à componente militar do seu partido que desencadeasse acções armadas contra o Estado Português” (Policarpo, 2010: 48) pretendendo, em suma, “a liquidação da dominação colonial portuguesa; a criação de bases indispensáveis para a construção de uma vida nova para os povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde; e a construção da paz, do bem-estar e do progresso contínuo do povo da Guiné-Bissau e de Cabo Verde” (Garcia, 1997: 104)¹²².

e de mais três marinheiros mortos em consequência de ferimentos”. Como sucede sempre nestes casos, a disparidade dos números é gritante, pois os nacionalistas mencionam 50 mortos e dezenas de feridos. Embora este acontecimento não tenha uma relação directa com os movimentos independentistas, tanto o MLG como o PAIGC reivindicaram a responsabilidade deste incidente.

¹²¹ “Por parte do Governo Senegalês nem sempre assim foi. Senghor, que de início prestava auxílio à FLING, talvez por receio do fomento de perturbações desenvolvidas pelo PAI, partido de oposição com forte influência no Casamansa e que mantinha com o PAIGC estreitas relações, decidiu conceder apoio e celebrou mesmo um protocolo com o PAIGC, que estabelecia as modalidades de cooperação entre as autoridades senegalesas e os responsáveis do PAIGC” (Garcia, 2000: 122).

¹²² Na perspectiva portuguesa “os objectivos do PAIGC eram: 1) Conquista das populações quer pelo aliciamento, quer pelo terrorismo, e a sua separação das autoridades portuguesas; 2) O desmantelamento económico da província; 3) O desenvolvimento da guerrilha e das acções

APÊNDICE J

O ARMAMENTO E EQUIPAMENTO DO PAIGC

Os movimentos de libertação utilizaram armamento e equipamento de diversas proveniências, mas a grande maioria do seu material de guerra teve origem nos seus países apoiantes, Guiné-Conacri, Senegal, URSS, China, Jugoslávia e Checoslováquia inicialmente e, posteriormente, a partir de 1966, também em países como Cuba, Gana, Argélia e Egipto.

Em Outubro de 1968 o Brigadeiro Spínola, através de um estudo que ele próprio fez, comparou a dotação orgânica de armamento ligeiro de uma CCac com um bigrupo do PAIGC. Verificou que este último possuindo um terço dos efectivos combatentes, tinha quase o dobro do armamento mais significativo¹²³. Referiu ainda que “o armamento ligeiro de que o inimigo dispõe, fundamental para a guerra subversiva, é tecnicamente muito superior ao distribuído às nossas forças (...) que continuam a utilizar o armamento ligeiro de apoio, sendo na sua quase totalidade anterior à II Guerra Mundial, está necessariamente sujeito a avarias e tem provocado situações críticas frente ao inimigo” (Afonso & Gomes, 2000: 115).

O PAIGC dispôs de:

- **Pistolas:** *Ceska; e Tula Tokarev.*
- **Pistolas-metralhadoras:** *Pistolet-pulemet Shpagin-41 (PPSh-41); Sodayev; Beretta; Schmeisser; Thompson; M-25; e M-23.*
- **Espingardas:** *Kalashnikov AK (AAutom); M-52 (SAutom); Simonov M-21 (SAutom); Mauser (ARep); Mosin-Nagant (ARep); Steyer (ARep); e Steyer Manlicker (ARep).*
- **Metralhadoras ligeiras:** *M-52; Bren cal. 7.7 Mark II; Degtyarev DP; Degtyarev RDP; Borsig (MG-43); e Zbrojovska.*
- **Metralhadoras pesadas:** *Goryunov.*
- **Metralhadoras pesadas/antiaéreas:** *Degtyarev 12,7 mm; Zbrojovka ZB 53 Vz 37; Vladimirov 14,5 mm; ZPU-1; ZPU-2; e ZPU-4.*
- **Outras:** *Carabina Zbrojovka; Caçadeiras; Canhângulos; e Torpedos bengalórios.*
- **Minas:** *Anti-Pessoal (APess)¹²⁴; Anti-Carro (ACar); e aquáticas.*

psicológicas contra as nossas tropas. Ou seja, não são coincidentes, notando-se, assim, as diferentes perspectivas em que o problema era abordado, necessitando o PAIGC, no terreno, de desenvolver a luta armada para alcançar os objectivos a que se propôs” (PAIGC *apud* Garcia, 2000: 102).

¹²³ “CCac (120 homens): 3 Metralhadoras ligeiras; 4 Lança-foguetes; 0 Metralhadoras pesadas; 2 Morteiros de 60 mm. Bigrupo – PAIGC (40 homens): 4 a 6 Metralhadoras ligeiras; 2 a 6 Lança-foguetes; 2 a 4 Metralhadoras pesadas; 2 a 8 Morteiros de 82 mm” (Afonso & Gomes, 2000: 114).

¹²⁴ Calheiros (2010: 487) refere a introdução de um novo tipo de mina designada por “mina-papel”, que “eram minas dispostas de duas folhas de estanho ligadas a uma pilha eléctrica. A separar estas folhas de estanho, como isolante, era utilizado papel de jornal”.

- **Granadas de mão:** *GMD F-1* Defensiva; *GMD RGD-5* Defensiva; *RG34* Ofensiva; e *RC4* Ofensiva.
- **Lança granadas-foguete (LGF):** *Pancerovka P-27*; *RPG-2* e *RPG-7*.
- **Lançador múltiplo de foguetões:** *BX10*.
- **Morteiros:** *60 mm*; *82 mm*; e *120 mm*.
- **Canhão sem recuo (S/R):** *SPG-82*; e *T-21* de *8,2 cm*.
- **Canhão anti-tanque:** *85 mm D-44*; e *130 mm M-46*.
- **Rampa de foguetões:** *Grad-P* de *122 mm*.
- **Mísseis terra-terra:** *Katyusha* (foguetões de *122 mm*).
- **Mísseis terra-ar:** *SAM-7 Strella*.
- **Viaturas anfíbias:** *PT-76*; e *BTR 40-P*.
- **Carros de combate:** *BTR 152*; e *T-34*.
- **Rádios:** *R 100*; *R 104*; e *R 106*.
- **Outros:** Alças telescópicas; baterias; bicicletas; cantis; capacetes; carretéis de fio condutor; cordão lento; cordão detonante; detonadores eléctricos e pirotécnicos; disparadores; explosivos; explosores eléctricos; geradores; lanternas de sinais; materiais hospitalares; megafones; mochilas; marmitas; sabres; telefones diversos; e viaturas pesadas.
- **Aviação:** A posse destes meios aéreos por parte do PAIGC não é confirmada, mas ainda assim são várias as referências:
 - ✓ Em 24 de Abril de 1968 “aviões *FIAT G-91* da base de Bissau entram em contacto visual com dois *MiG-17* da Guiné-Conacri” (Afonso & Gomes, 2010: 449).
 - ✓ Em 13 de Fevereiro de 1971 “Bissau é sobrevoada por dois aviões *MiG-17* da República da Guiné-Conacri” (Afonso & Gomes, 2010: 603).
 - ✓ Em 14 de Dezembro de 1973 a informação do Comando da Zona Aérea da Guiné e Cabo Verde refere que “um cidadão guineense evoluído que se apresentou alegando motivos políticos identificou sem legendas os seguintes meios aéreos na Base de Conacri: 6 a 12 *MiG-21*; alguns *Nordatlas*; helicóptero *Bell* armado, tipo *USArmy*; aviões de ligação *Otter*” (Afonso & Gomes, 2010: 752).

Por último e não esquecendo o equipamento individual, verificamos que este foi sempre muito variado, sofrendo o efeito das contingências de fornecimento. Contudo, “os combatentes que integravam unidades organizadas dispunham de uniforme e de equipamento individual, basicamente constituído por camuflado ou fato de caqui, botas de lona ou de cabedal, cinturão com cantil e cartucheiras. Os comandantes e os artilheiros utilizavam também bússolas e lunetas de pontaria” (Afonso & Gomes, 2000: 264).

APÊNDICE K

A PAR DA LUTA ARMADA

Conhecedor das nossas fraquezas o PAIGC passa a desenvolver outras actividades. Nas palavras de Policarpo (2010: 62) “estabeleceu alguma organização administrativa, incluindo serviços de educação, de ensino, de saúde e de justiça nas zonas sob o seu controlo” procurando, assim, “ganhar o apoio da população e criar bases de guerrilha devidamente organizadas que lhe permitiam estender a luta armada até aos grandes centros populacionais” (Jacinto & Rodrigues, 1987: 83). Com a abertura de escolas e de armazéns de mercadorias, vulgo “armazéns do povo”, exploravam a propaganda externa fazendo saber ao mundo que controlavam parte do território. Tais realizações eram “provas irrefutáveis da existência de vastas áreas libertadas no interior da Guiné” (Jacinto & Rodrigues, 1987: 83), que “mesmo não sendo verdade, a opinião pública internacional acreditou e o prestígio do partido e do seu líder, Amílcar Cabral, aumentou significativamente” (Policarpo, 2010: 63). Neste sentido, países como a Suécia, URSS, Argélia, Egipto, Gana e, especialmente Cuba, intensificaram o seu apoio, não só em material de guerra, mas também na formação de quadros dirigentes e de técnicos especializados.

Em 1966 chegam à Guiné-Conacri os primeiros técnicos cubanos e com eles equipamento, fardamento e viaturas destinadas às FARP. Simultaneamente, chegam em grande número técnicos militares¹²⁵, médicos, enfermeiros, mecânicos, motoristas e electricistas.

Por último, destacamos a 19 de Fevereiro de 1968 uma das acções mais audaciosas do PAIGC. Um pequeno destacamento comandado por André Pedro Gomes e Joaquim N'Com infiltra-se em Bissau e faz uma incursão nocturna até ao aeroporto de Bissalanca, atacando-o com tiros de morteiro e armas ligeiras. Este ataque foi aproveitado e explorado pela sua propaganda como prova da capacidade em lançar acções ofensivas em qualquer ponto do território.

¹²⁵ “Muitos deles irão actuar directamente em acções de guerrilha, como foi o caso do Capitão do Exército cubano Pedro Rodriguez Peralta, capturado pelas tropas pára-quedistas em 18 de Novembro de 1969, durante a Operação “Jove”” (Jacinto & Rodrigues, 1987:83).

APÊNDICE L

O DESENVOLVIMENTO DA SUBVERSÃO

O desencadear da insurreição na Guiné e o posterior desenvolvimento da luta foi facilitado por alguns factores, como, por exemplo:

“ (...)

- grande densidade populacional (excepto no Sul) e fraca estrutura administrativa enquadrante;
- enorme variedade de grupos étnicos, bem diferenciados e independentes e com dialectos próprios;
- rede de vias de comunicação muito pobre e escassa;
- arborização densa, na maior parte do território;
- densa rede de rios e canais, dificultando extraordinariamente a movimentação por terra e tornando as deslocações por via aquática morosas e cheias de perigos;
- amplitude diária de marés invulgarmente grande, que fazia sentir os seus efeitos não apenas no litoral mas muito para o interior, ao longo dos cursos de água, criando importantes problemas diários para deslocações, quer em terra quer nos rios;
- recursos locais escassos, sobretudo para alimentação;
- clima depauperante e grande risco de doenças tropicais;
- território pequeno e extensa fronteira terrestre, permitindo rápidas incursões e a fuga para os países apoiantes;

(...)” (CECA, 1988: 119).

Desenvolvida por fases de limites mal definidos frequentemente indistinguíveis e de implantação, que pode não ser simultânea na totalidade do território alvo, na guerra subversiva/revolucionária distinguem-se dois períodos e cinco fases. Os períodos denominam-se de pré-insurreccional e insurreccional. No primeiro podemos distinguir duas fases: a fase da preparação e a da agitação ou criação do ambiente subversivo/revolucionário. O segundo período compreende as fases: armada, a de estado subversivo/revolucionário e a final.

Assim, no primeiro período, o recurso à violência armada não tem carácter expressivo, sendo esta limitada à estritamente necessária para a sobrevivência da causa, não se pretendendo chamar a atenção do poder instituído. No seu início encontramos a fase preparatória que “é uma fase de estudo, de planificação e organização embrionária em segredo” (Garcia, 2000: 83). Aqui, a organização é criada, devendo esta compreender órgãos de direcção, elementos para enquadrar a população, outros para ligações e recolha de informações, e outros para acções de agitação/propaganda.

Na fase da agitação, clandestina mas já não de segredo, dado que o resultado é visível, a rede de influência sobre a população é já elevada e possibilita acções de agitação social através de greves e boicotes. A criação na população de um sentimento de descontentamento contra o regime, mostrando que este não consegue resolver os seus problemas constitui a chave para o sucesso desta fase. Paralelamente podem, ainda, constituir-se outras acções igualmente relevantes, tais como a “criação de uma rede de informação e contra-informação através da infiltração em organizações governamentais e outras de importância relevante, a procura de apoio interno e externo, e a preparação psicológica da população para a luta contra o opressor” (Serrano; Custódio; Valente; Leal & Alves, 2007: Secção Fases da Subversão, ¶ 6).

A transição para o período insurreccional, iniciada pela fase armada, dá-se quando a guerrilha com o objectivo de destruir as capacidades do governo tem já engenho para conjugar acções militares e não militares. Neste âmbito, as actuações que na maioria das vezes são espectaculares procuram criar um clima psicológico, gerando o pânico e o terror. É uma fase “decisiva dado que, de certa forma, coloca já a subversão armada em superioridade sobre as forças da ordem constituída. Consolida-se a organização, intensificam-se e generalizam-se as acções violentas, completa-se o estabelecer de estruturas político-administrativas e procura-se dominar algumas áreas do território” (Garcia, 2000: 84).

Na fase do estado subversivo/revolucionário o território e população estão cingidos pela organização político-administrativa da subversão. Aqui, criam-se bases ou áreas libertadas, surgem forças com características para-regulars e eventualmente um governo provisório com a capacidade de administrar as necessidades da população em termos de segurança, saúde, educação e mesmo justiça.

Por último, temos a fase final, na qual um exército procura a “partir de bases, dominar todo o território, recorrendo já a operações convencionais, reclamando frequentemente, durante o desencadear desta fase, o direito ao estatuto de combatente, nos termos previstos nas Convenções de Genebra e Protocolos Adicionais” (Garcia, 2000: 85).

Em suma, depreendemos que os movimentos independentistas do ultramar português na sua luta para a libertação alcançaram nos três teatros de operações a terceira fase da subversão (fase armada). Porém, na Guiné, se atendermos que: o PAIGC foi considerado o único e legítimo representante do povo da Guiné, após a visita de uma missão das Nações Unidas às áreas ditas libertadas; a Guiné autoproclamou-se independente em 1973, sendo a situação reconhecida a nível internacional pela ONU e OUA; o PAIGC diz ter realizado eleições nas áreas ditas libertadas, criou as FARP e Amílcar Cabral reclamava o estatuto de combatente previsto nas convenções de Genebra para os elementos das FARP, que se assumiam como combatentes das Nações Unidas; resulta que foram atingidas todas as fases da guerra subversiva/revolucionária.

APÊNDICE M

A EVOLUÇÃO DOS DISPOSITIVOS MILITARES

O território da Guiné foi inicialmente dividido em três zonas de operações. Com o aumento das manifestações de carácter subversivo Bissau por razões geográficas, administrativas e de infra-estruturas tornou-se a base e o ponto de irradiação para todo o teatro de operações. Em 1962 o dispositivo militar passou a compreender quatro zonas de operações.



Figura 4: Dispositivo Militar – 1962.
Fonte: Adaptado de CECA (1989: 63).



Figura 5: Dispositivo Militar – 1963.
Fonte: Adaptado de Afonso & Gomes (2000: 152).

Em 1964 o desenvolvimento das acções militares levou à divisão do território em três sectores, com nove batalhões em quadrícula.

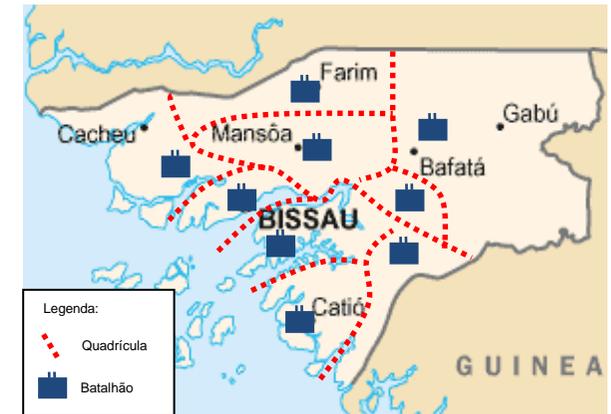


Figura 6: Dispositivo Militar – 1964.
Fonte: Adaptado de Afonso & Gomes (2000: 152).

APÊNDICE N

A ORIGEM DOS PÁRA-QUEDISTAS

A origem dos primeiros pára-quedistas portugueses não pode remeter-se à criação do BCP ignorando-se proezas que marcaram a nossa história. Com efeito:

➤ **1819**

- ✓ Primeiro salto de pára-quedas registado em Portugal (Lisboa) a 12 de Dezembro pelo inglês Eugénio Robertson, a partir “de um balão de ar quente a 700 m de altitude” (Franco, 2008: 4).

➤ **1922**

- ✓ O Capitão Mário Costa França e o Tenente José de Barros, ambos engenheiros militares, a 6 de Outubro efectuaram em Alverca, também a partir de um balão de ar quente, a uma altitude de 500 m o primeiro salto em pára-quedas feito por militares portugueses.

➤ **1930**

- ✓ A 14 de Outubro o 1º Cabo José Maria Veiga e Moura saltou em Tancos, a 800 m de altitude. Foi o primeiro salto a partir de uma aeronave.

➤ **1942**

- ✓ Com o deflagrar da II Guerra Mundial e durante a ocupação da colónia portuguesa de Timor a 19 de Fevereiro havendo necessidade de situar em território ocupado indígenas, que utilizando meios rádio comunicassem com o continente australiano fornecendo informações sobre os movimentos militares japoneses em terra, mar e ar, foi decidido recrutar para esse fim, elementos conhecedores do terreno e dos idiomas locais. Vindo da Austrália num submarino com a missão de recrutar voluntários dispostos a receberem instrução de pára-quedismo e telegrafia, o Tenente Pires desembarcou na Ponta de Luca. Dos doze portugueses que o acompanharam e iniciaram o curso de pára-quedismo em Sidney, no Campo *Richmond*, “só um haveria de ser infiltrado por salto em pára-quedas: Celestino dos Santos” (Machado & Carmo, 2003: 13)¹²⁶.

¹²⁶ Os primeiros portugueses a serem infiltrados em Timor fizeram-no por via marítima, desembarcando em Lautém, em Agosto de 1944, tendo um (José Rebelo) sido dado como desaparecido e dois (José de Carvalho; Armindo Fernandes) capturados perecendo no cativeiro. Os outros oito (João de Almeida; Bernardino Reis Noronha; Cândia Reis Noronha; António José Álvaro

➤ **1951**

- ✓ A 26 de Agosto na sequência de um convite feito a todos os oficiais das Armas e Serviços do Exército, os Capitães de Infantaria Martins Videira e Monteiro Robalo partem para França a fim de frequentarem em Pau, na *École des Troupes Aeroportées*, o curso de pára-quedismo militar.

➤ **1953**

- ✓ O Aspirante a Oficial Fausto Marques e os Sargentos Américo Matos e Manuel Gonçalves seguem para França a fim de, para “além do curso de pára-quedismo frequentarem, também, o curso de instrutores/monitores” (Machado; Carmo, 2003: 13) na *École des Troupes Aeroportées*. Ainda antes do regresso destes militares para Portugal, que aconteceria a 24 de Dezembro, “seguiram para a *Escuela Militar de Paracaidistas «Méndez Parada»* em Alcantarilla, Espanha, os Aspirantes Soares Cunha e Rosado Serrano e o Sargento Freire de Sousa” (Boina Verde, 1991: 9) a fim de também eles se qualificarem como pára-quedistas e instrutores/monitores de pára-quedismo.

➤ **1955**

- ✓ Em Abril 232 voluntários incluindo oficiais, sargentos e praças frequentam em Alcantarilla o curso de pára-quedismo, dos quais apenas 188 militares terminaram o curso, a 27 de Maio, com aproveitamento. Regressando a Portugal ficam aquartelados nas instalações do Campo de Tiro da Serra da Carregueira e recebem pela mão de Sua Excelência o Presidente da República, General Craveiro Lopes, numa cerimónia militar realizada em Lisboa a 14 de Agosto o Estandarte Nacional que estabelece a primeira unidade de pára-quedistas, o Batalhão de Caçadores Pára-quedistas.

Pinto; Abel de Sousa; Félix Barreto; João Bublic; José Joaquim dos Santos) não chegaram a sair da Austrália.

APÊNDICE O

A INSTRUÇÃO

Inicialmente, e até 1958, provenientes dos três ramos das Forças Armadas, os candidatos às tropas pára-quedistas além das questões relativas às habilitações literárias¹²⁷ (mínimo era a 4.^a classe de escolaridade), idade (mínimo 18 anos), estado civil (solteiro e não podia casar enquanto lá servisse – exceção feita para os quadros) e conduta moral, tinham que ultrapassar uma rigorosa inspecção médica, provas físicas e provas psicofísicas¹²⁸. Os considerados aptos rumavam a Tancos e iniciavam a instrução que compunha, conforme Machado & Carmo (2003: 20) nos descrevem, “os seguintes ciclos de instrução:

- 1.º Repetição e Aperfeiçoamento da Escola de Recrutas (8 semanas).
- 2.º Instrução de Pára-quedismo (6 semanas).
- 3.º Instrução Geral de Comandos (12 semanas)¹²⁹.
- 4.º Instrução Especial de Comandos (10 semanas).
- 5.º Licenças (25 dias).
- 6.º Exercícios e Manobra (6 semanas)”.

Após 1958 verificou-se a primeira incorporação de jovens voluntários, vindos directamente da vida civil.

Porém, em 1961, e atendendo à realidade dos teatros de operações africanos, procedeu-se a uma alteração da instrução, que não particularizava a contra-guerrilha e contemplava inúmeras deficiências técnicas do pessoal. Sujeitos às mesmas provas de admissão, com a exceção do salto para a lona que foi substituído pelo salto da torre, a única fase que não sofreu alterações significativas foi o Curso de Pára-quedismo. Todas as outras foram orientadas no sentido de dar uma instrução individual de combate mais aperfeiçoada e uma capacidade física e psíquica mais sólida.

¹²⁷ De acordo com C. M. Avelar de Sousa (comunicação pessoal, 20 de Julho de 2011) “este nível mínimo de escolaridade facilitava a absorção de conhecimentos e concorria directamente para uma melhor percepção dos acontecimentos na metrópole e Guiné”.

¹²⁸ “As provas físicas constavam de: Salto em altura (mínimo 1,2 m); salto a pés juntos (mínimo 2 m); corrida de 60m (mínimo 9,2”); subida da corda (mínimo 4 m); abdominais (mínimo 45); flexões de braços (mínimo 15); corrida de 200m com saco de areia pesando metade do peso do candidato (mínimo 43”). As provas psicofísicas destinadas a revelar o grau de decisão, coragem, autocontrolo e espírito combativo dos candidatos era, qualquer uma delas, eliminatória: Combate de boxe; salto para a lona; passar o muro de pedra; pórtico” (Machado & Carmo, 2003: 19).

¹²⁹ Esta instrução era um conjunto de disciplinas que englobava a formação individual do combatente, tiro, ordem unida, luta anti-carro, defesa nuclear biológica e química, comunicações, manuseamento de explosivos e condução de motos e viaturas.

Conforme Boina Verde (1991: 32-32) “até 1971, o militar pára-quedista cumpria o seguinte ciclo de instrução:

- Escola de Recrutas (12 semanas).
- Curso de Pára-quedismo (4 semanas).
- Instrução de Combate (11 semanas)”.

Terminado o último ciclo de instrução o novo caçador pára-quedista jurava fidelidade à Bandeira Nacional e iniciava mais um período de seis meses de formação durante o qual “desenvolvia a sua actividade normal, podendo em caso de inaptidão ou grave problema disciplinar, ser eliminado” (Boina Verde, 1991: 33).

Num complemento à formação e de acordo com as necessidades do RCP alguns indivíduos podiam ainda especializar-se através dos cursos de:

- Treinador e tratador de cães de guerra.
- Conductor-auto.
- Dobrador.
- Radiotelefonista.
- Enfermeiro.

Realçamos que todas as matérias e técnicas ensinadas eram fruto de três fontes principais: manuais e fichas de instrução obtidas por aqueles que se deslocaram a outros países; experiências pessoais daqueles que regressavam do ultramar ao fim das suas comissões; da capacidade, dedicação e mesmo carisma de inúmeros instrutores/monitores que colocavam na instrução todo o seu saber, esforço e paciência para formar bons militares e pára-quedistas.

A partir de 1971 o ciclo de instrução, de acordo com Boina Verde (1991: 33-34) foi “alterado para:

- Escola de Recrutas (12 semanas).
- Instrução de Combate de Contra-Guerrilha (9 semanas).
- Adaptação e Curso de Pára-quedismo (6 semanas).
- Juramento de Bandeira (1 semana)”.

No âmbito do BCP 12, destacamos ainda a instrução militar ministrada durante os intervalos das operações de combate, cujo principal objectivo era a recuperação física e psíquica dos soldados. “Tinha particular relevo a instrução de tiro, visando especialmente a rapidez e pontaria” (Jacinto & Rodrigues, 1987: 199).

APÊNDICE P

N.º 12: A RAZÃO DE SER

Pelo Decreto-Lei n.º 42 074 de 31 de Dezembro de 1958, o território nacional foi dividido em três regiões aéreas:

- 1.ª região aérea, com comando em Lisboa (Monsanto) e cuja área de actuação compreendia a metrópole, ilhas adjacentes, Cabo Verde e Guiné.
- 2.ª região aérea, com comando em Luanda e cuja área de actuação se estendia a Angola e S. Tomé e Príncipe.
- 3.ª região aérea, com comando em Lourenço Marques e cuja área de actuação se estendia a Moçambique, Índia, Timor e Macau.

Com o início das operações em África a organização das tropas pára-quedistas expandiu-se tendo sido criado o BCP n.º12 em Bissalanca, o BCP n.º 21 em Luanda e os BCP n.º 31 e 32 na Beira e Nacala, respectivamente.

A razão destes números prende-se, em primeiro, com a região aérea em que os Batalhões de Caçadores Pára-quedistas estavam inseridos (o primeiro dígito), ou seja, todas as unidades começavam por:

- N.º 1 se estivessem na primeira região aérea.
- N.º 2 se estivessem na segunda região aérea.
- N.º 3 se estivessem na terceira região aérea.

Por sua vez, o segundo dígito estava relacionado com o número de unidades (Batalhões de Caçadores Pára-quedistas) que cada região aérea tinha. Deste modo:

- N.º 11 significa primeira região aérea e primeiro Batalhão de Caçadores Pára-quedistas a ser estabelecido.
- N.º 12 significa primeira região aérea e segundo Batalhão de Caçadores Pára-quedistas a ser estabelecido.
- N.º 21 significa segunda região aérea e primeiro Batalhão de Caçadores Pára-quedistas a ser estabelecido.
- N.º 31 significa terceira região aérea e primeiro Batalhão de Caçadores Pára-quedistas a ser estabelecido.
- N.º 32 significa terceira região aérea e segundo Batalhão de Caçadores Pára-quedistas a ser estabelecido.

Particularizando o Batalhão de Caçadores Pára-quedistas N.º 12 verificamos que este se encontra na primeira região aérea e que foi o segundo Batalhão de Caçadores Pára-quedistas a ser estabelecido, sucedendo-se ao primeiro Batalhão de Caçadores Pára-quedistas que se encontrava sediado em Tancos (BCP N.º 11).

De igual modo, este processo foi aplicado às Companhias de Caçadores Pára-quedistas:

- N.º 121 significa primeira região aérea, segundo Batalhão de Caçadores Pára-quedistas e primeira Companhia de Caçadores Pára-quedistas.
- N.º 122 significa primeira região aérea, segundo Batalhão de Caçadores Pára-quedistas e segunda Companhia de Caçadores Pára-quedistas.
- N.º 123 significa primeira região aérea, segundo Batalhão de Caçadores Pára-quedistas e terceira Companhia de Caçadores Pára-quedistas.

APÊNDICE Q

O ARMAMENTO E EQUIPAMENTO DO BATALHÃO DE CAÇADORES PÁRA-QUEDISTAS N.º 12

Para fazer face às missões a que foram sujeitos os elementos do BCP 12 contaram com o seguinte armamento e equipamento:

- **Pistolas:** *Walther P.38*.
- **Espingardas:** *G-3 (AAutom)* de coronha retráctil; e *Armalite Assault Rifle 10*
- **Outras:** Espingarda Caçadeira.
- **Metralhadoras ligeiras:** *HK-21*; e *MG-42*;
- **Lança granadas-foguete:** *Instalaza 8,9*.
- **Tubo lança-foguetes:** *SNEB 37 mm*.
- **Morteiros:** *60 mm*; e *81 mm*.
- **Granadas:** Instrução; Ofensiva; Defensiva; Incendiária; Fumo; e Lacrimogénea (todas de fabricação portuguesa).

Fruto do armamento capturado ao inimigo aquando das operações utilizaram ainda:

- **Espingarda:** *Kalashnikov AK-47 (AAutom)* (utilizada, com a autorização do comandante de companhia, apenas por um ou outro graduado¹³⁰. Não era utilizada pelos praças).
- **Metralhadora ligeira:** *Degtyarev*.
- **Lança granadas-foguete:** *RPG-2*; e *RPG-7*.

O uniforme de campanha era o previsto no Regulamento de Uniformes da Força Aérea (RUFA). Contudo encontram-se excepções.

Vejamos:

- Chapéu camuflado (não previsto no regulamento, confeccionado no BCP 12).
- Barrete camuflado.
- Gorro.
- Cachecol.
- Rede de campanha.
- Camisa.

¹³⁰ “Segundo a tradição só após terem capturado uma ao inimigo” (H. E. Borges, comunicação pessoal, 04 de Julho de 2011).

- Camisola de lã.
- Casaco.
- Calças.
- Cinto de precinta.
- Meias.
- Botas de camurça.
- Botas.

O equipamento utilizado era composto de:

- Capacete.
- Cinturão.
- Cinto de ligação.
- Porta-munições.
- Cantil.
- Pá articulada.
- Cobertor.
- Canivete.
- Marmita.
- Pano tenda.
- Painel de identificação.
- Capa impermeável com capuz.
- Porta-cartas.
- *Kit-bag*.
- Saco para arma ligeira.
- Bolsa para munições.
- Porta-granadas.
- Capa m/2.
- Mochila grande.
- Mochila pequena.
- Bolsas para o transporte de granadas *RPG-2* e *RPG-7* (confeccionadas no BCP 12).
- Bolsa de primeiros socorros de pelotão.

Nas transmissões contaram com os seguintes rádios:

- *E/R AN/PRC-10*.
- *E/R THC/736*.
- *E/R RACAL TR-28*.

- *E/R THC/766.*
- *E/R THC 881-F.*
- *E/R AN/GRC-9.*

Contabilizam-se os seguintes pára-quedas de abertura automática:

- *T-10*, de origem norte-americana, usado até 1966.
- *EFA/TAP 665 e 669*, de origem francesa, usados entre 1963 e 1974.
- *EFA/TAP 672*, também francês, usado a partir de 1969, até final dos anos 80.

Por último, e dada a sua importância, quer nos transportes interterritoriais quer nas táticas aplicadas, realçamos os seguintes meios aéreos:

- Helicópteros
 - ✓ *Sud-Aviation SE-3130 Alouette II.*
 - ✓ *Aerospatiale SE-3160 Alouette III.*
- Aviões de caça e caça bombardeiros:
 - ✓ *T-6G Harvard.*
 - ✓ *Fiat G91 R4.*
 - ✓ *North American F 86 F Sabre.*
 - ✓ *Lockheed P2 V-5 Neptune.*
- Aviões de transporte:
 - ✓ *Junkers JU 52/3M G3E.*
 - ✓ *C-47 Dakota.*
 - ✓ *Auster D.5/160.*
 - ✓ *Nord 2501-F Noratlas.*
 - ✓ *Dornier DO-27.*

APÊNDICE R

A REALIDADE DA ORIENTAÇÃO

Quando foi mobilizado para África J. M. Calheiros (comunicação pessoal, 29 de Janeiro de 2011) revela que teve que reaprender muitas das coisas que até então pensava ser banais. “Até a andar porque na mata estava constantemente a tropeçar nas raízes das árvores, e havia necessidade de evitar que as botas se enrolassem nas lianas que se desenvolviam junto ao solo” Calheiros (2010: 60). A própria orientação pelo sol, pelas estrelas ou por outros indícios era distinta da Europa, dada a sua pureza. Agora era necessário distinguir os trilhos tentando saber há quanto tempo tinham sido utilizados, escolher os melhores locais para as comunicações via rádio, evitar os locais aparentemente perigosos.

Segundo Calheiros (2010: 60) eram atribuídos homens “como guias para nos indicarem o caminho, que eram portugueses mas não falavam português! Falavam apenas a sua língua gentílica, havendo a necessidade de intérprete para com eles dialogarmos”. Perante tal situação, e com indígenas que desconhecem medidas de tempo e de distância houve uma necessidade de adaptação.

Veja-se o exemplo descrito por Calheiros (2010: 60-61): “Se sair daqui quando o sol está assim (e púnhamos o nosso braço na horizontal, como sendo a posição do sol a nascer), onde vai o sol quando chegarmos ao acampamento? – perguntávamos nós ao tradutor, para ele interrogar o guia na sua língua gentílica.

Depois, de acordo com a posição do seu braço levantado, a indicar onde o sol estaria à chegada do acampamento, determinávamos quantas horas levava o sol a chegar àquele ponto, multiplicava-se pela distância que prevíamos percorrer por hora até aí, *et voilà*, tínhamos a distância até ao acampamento e o tempo que demoraríamos a atingi-lo. Tão simples como isto, bastava saber a tabuada de multiplicar – porque naquele tempo ainda não havia computadores...

Simples, não é? E exacto!

E como os guias também não conheciam os pontos cardeais nem sabiam o que era um azimute ou um grau em direcção também era o Sol que nos valia para determinarmos qual o rumo de um local para o outro.

Se eu estiver aqui e o “quartel dos turras” for naquela direcção, de que lado nasce o Sol? Perguntávamos nós.

De acordo com a resposta, e partindo de Leste, determinávamos então o rumo de um dado local para outro, neste caso, o “quartel dos turras”!

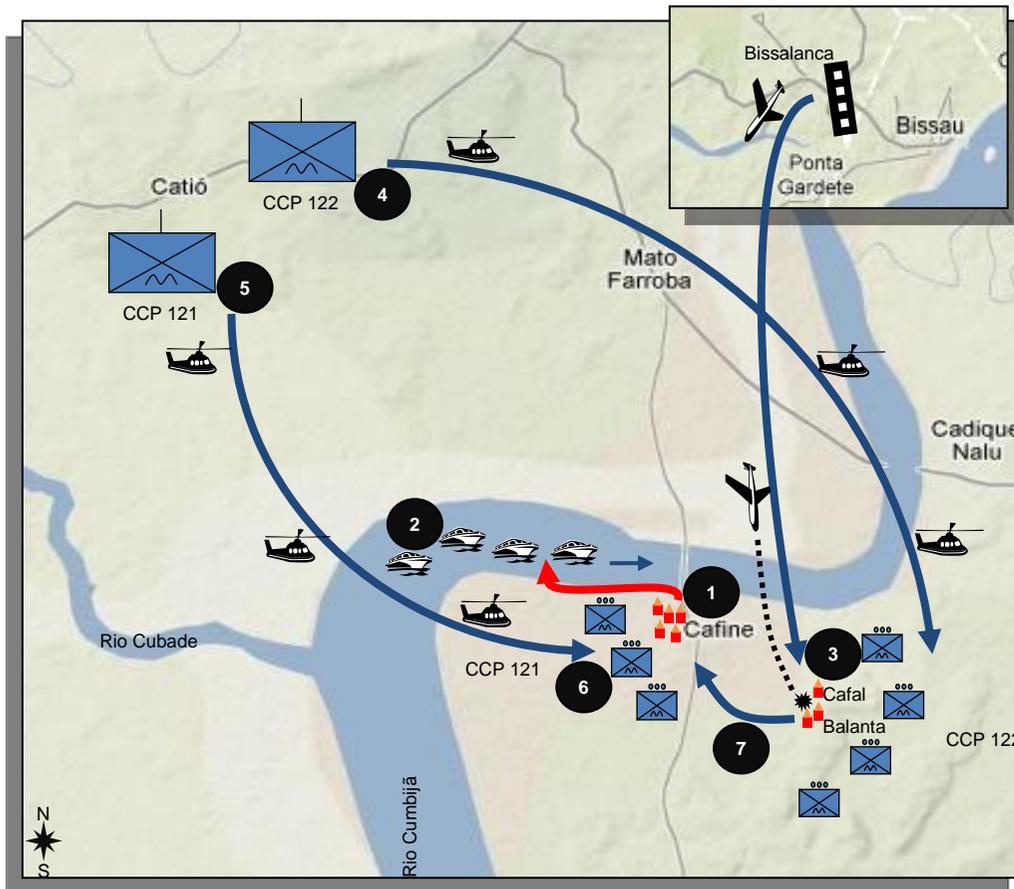
Simples!

E assim, utilizando este “sofisticadíssimo” método de orientação, a bússola transformava-se num objecto inútil”.

Quando as informações eram insuficientes, os caçadores pára-quedistas efectuavam operações apenas para capturar população. Através da descrição que faziam do terreno à volta dos objectivos e do seu relacionamento com os acidentes naturais, os dados eram comparados com os pontos – de diversas cores, com o vermelho representando os objectivos – marcados nas fotografias aéreas e nas cartas topográficas (ambas quadriculadas) durante os reconhecimentos visuais (RVIs) do terreno feitos a partir de um avião, o *Dornier DO-27*.

APÊNDICE S

ESBOÇO DA OPERAÇÃO “CICLONE II”



- 1 Um Bigrupo do PAIGC instalado em abrigos cobertos em Cafine flagelava habitualmente os comboios fluviais que subiam o rio Cumbijã para abastecer o interior do território.
- 2 Para induzir o PAIGC a montar a habitual emboscada aos comboios fluviais, foi planeado que o dia e hora de passagem coincidisse com o desencadear do heliassalto.
- 3 Pelas 10h20 decorreu uma acção de bombardeamento na zona de acção de Cafal, por uma parilha de *Fiat's*.
- 4 Colocação por helicópteros na zona de Cafal-Balanta da CCP 122, vinda de Catió.
- 5 Pelas 11h00 deu-se a aproximação em helicópteros à zona de acção da CCP 121, vinda de Catió.
- 6 Os três pelotões da CCP 121 assaltam com sucesso os abrigos inimigos. A acção é apoiada em permanência por um helicóptero.
- 7 Pelas 15h00 a CCP 121 reúne-se com a CCP 122 vinda apeada de Cafal.

Figura 10: Esboço da Operação “Ciclone II”.

APÊNDICE T

A ESPERA NUMA EMBOSCADA

Após escolhida a zona da emboscada, numa região desabitada para evitar a detecção por parte da população, era necessário esperar pelo momento certo. Pois, como nos descreve Calheiros (2010: 179), “muitas vezes, antes de passar o grupo que era o nosso alvo, passavam outros, geralmente constituídos por população e que não nos interessavam. Então, conforme as circunstâncias, ou os deixávamos passar sem nos denunciarmos e víamo-los progredir sem notarem a nossa presença, ou os capturávamos sem fazer ruído, mantendo-os connosco, a alguma distância da zona da emboscada”.

De realçar que os caçadores pára-quedistas podiam passar dias e dias à espera, camuflados e dissimulados por uma mata densa, ao calor e ao frio. Momentos que aproveitavam, segundo Calheiros (2010: 180), para pensar nos entes mais queridos, na família e nos amigos, para ler uma vez mais as últimas cartas recebidas ou rever uma fotografia. Outros dedicavam-se à leitura e havia ainda quem se distraísse com jogos. A excepção estava nos vigias, que tinham que estar permanentemente atentos. Quando alguém era detectado e normalmente a uma certa distância pelo facto de estes vigias estarem relativamente afastados da zona da emboscada, imediatamente era comunicada a informação para o grupo emboscado que substituíam a descontração por uma tensão enorme. “Cada um ocupava a sua posição, previamente preparada (...), ajustava o equipamento, colocava as munições em local de rápido e fácil alcance e verificava se a arma estava preparada para disparar. Finalmente, com o braço esticado, desviava quaisquer arbustos que lhe dificultassem a visão do terreno onde o inimigo iria passar, mantendo apenas a necessária para a camuflagem” (Calheiros, 2010: 182).

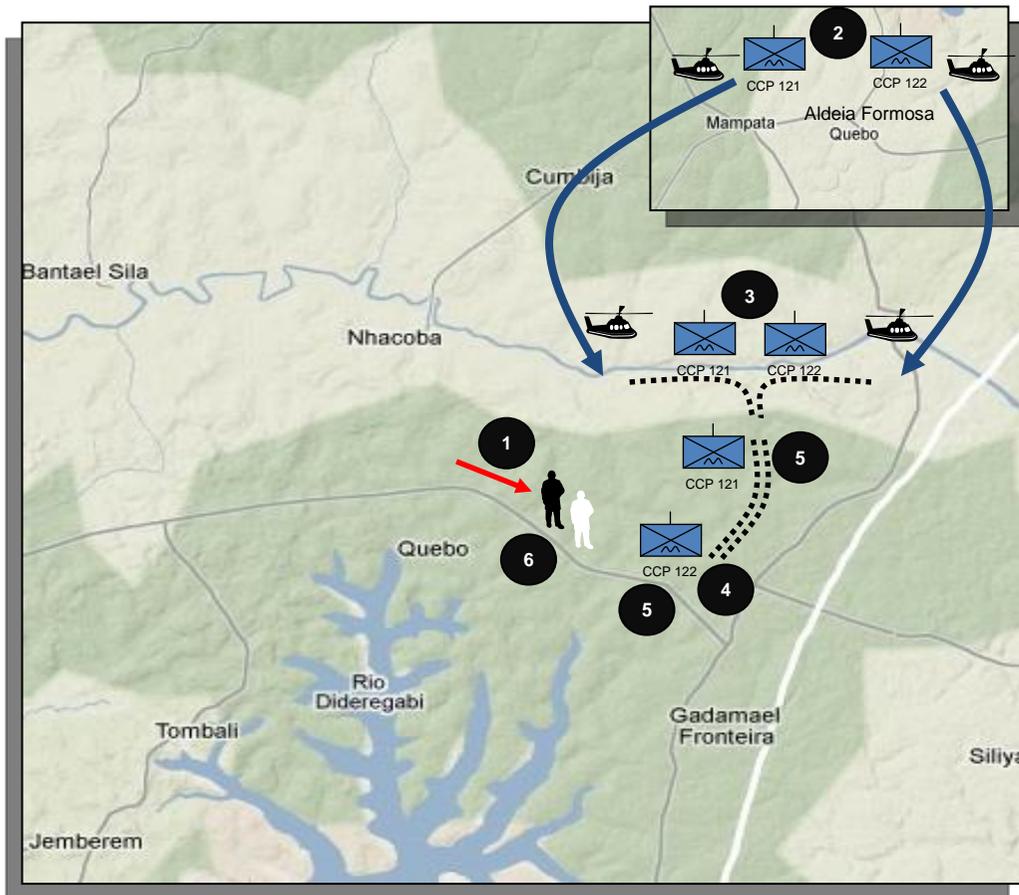


Figura 11: A espera numa emboscada.

Fonte: Fotografia gentilmente cedida pelo Sargento-Mor Serrano Rosa.

APÊNDICE U

ESBOÇO DA OPERAÇÃO “JOVE”



- 1 Missão: interceptar os movimentos inimigos no “corredor de Guileje”, capturar o material e armamento transportado pelos elementos inimigos e aniquilar ou no mínimo repelir e perseguir os elementos inimigos que se revelassem.
- 2 As CCP 121 e 122 saíram de Bissau com destino a Aldeia Formosa nos dias 16 e 17 de Novembro.
- 3 Helicópteros na zona de acção iniciaram a caminhada para o local da emboscada. Pelas 20h00 do dia 17 os grupos de combate fizeram alto e emboscaram sobre o próprio trilho, na margem do rio Bundabodo, recomeçando o deslocamento pelas 05h00 do dia 18.
- 4 A CCP 122 fez um novo alto a cerca de 500 m antes de atingir o itinerário onde seria montada a emboscada.
- 5 Pelas 08h30 e com a CCP 121 instalada a 2 km atrás emboscando o trilho aberto pela passagem das nossas forças, os grupos de combate da CCP 122 atingiram o local da emboscada.
- 6 Pouco depois de montada ouviram-se vozes e surgiram na picada dois elementos, um negro e um branco, que seguiam em direcção à fronteira. Ao sinal de fogo o guerrilheiro negro foi abatido e o branco que o acompanhava foi gravemente ferido.

Figura 12: Esboço da Operação “Jove”.

APÊNDICE V

ESBOÇO DA OPERAÇÃO “GRANDE EMPRESA”

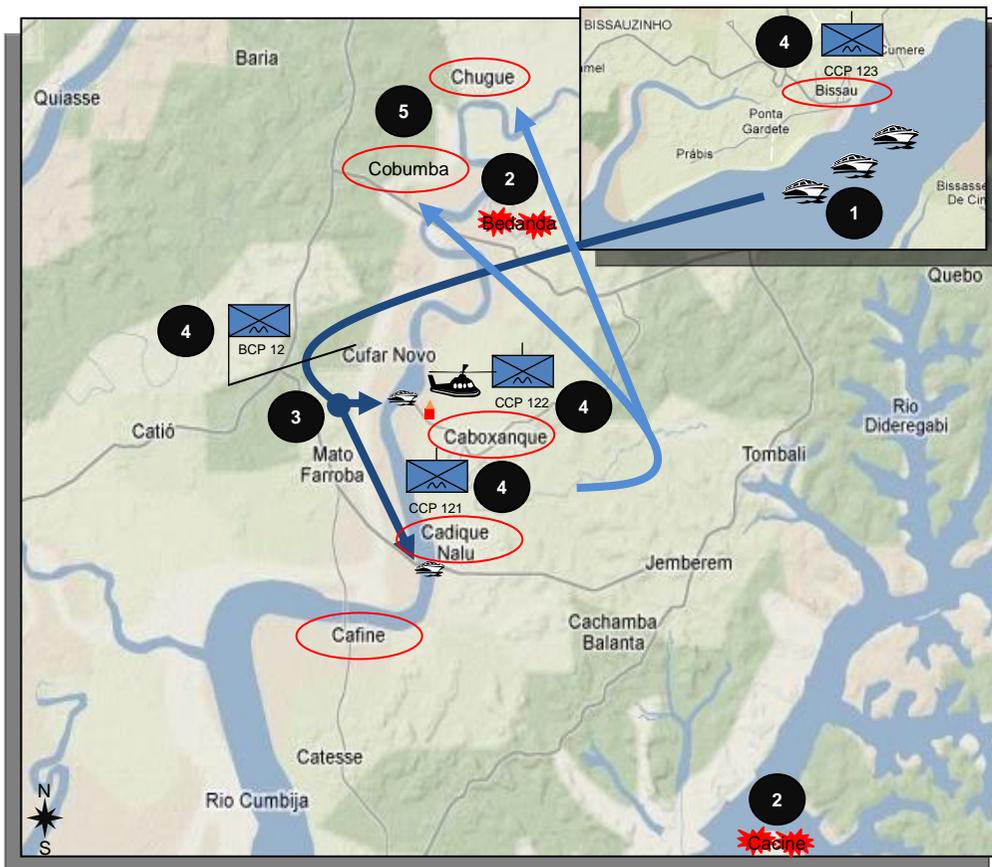


Figura 13: Esboço da Operação “Grande Empresa”.

- 1 A operação teve início em Bissau a 04 de Dezembro de 1972 com o carregamento do comboio naval.
- 2 Como forma de diversão, recolha de informações e também para atrair o inimigo para fora da zona de acção onde se pretendia exercer o esforço principal foram desencadeadas operações.
- 3 A 12 de Dezembro com o DFE 1, o grupo operacional da BA 12 e as CCP 121 e CCP 122 a proteger o comboio naval, ocorreu o desembarque dos meios humanos e materiais em Caboxanque e Cadique. Em simultâneo ocorreu um heliassalto a um quartel inimigo executado pela CCP 122 que só à terceira investida foi conquistado, devido ao efectivo e grande resistência dos guerrilheiros.
- 4 Sucedeu-se uma reorganização do dispositivo ficando o comando e o estado-maior do BCP 12 em Cufar, a CCP 121 em Cadique, a CCP 122 em Caboxanque, a CCP 123 em Bissau (em reserva) e a companhia logística do BCP 12 dividida entre Bissalanca e Cufar.
- 5 O sucesso da operação levou o general Spínola a ampliar a área da operação para Norte instalando dois novos aquartelamentos, em Chugué e Cobumba.

APÊNDICE W

SAM-7 STRELLA: O INFERNO DOS CÉUS

A guarnição de Guidage foi flagelada durante a noite de 5 para 6 de Abril de 1973¹³¹ “tendo sido pedida a evacuação de um ferido grave. Recebido o pedido na Base Aérea 12, saiu desta, ainda o sol não havia despontado, um avião *DO-27*” (Calheiros, 2010: 383) com um médico e um Primeiro-Sargento que levava uma mala com dinheiro para fazer os pagamentos em Guidage. O avião não chegou ao destino e o piloto nunca mais contactou a base, pelo que saiu de imediato uma parelha de *Fiat's G-91* à sua procura. Simultaneamente, descolou mais um *Dornier DO-27* com uma enfermeira pára-quedista para proceder à evacuação pedida. Conforme Calheiros (2010: 383) “também este avião não iria chegar ao destino, pois ao aproximar-se dele foi igualmente alvejado”, porém, o míssil não destruiu o aparelho e este conseguiu regressar à base.

Um terceiro *Dornier DO-27*, também com um enfermeiro, chegou finalmente ao destino, no entanto, após a sua descolagem nunca mais houve notícias. Sucedeu-se a saída de outra parelha de *Fiat's G-91* em busca dos agora dois aviões desaparecidos. Encontrado um dos aviões, o piloto avistou um “rasto de fumo que lhe pareceu ser um míssil disparado do solo na sua direcção e numa reacção imediata e instintiva entrou numa volta apertada, o que evitou ser atingido” (Major-General PilAv Pedroso de Almeida *apud* Calheiros, 2010: 384). O local de queda deste míssil, que não se auto-destruíra, foi anotado por parte do piloto para exploração futura.

Dois aviões *T-6 Harvard* descolaram da BA 12 em missão de busca dos aviões desaparecidos e por razões de protecção contra mísseis levava a “recomendação de voar sempre acima dos 6 000 pés” (Calheiros, 2010: 384). Ao fim de algum tempo sem ter conseguido detectar algo a acrescentar ao que já se tinha identificado, o comandante da formação decidiu baixar de altitude sobre o avião já localizado, a fim de se certificar se havia alguém junto dos destroços. Foi de imediato abatido por outro míssil.

¹³¹ O dia 06 de Abril de 1973 é apenas um exemplo do que aconteceu vastas vezes no território da Guiné após o aparecimento do míssil *SAM-7 Strella*.

APÊNDICE X

ESBOÇO DA OPERAÇÃO "BUSCA/B"

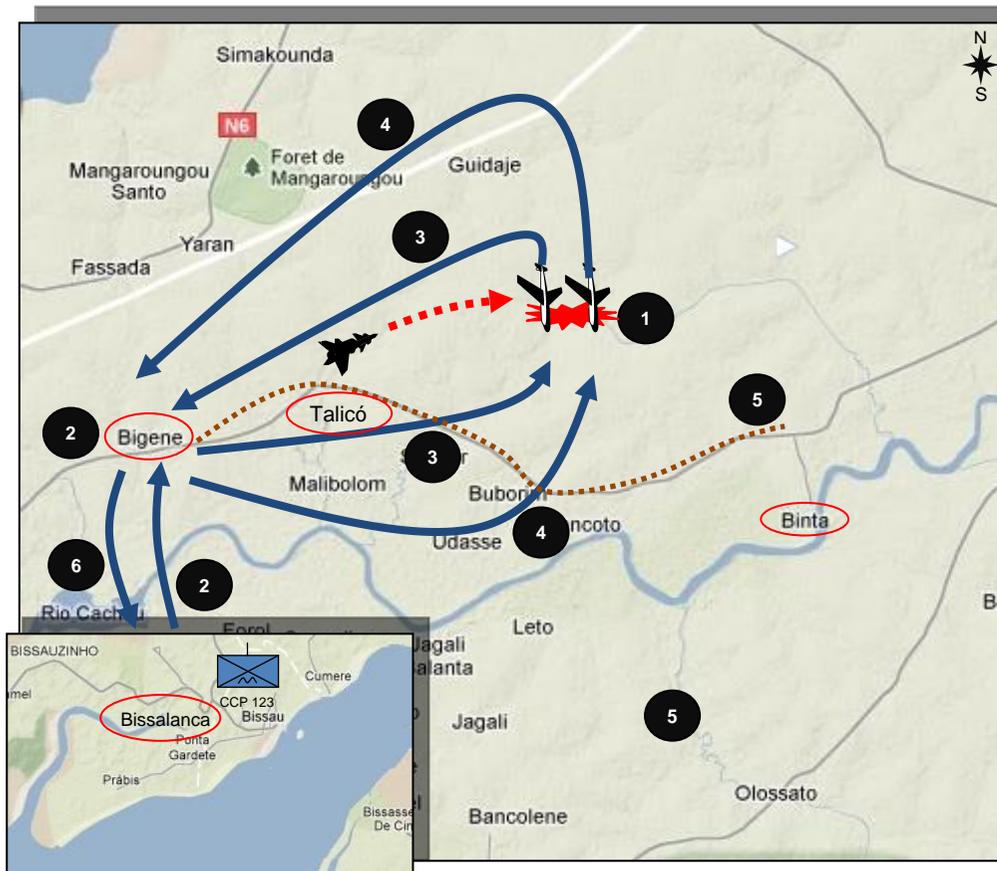


Figura 14: Esboço da Operação "Busca/B".

- 1 A 6 de Abril de 1973 o PAIGC empregou com sucesso o míssil SAM-7 *Strella*. Abateu dois aviões e falhou outros dois. Um terceiro desapareceu, provavelmente também abatido.
- 2 Com a missão de reconhecer o local de queda dos aviões e recolher os restos mortais dos tripulantes e passageiros a CCP 123, que se encontrava em Bissalanca, reuniu-se em Bigene.
- 3 No dia 7 de Abril foram encontrados destroços. Porém, a CCP 123 ao aproximar-se do local avistou elementos do PAIGC junto do avião, que se afastaram sem reagir. Pela falta de meios, e com a possibilidade dos destroços estarem armadilhados a CCP 123 regressou a Bigene.
- 4 No dia seguinte, já equipados, os pára-quedistas verificaram que os destroços não estavam armadilhados. Foram recolhidos dois corpos já sem vida.
- 5 O terceiro dia, 9 de Abril, foi dedicado a pesquisar indícios de mísseis, contudo, a meio da manhã, os caçadores pára-quedistas foram emboscados. O desfecho culminou na morte de um soldado pára-quedista.
- 6 Por ordem superior, a CCP 123 regressou a Bissalanca no dia 11 de Abril.

APÊNDICE Y

ESBOÇO DA OPERAÇÃO “MAMUTE DOIDO”

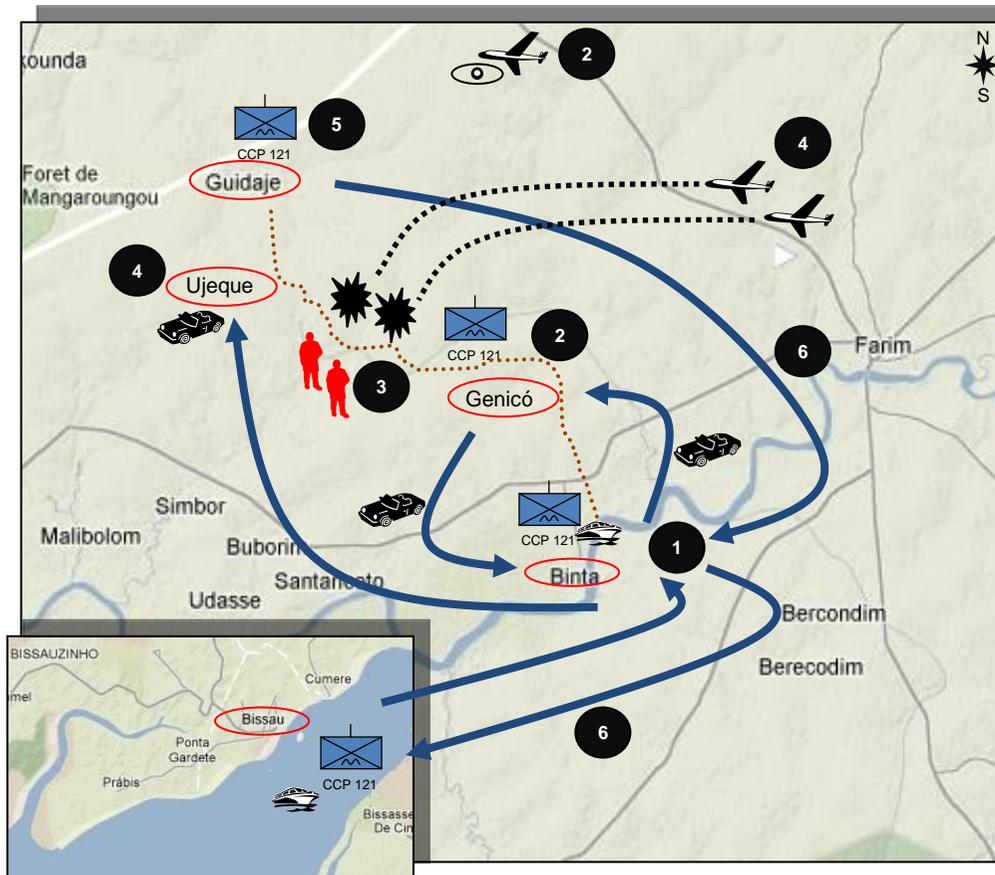


Figura 15: Esboço da Operação “Mamute Doido”.

- 1 Com a missão de escoltar uma coluna de viaturas que se deslocaria de Binta para Guidaje e no seu regresso transportar os feridos a CCP 121 chegou a Binta, transportada pela LFG Hidra, na madrugada do dia 21. Na reunião de preparação e coordenação da coluna e sua escolta ficou estabelecido que progrediria à frente, abrindo caminho e desenvolvendo protecção afastada para Oeste da estrada Binta/Guidaje.
- 2 Até Genicó não houve incidentes. Porém, ao iniciar o próximo percurso os picadores sofreram cinco baixas. Perante a situação o oficial de operações tomou uma decisão. A coluna regressaria a Binta e a CCP 121 avançaria sozinha.
- 3 O menos desejado aconteceu. A CCP 121 foi emboscada.
- 4 O rápido e eficaz apoio aéreo evitou um desastre maior e fez o inimigo retirar. A CCP 121 recompôs-se e continuou a progressão até Guidaje. Foram recolhidos em Ujeque onde o DFE 1 havia entretanto levado algumas viaturas.
- 5 Pelas 19h00 chegaram a Guidaje onde permaneceriam até ao dia 29 de Maio, data em que participaram numa nova escolta a uma coluna de reabastecimentos vinda de Binta para Guidaje.
- 6 No dia 30 de Maio, a CCP 121 iniciou o seu regresso a Bissau, onde chegou a 02 de Junho, com menos quatro elementos e dois feridos.

ANEXOS

ANEXO A

ANTÓNIO SEBASTIÃO RIBEIRO DE SPÍNOLA

(1910 – 1996)



Figura 16: António Sebastião Ribeiro de Spínola.

Fonte: Exército Português (2010).

Oficial oriundo da arma de cavalaria, começou a construir a imagem do chefe militar que vai onde os seus homens vão desde que, como Tenente-Coronel, se ofereceu para comandar um batalhão em Angola. Nomeado em 1968 por Salazar para Governador e Comandante-Chefe da Guiné, no primeiro estudo da situação, apresentado a Marcello Caetano, afirmava ter a guerra a finalidade de «resistir para permanecer»; ligava entre si a sorte de cada território, de modo a evitar as tentações de o regime se libertar da ovelha negra que era a Guiné; e caracterizava o PAIGC como o movimento de libertação mais consequente de quantos se opunham ao colonialismo português classificando Amílcar Cabral como líder merecedor do maior respeito.

A sua acção na Guiné cobre toda a panóplia de manobras políticas e militares, subordinando sempre esta àquelas e tendo por finalidade a conquista das populações. Promove conversações ao mais alto nível com Leopoldo Senghor; tentando chegar a Amílcar Cabral, procura cindir o PAIGC, num episódio de que resulta a morte de três Majores da sua confiança; lança uma operação contra a Guiné-Conacri para derrubar Sékou Touré, mas realiza também congressos do povo, liberta presos políticos, cria uma força africana. Nunca um Governador de província ultramarina, e muito menos um General, ousara ir tão longe (Associação 25 de Abril, s.d.).

Após o termo do seu mandato de Governador e Comandante-Chefe, regressou a Portugal e foi nomeado Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Foi no exercício deste cargo que entrou em choque com Marcello Caetano. O pretexto para a ruptura foi a publicação do livro “Portugal e o Futuro”, em que Spínola propunha soluções políticas e não militares para o termo da guerra, dentro de uma estrutura federalista que substituiria o Império. Demitido (juntamente com Francisco da Costa Gomes, que, na qualidade de CEM, autorizara a publicação do livro) por Caetano, Spínola regressou a uma posição de grande destaque após o 25 de Abril de 1974, quando o Movimento das Forças Armadas (MFA), vitorioso, entregou o poder à Junta de Salvação Nacional. Spínola

acumularia as funções de Presidente da Junta e de Presidente da República durante alguns meses. No entanto, rapidamente entraria em choque com as correntes mais radicais do Movimento, que o empurraram para a aceitação da independência das colónias, lhe anularam o projecto de concentração de poderes e lhe impuseram como Primeiro-Ministro um militar esquerdista, Vasco Gonçalves. Bloqueado, recorreu à mobilização de forças políticas da chamada "maioria silenciosa" temerosa da radicalização da revolução e da possível instauração de uma ditadura comunista em Portugal.

A manifestação de apoio a Spínola (28 de Setembro de 1974) acabaria por sair frustrada pelas forças de esquerda, que por todo o país levantavam barricadas e impediram o acesso dos partidários do General a Lisboa e outros locais de concentração. Impotente perante os acontecimentos, Spínola renunciou ao cargo (30 de Setembro), sendo substituído por Costa Gomes, mas continuou a organizar forças e apoios contra o regime. Da conspiração que dirigiu ou estimulou sairia o golpe militar de 11 de Março de 1975, em que sofreu nova derrota, exilando-se primeiro em Espanha e depois no Brasil, de onde dirigiu uma organização clandestina (MDLP – Movimento Democrático de Libertação de Portugal) que se empenharia na luta contra o regime democrático, luta que durante o período revolucionário em curso se radicalizou cada vez mais. A derrota das forças esquerdistas no golpe fracassado de 25 de Novembro de 1975 tranquilizou Spínola e os seus apoiantes, levou à desmobilização do MDLP e criou condições políticas para o seu regresso a Portugal, sendo reintegrado nas Forças Armadas e mais tarde promovido ao posto de Marechal (1981) durante o mandato de Ramalho Eanes. Apesar da idade avançada, não se desligou inteiramente da vida política, vindo a falecer no Verão de 1996, pouco depois de, publicamente, ter um inesperado gesto de reconciliação com o General Nino Vieira, Presidente da República da Guiné-Bissau, seu antigo adversário militar na Guerra Colonial (Porto Editora, 2008).

ANEXO B

AMÍLCAR CABRAL

(1924 – 1973)



Figura 17: Amílcar Cabral.

Fonte: Africanidade (2009).

Amílcar Cabral nasceu a 12 de Setembro de 1924, em Bafatá. É filho de Juvenal Lopes Cabral e de Iva Pinhel Évora.

O seu pai recebera formação religiosa no seminário de Viseu. Tudo indicava estar destinado à vida eclesiástica. Porém, uma grande seca no princípio do século XX obrigou-o a regressar a Cabo-Verde, continuando os estudos no seminário de S. Nicolau. Aos 18 anos, embarcou para a Guiné e conseguiu emprego como “administrativo” em Bolama, tornando-se depois professor. Transferiu-se, posteriormente para Bafatá, e em 1932, mudou com a família para Cabo Verde, a fim de tomar posse de uma herança considerável, testamentada por sua madrinha, Simoa. Ali completaria o curso liceal com 18 valores. Juvenal Cabral tornou-se professor primário na Cidade da Praia. Encabeçou várias iniciativas cívicas junto dos governantes de Lisboa, com vista a sensibilizar as autoridades para o enorme problema do abastecimento de água. A partir de 1944, Amílcar tornou-se funcionário da Imprensa Nacional na Cidade da Praia.

Juvenal iniciou o filho nas problemáticas da sua terra. Amílcar deu-lhe expressão poética. Despontava nele a dimensão romântica, lírica, evidenciando uma enorme sensibilidade amorosa que norteou o seu percurso, quiçá o destino, de activista político apaixonado pela dignidade e liberdade da sua terra, do seu povo. Aos 20 anos, já tinha consciência nítida das difíceis condições do povo cabo-verdiano. Fortaleceu-se na sua conduta um elevado idealismo político que o fazia sonhar e acreditar que conseguiria mudar o mundo.

Em 1945, ingressou no Instituto de Agronomia em Lisboa, beneficiando de uma bolsa de estudo. Licenciou-se em 1950, iniciando a sua actividade profissional na Estação Agronómica de Santarém. Em 1952, com 28 anos, regressou a Bissau, ingressando nos Serviços Agrícolas e Florestais da Guiné. Não se confinará, contudo, à actividade profissional. Aliás, como ele próprio escreverá aos quadros do partido: “Não foi por acaso que viemos para a Guiné. Nenhuma necessidade material determinava o nosso regresso ao

país natal. Tudo foi calculado passo a passo. [...] Abandonámos um bom lugar de investigador na Estação Agronómica para irmos para um lugar de engenheiro de segunda classe, na Guiné. [...] Isto obedeceu a um cálculo, a um objectivo, à ideia de fazer qualquer coisa, de contribuir para o levantamento do povo, para lutar contra os portugueses. É isso que temos feito desde o primeiro dia que chegámos à Guiné”.

Ficará conhecido, entre os seus compatriotas, para sempre, como “o engenheiro”. A partir do Posto Agrícola de Pessubé, de que era director, desenvolveu uma intensa relação com os camponeses, tanto locais, como cabo-verdianos. Ele tinha consciência da dificuldade histórica que iria enfrentar para unir estes dois povos numa luta comum – dificuldade que se manteve até ao fim, apesar de alguns cabo-verdianos, como Aristides Pereira, Fernando Fortes e Abílio Duarte, se terem mantido, sempre, a seu lado.

O Governo da província encarrega-o da planificação e execução do recenseamento agrícola de todo o território. Essa actividade permitiu-lhe viajar em serviço por toda a Guiné, contactar com as populações, explicar o seu plano e recrutar apoiantes, que localmente desenvolvessem o trabalho de consciencialização, enquadrados pela superior orientação do partido.

Procurando agir sempre dentro da legalidade, criou um “Clube Desportivo e Cultural” para permitir a todos os guineenses filiarem-se e organizarem-se, sem provocar as autoridades. O objectivo era fazer chegar à maioria possível de nativos informações de natureza política, estruturante de um sentimento nacionalista comum. Todavia, o Governo da província estava atento e não autorizou a criação do clube. Temendo novas iniciativas desestabilizadoras ou subversivas, o Governador Melo e Alvim decretou a saída forçada de Cabral da província, autorizando-o a regressar apenas uma semana por ano, para visitar a família.

Em 1955, foi trabalhar para Angola. Ali ligou-se ao MPLA, aprendendo as regras da organização e luta política, que muito úteis lhe seriam, no futuro.

Em Setembro de 1956, Amílcar visitou a família em Bissau e aproveitou a estadia para patrocinar a criação do PAIGC, juntamente com o irmão Luís Cabral, Aristides Pereira, Rafael Barbosa, Júlio de Almeida, Fernando Fortes e Elisée Turpin. O novo partido estaria condenado a operar na clandestinidade. Tratava-se de um partido que pretendia unir os povos da Guiné e de Cabo Verde, conhecida, como era, a diferenciação histórica cimentada entre cabo-verdianos e guineenses, inicialmente fomentada pelas autoridades colonizadoras e lentamente assumida pelos próprios negros e mestiços das ilhas, mais escolarizadas e, por isso, preferidos para exercer funções na administração.

Amílcar, cabo-verdiano de sangue, mas nascido na Guiné, acreditava ter condições e autoridade para estabelecer as pontes necessárias entre os dois povos que facilitassem a acção comum, contra o adversário. Possuía uma visão pan-africana e acreditava ser fácil e

exequível atribuir ao PAIGC o novíssimo estatuto de “Partido Bi-Nacional”, capaz de promover a independência de dois territórios distintos, sob a mesma bandeira.

Neste período, por razões profissionais e científicas, Amílcar Cabral viajava amiúde entre Angola, Guiné, Portugal e o resto da Europa. Em Novembro de 1957, participou, em Paris, numa reunião destinada a planear as formas de luta mais adequadas contra o colonialismo português. Seguiu depois para Accra (Capital do Gana), para o encontro pan-africano (Policarpo, 2010: 42-46).

Em Agosto de 1959, no cais de Pidjiguiti, as forças da ordem põem fim, pela força, a uma greve de marinheiros, provocando dezenas de mortos e feridos. Amílcar Cabral decide que é urgente mobilizar as massas guineenses contra a dominação colonial.

Em Janeiro de 1960, participa em Tunis na «II Conferência dos Povos Africanos» e, em Abril do ano seguinte, em Casablanca, na «Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas», da qual é um dos promotores mais empenhados. Com Mário de Andrade, Viriato da Cruz e Marcelino dos Santos, criara a «Frente Revolucionária para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas», afirmando reiteradamente que o inimigo do povo da Guiné não era o povo de Portugal, mas sim o colonialismo português.

Em 1967 cria no seio do Bureau Político do PAIGC, o Conselho de Guerra, mais tarde Conselho Superior da Luta, do qual é o primeiro Presidente.

Em 1 de Julho de 1970, no Vaticano, durante a audiência concedida pelo Papa Paulo VI, serve de porta-voz aos representantes dos movimentos anticolonialistas de Angola, Moçambique e Guiné.

Em 1970 cria, no seio do Conselho Superior da Luta, o Comité Executivo da Luta, com uma comissão permanente formada por ele próprio, Aristides Pereira e Luís Cabral, e à qual foram atribuídas as funções que pertenciam ao Bureau Político.

Em Fevereiro de 1972, em Adis-Adeba, convida o Conselho de Segurança das Nações Unidas, ali reunido, a designar representantes para uma visita “às regiões libertadas da Guiné”.

No final de 1972 negocia pessoalmente, com responsáveis do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, o fornecimento dos mísseis terra-ar *Strella*.

Foi assassinado em Conacri, na noite de 20 de Janeiro de 1973 (Mira Vaz, 2003: 50).

ANEXO D

OS EFECTIVOS DAS FORÇAS ARMADAS

(Referidos a 31 de Dezembro)

Quadro 3: Quadro de efectivos nos três teatros de operações.

TO Anos	Angola	Moçambique	Guiné	Total	Obs. ¹³²
1960	-	-	-	-	(a)
1961	33 477	11 209	4 736	49 422	(b)
1962	44 925	11 852	5 070	61 847	(c)
1963	47 400	14 246	9 650	71 296	(d)
1964	52 493	18 049	15 195	85 737	
1965	57 073	22 856	17 252	97 181	
1966	55 816	30 588	20 801	107 205	
1967	57 420	34 721	21 650	113 791	
1968	58 230	36 615	22 839	117 684	
1969	55 574	39 096	26 581	121 251	(e)
1970	55 233	38 712	26 775	120 720	
1971	62 060	44 505	29 210	135 775	(f)
1972	60 317	46 723	29 957	136 997	
1973	65 592	51 463	32 035	149 090	(g)

Fonte: CECA (1988: 259).

¹³² (a) Em Dezembro de 1960, havia em Angola cerca de 6500 militares (dos quais 1500 metropolitanos).

(b) Valores obtidos através do número exacto oficial dos militares metropolitanos e do arbítrio do recrutamento local para Angola, Moçambique e Guiné de 5000, 3000 e 1000 respectivamente.

(c) O valor de Angola foi extraído do relatório periódico de comando da região Militar de Angola de 31-12-62. Para Moçambique e Guiné os valores são estimados, mas, face a outros dados oficiais, estão muito aproximados. Mantêm-se como valores arbitrários de recrutamento local os mesmos de 1961.

(d) Valores estimados face a dados oficiais para Angola e Moçambique. Para a Guiné o valor foi extraído do relatório de comando do Comando Territorial Independente da Guiné N.º 5/1966.

(e) Dados referidos a 31-3-70.

(f) Dados referidos a 31-3-72.

(g) Dados referidos a 30-9-73.

(Referidos a 31 de Dezembro e com base em documentos oficiais arquivados)

Quadro 4: Quadro de efectivos metropolitanos em reforço dos três teatros de operações.

TO Anos	Angola	Moçambique	Guiné	Total	Obs. ¹³³
1960	-	-	-	-	(a)
1961	28 477	8 209	3 736	40 422	
1962	33 760	8 852	4 070	46 682	
1963	34 530	9 243	8 344	52 117	
1964	37 418	10 132	12 874	60 424	
1965	41 625	13 155	14 640	69 420	
1966	38 519	19 550	17 760	75 829	
1967	43 051	23 164	18 421	84 636	
1968	37 547	22 717	19 559	79 823	
1969	36 911	23 286	22 866	83 063	(b)
1970	36 174	22 633	22 507	81 314	
1971	36 127	21 795	23 402	81 324	(c)
1972	34 856	22 657	24 036	81 549	
1973	37 773	23 891	25 610	87 274	(d)

Fonte: CECA (1988: 260).

¹³³ (a) O efectivo de Angola em tropas metropolitanas, em 31 de Dezembro de 1960, estima-se em 1500.

(b) Elementos relativos a 31-3-70.

(c) Elementos relativos a 31-3-72.

(d) Elementos relativos a 30-9-73.

ANEXO E

MAPA ILUSTRATIVO DO TERRITÓRIO DA GUINÉ



Figura 19: Mapa ilustrativo do território da Guiné.

Fonte: Associação Guiné-Bissau (s.d.).

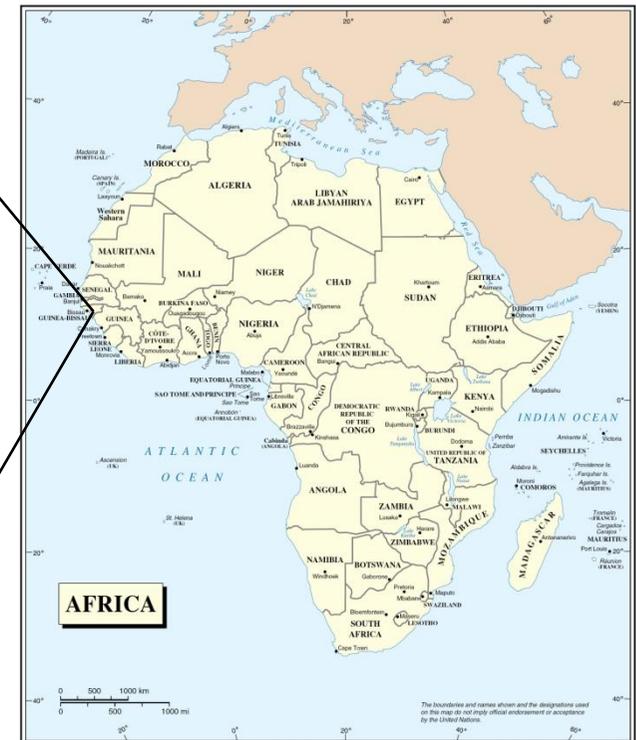


Figura 20: Mapa do continente africano.

Fonte: Guia Geográfico (s.d.).

ANEXO F

A INFLUÊNCIA DAS MARÉS



Figura 21: A maré baixa do rio Fulacunda e os pára-quedistas.

Fonte: Fotografia gentilmente cedida pelo Sargento-Mor Serrano Rosa.



Figura 22: A maré alta do rio Fulacunda e os pára-quedistas.

Fonte: Fotografia gentilmente cedida pelo Sargento-Mor Serrano Rosa.

ANEXO G A ORGANIZAÇÃO DO PAIGC

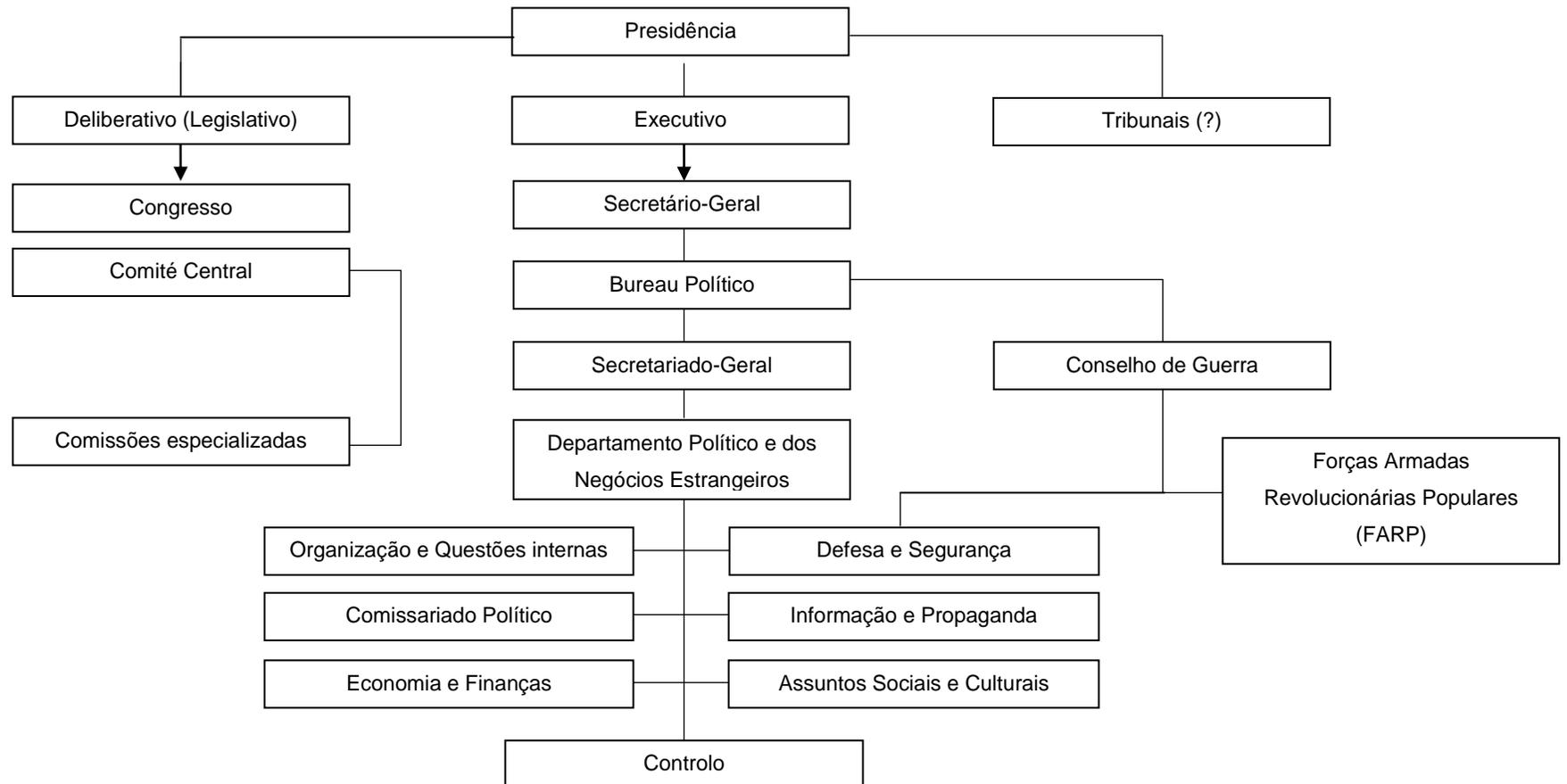


Figura 23: Organização do PAIGC.

Fonte: Afonso & Gomes (2000: 159).

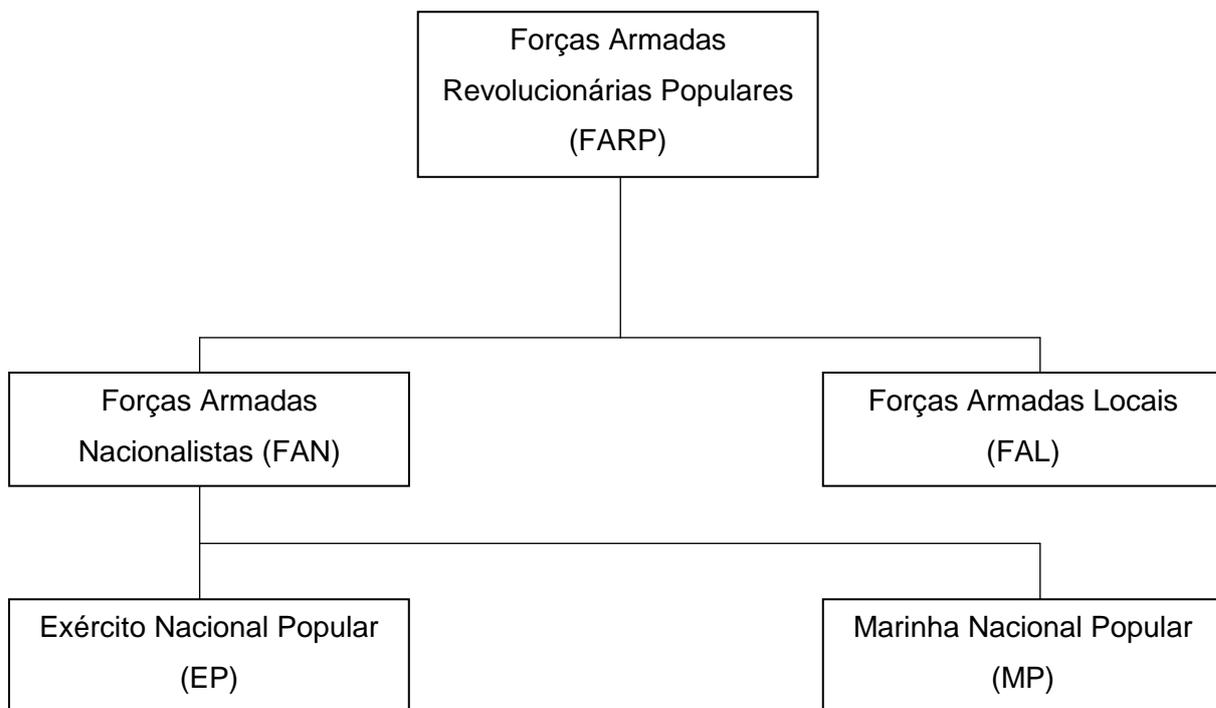


Figura 24: Organização das forças armadas revolucionárias da Guiné em 1971.

Fonte: Afonso & Gomes (2000: 161).

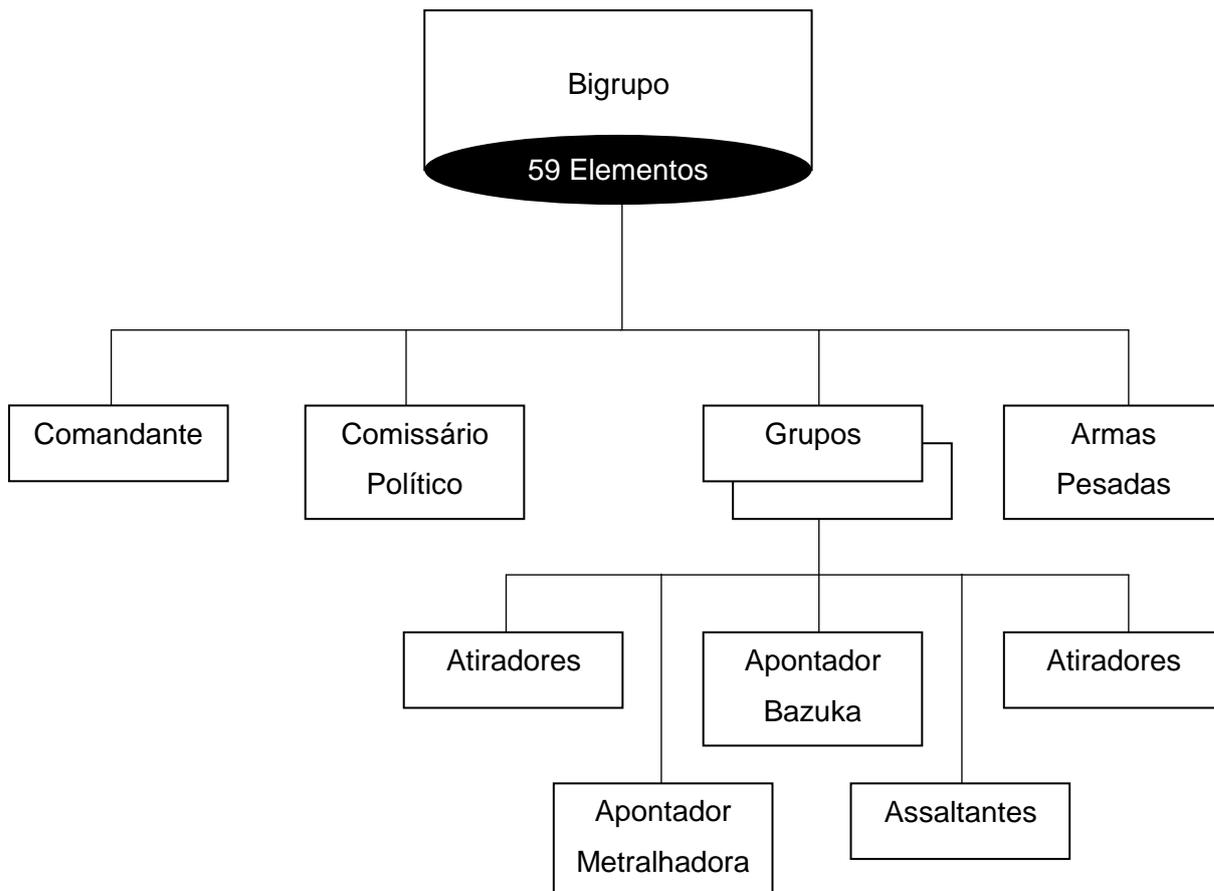


Figura 25: Organização e efectivo de um bigrupo.

Fonte: Afonso & Gomes (2000: 160).

ANEXO H

ARNALDO SCHULTZ

(1910 – 1993)



Figura 26: Arnaldo Schultz.

Fonte: Associação 25 de Abril (s.d.).

Conclui o curso de Infantaria da Escola Militar e é promovido a Alferes em 1933. Ainda subalterno, integra uma Missão Militar de Observação à guerra civil de Espanha. Faz o curso de Estado-Maior no Instituto de Altos Estudos Militares e, como oficial do Corpo de Estado-Maior, fica ligado ao Instituto, onde seria professor e, no fim de carreira, seu director.

Em 1958, Tenente-Coronel, é nomeado Ministro do Interior do Governo de Salazar, cargo que ocupa aquando da «Abrilada» liderada por Botelho Moniz. Participa em algumas reuniões com as cúpulas militares, mas na fase culminante, perante a iminência do golpe de Estado militar, afastou-se, o que não evitou a sua exoneração na remodelação ministerial que se seguiu.

Promovido a Brigadeiro em 1963, segue para Angola onde comanda um sector operacional no Norte. Um ano depois é nomeado Governador e Comandante-Chefe da Guiné, cuja situação militar sofrera um claro agravamento. É promovido a General em 1965. Consegue um significativo reforço de meios e procede a um reajustamento funcional, com a criação de comandos de agrupamento e de companhias de milícia, mas a situação não deixa de se agravar, com o PAIGC a controlar já amplas zonas do território.

Arnaldo Schultz recusa reconhecer esta realidade, não adapta o dispositivo à situação concreta e continua a veicular uma imagem de optimismo completamente utópica. Regressa a Portugal em Maio de 1968, assume a direcção do Instituto de Altos Estudos Militares e é nomeado vogal do Conselho Ultramarino. Acumula ainda com a presidência da Comissão Central Administrativa da Liga dos Combatentes, para que foi nomeado pelo Ministro da Defesa, Sá Viana Rebelo, onde se manterá até ao 25 de Abril de 1974. Como Presidente da Liga tem significado o apoio que prestou ao I Congresso dos Combatentes do Ultramar, pelo papel que este viria a ter nos acontecimentos que desembocaram no 25 de Abril.

Já em Março de 1973, nas comemorações do 50 aniversário da Liga, em perfeita consonância com o Ministro da Defesa, pronunciou um discurso em que quase antecipava as conclusões do congresso, ao apelar para a disposição de «(...) depois de termos

defendido as províncias portuguesas de além-mar (...) defender da mesma forma a província portuguesa de aquém-mar, todas ameaçadas pelas garras destruidoras do terrorismo».

Com o 25 de Abril passa à reserva. Estaria preso de Janeiro de 1975 a Janeiro de 1976, acusado de ligações à PIDE e Legião Portuguesa, aliás inerentes às funções de Ministro do Interior que desempenhara. Julgado no 3.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa em 5 de Abril de 1982, após decisão nesse sentido do Supremo Tribunal Militar de 21 de Junho de 1979, seria absolvido. Já se encontrava na situação de reforma, para a qual transitara em 6 de Abril de 1980 (Associação 25 de Abril, s.d.).

ANEXO I

MANUEL GOMES DE ARAÚJO

(1897 – 1982)



Figura 27: Manuel Gomes de Araújo.

Fonte: Associação 25 de Abril (s.d.).

Oficial do Exército português da arma de infantaria nasceu em Barcelos.

Frequentou o curso de Engenharia na Faculdade de Ciências de Coimbra e a especialidade de Electrotecnicia na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

A 31 de Janeiro de 1917 iniciou a sua carreira militar, altura em que assentou praça. No ano seguinte foi promovido a Alferes, tendo desempenhado funções no 5.º Grupo de Metralhadoras e posteriormente no 3.º Grupo de Metralhadoras onde permaneceu até 1931. Em meados dos anos 30 desempenhou as funções de professor na Escola Central de Oficiais, período no final do qual foi promovido a Major do corpo de Estado-Maior. Frequentou os cursos da Escola do Exército e do Estado-Maior do Instituto de Altos Estudos Militares, onde leccionou. Em Paris, frequentou a Escola Superior de Guerra. Em 26 de Junho de 1942 é promovido ao posto de Tenente-Coronel e a Coronel do Estado-Maior em Agosto de 1945. Foi professor do curso de Estado-Maior e director do mesmo em 1950. A 23 de Janeiro de 1951 é promovido ao posto de General.

Após ter desempenhado, entre 1944 e 1947, o cargo de Subsecretário de Estado da Guerra, assume a pasta das Comunicações até 14 de Agosto de 1958, período durante o qual viria a ser construído o aeroporto da Ilha do Sal e ampliados e remodelados os aeroportos de Lisboa e Santa Maria (Açores).

Posteriormente veio a assumir a direcção do Instituto de Altos Estudos Militares por um período de três anos.

Em 1961 foi nomeado chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, ocupando no ano seguinte o cargo de Ministro da Defesa Nacional no qual permanecerá até 26 de Outubro de 1968, altura em que passa à reforma (Associação 25 de Abril, s.d.).

ANEXO J

“UMA GUINÉ MELHOR”

A ideia, que se transformou num slogan da acção de Spínola, de “Uma Guiné Melhor” surge pela primeira vez de forma expressa na Directiva n.º 60/68, de 17 de Dezembro de 1968. Nesta Directiva, Spínola refere que: “A guerra da Guiné não se ganha pela força das armas, mas sim pela força da razão. E a razão conquista-se na medida em que a Província atinja um nível de bem-estar social que satisfaça os anseios imediatos das populações, anseios que lhe foram instigados pelo inimigo e que estão na base da sua propaganda, constituindo a sua principal força”.

Para responder a estas necessidades, o plano de contra-subversão de Spínola, visa a rápida consecução desse nível de bem-estar, que se traduz no slogan: “Uma Guiné Melhor”. Nesta introdução à Directiva estão já as linhas de força do seu pensamento na luta de contra-subversão: conquistar as populações, dando-lhes o que a subversão promete. O PAIGC prometia dois grandes objectivos: independência e bem-estar, associando-os. Spínola começa por promover o bem-estar, através do slogan “Uma Guiné Melhor” e percorrerá rapidamente o caminho para dar às populações a outra promessa do PAIGC, com a política traduzida no slogan: “Uma Guiné de e para os Guinéus”, o que corresponde à independência do PAIGC (Afonso & Gomes, 2010: 417).



Figura 28: Promoção da acção social na região de Teixeira Pinto.

Fonte: Fotografia gentilmente cedida pelo Sargento-Mor Serrano Rosa.

ANEXO K

MARCELLO CAETANO

(1906 – 1980)



Figura 29: Marcello Caetano.

Fonte: Associação 25 de Abril (s.d.).

A subida de Marcello Caetano ao poder, em Portugal, em 1968, gerou em todo o mundo, em especial nos círculos ligados a África, enorme expectativa. Para a maioria dos intervenientes no processo colonial, era a última oportunidade de dar ao problema solução razoável. Houve, por isso, da parte das Nações Unidas, dos movimentos de libertação e da oposição portuguesa uma pausa, apesar de tudo carregada de cepticismo, até se perceber o que significavam as «reformas necessárias» que Marcello Caetano prometia no seu primeiro discurso.

Pouco tempo durou a expectativa. Sem capacidade para romper o círculo vicioso que herdara, Marcello Caetano depressa reafirmou a política colonial anterior, optando pela continuidade da guerra e assumindo a responsabilidade histórica de encaminhar o seu regime para um beco sem saída (Associação 25 de Abril, s.d.).

ANEXO L

JOSÉ MANUEL BETTENCOURT CONCEIÇÃO RODRIGUES

(1918 – 2011)



**Figura 30: José Manuel Bettencourt
Conceição Rodrigues.**

Fonte: Associação 25 de Abril (s.d.).

General do Exército, oriundo da Arma de Infantaria. Ainda como Major desempenhou o cargo de Chefe de EM da região Militar de Angola, em 1962, onde teve papel importante na organização das forças portuguesas, nomeadamente na criação das unidades especiais de comandos. Foi Ministro do Exército, de Agosto de 1968 a Janeiro de 1970. Como Brigadeiro, e posteriormente como General, comandou a Zona Militar Leste de Angola, sob as ordens de Costa Gomes. Este, como Comandante-Chefe das forças portuguesas, deu-lhe grande autonomia de comando para contrariar o esforço de penetração do MPLA a partir da Zâmbia, seguindo aquela que ficou conhecida como «Rota Agostinho Neto».

Apoiado num EM constituído por oficiais com grande experiência de guerra de guerrilha, Bettencourt Rodrigues assentou a manobra militar no emprego de forças dotadas de grande mobilidade, forças especiais helitransportadas, unidades a cavalo e forças africanas da mais variada proveniência - grupos especiais, Flechas, Leais, Fiéis. Conseguiu, através do serviço de informações militar, estabelecer contactos com a UNITA de Savimbi e um acordo de cooperação para combater o MPLA, na que ficou conhecida como Operação “Madeira”.

Marcello Caetano escolheu-o para substituir Spínola como Governador e Comandante-Chefe da Guiné em 1973, quando a situação militar naquele território era quase insustentável para as forças portuguesas. Nos seis meses que permaneceu nos cargos não conseguiu dar indícios de ter um conceito de manobra para fazer face à degradação das condições em que se travava a guerra (Associação 25 de Abril, s.d.).

ANEXO M

ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR

(1889 – 1970)



Figura 31: António de Oliveira Salazar.

Fonte: Valpaços (2010).

António de Oliveira Salazar nasceu a 28 de Abril de 1889, em Vimieiro, Santa Comba Dão. Estudou na Faculdade de Direito de Coimbra, onde, em 1917, iniciou a carreira de professor universitário. Em 1921 foi eleito deputado pelo Centro Católico. Depois de apenas um dia no Parlamento, renunciou ao mandato. Em conferências e na imprensa, advogou uma renovação de objectivos e de processos de governo. Após a revolução de 28 de Maio de 1926, acabou por aceitar, em 1928, a pasta das Finanças, depois de os militares terem concordado com as suas condições de o Ministro das Finanças ser o único a poder autorizar despesas. Em 1932, chegou a Presidente do Conselho, cargo em que se manteria até o derrame cerebral que encerrou sua actividade pública, em 1968.

Em 1933, fez aprovar em plebiscito uma nova Constituição que consagrava o Estado autoritário e corporativo, com a recusa da luta de classes, do individualismo liberal, do socialismo e do parlamentarismo. Por outro lado, em relação ao império ultramarino, adoptou o princípio da unidade territorial pluricontinental, que o levaria a recusar qualquer solução de tipo federativo ou de carácter evolutivo. Depois do surto de descolonização dos anos de 1960, quando deixou de contar com a solidariedade internacional, já em plena guerra, sustentou o princípio da não negociabilidade política com os movimentos de luta armada que se desenvolveram sobretudo em Angola, Moçambique e Guiné.

O declínio político de Salazar acelerou-se rapidamente a partir de 1961 e coincide com o alastramento da guerra, a drenagem dos fundos públicos para o esforço bélico (cerca de 45% do Orçamento Geral do Estado) e o surto de emigração, em direcção, sobretudo, à França e à Alemanha, além de um crescimento capitalista de controlo muito mais difícil.

Faleceu a 27 de Julho de 1970 em Lisboa (NetSaber, s.d.).

ANEXO N

JOÃO BERNARDO VIEIRA

(1939 – 2009)



Figura 32: João Bernardo Vieira.

Fonte: Associação 25 de Abril (s.d.).

João Bernardo Vieira, conhecido na guerra por Nino ou Nino Vieira, nasceu em Bissau, em 1939, e pertenceu ao primeiro grupo de militantes do PAIGC que frequentou a Academia Militar de Pequim, na China, logo em 1960. No regresso à Guiné, em 1961, dedicou-se à organização militar da guerrilha no Sul do território. Em 1964, durante a grande Operação “Tridente”, em que as forças portuguesas reocuparam a ilha do Como, numa acção que durou 60 dias, Nino era já, com apenas 25 anos, o comandante militar da zona sul, que abrangia a região de Catió até à fronteira com a Guiné-Conacri. Será quase sempre no Sul que Nino actuará, transformando esta zona, que abrangia o Cantanhez e o Quitafine, num dos mais duros, senão o mais duro, de todos os teatros de operações em que as forças portuguesas estiveram empenhadas e do qual ainda restam os nomes míticos de Guileje, que ele veio a ocupar em 1973, Gadamael-Porto, Gandembel, Catió, Cufar, Cadique, Caboxanque, Bedanda e tantos outros. Além da indelével coragem, Nino teve também pelo seu lado a sorte que faz os heróis sobreviverem, e foi essa sorte que lhe permitiu escapar por várias vezes a emboscadas montadas pelas forças portuguesas, sendo o caso mais conhecido a Operação “Jove”, em que foi feito prisioneiro o Capitão cubano Pedro Peralta.

Embora se tenha dedicado principalmente à actividade militar, como comandante de unidades de guerrilheiros, Nino Vieira ocupou os mais altos cargos na estrutura do PAIGC, sendo membro eleito do Bureau Político do seu Comité Central desde 1964, Vice-Presidente do Conselho de Guerra presidido por Amílcar Cabral em 1965, acumulando com o comando da Frente Sul, e ainda comandante militar de operações, a nível nacional, a partir de 1970. Em 1973, foi eleito deputado e, posteriormente, Presidente da Assembleia Nacional Popular, que proclamou a República da Guiné-Bissau, em 24 de Setembro de 1973 (Associação 25 de Abril, s.d.).

ANEXO O

BOINAS VERDES



Figura 33: Boina Verde.

Fonte: Carmo (s.d.).

➤ **Artigo de uniforme**

Sob a designação de artigos de uniforme eram agrupadas as peças de vestuário e outros artigos que, quando usados, definiam, por simples observação visual, a organização a que pertencem os seus utentes.

É neste capítulo que vamos encontrar, ao longo dos anos, o artigo de uniforme designado por Boina.

Até 31DEZ93, o RUFA em vigor (Portaria n.º 922/91 de 04SET) fazia a seguinte descrição:

«... Boina – De tecido de lã; de um só pano:

a) Interiormente forrada com tecido de cor preta e debruada, no limite inferior, com uma tira de carneira também de cor preta que forma um vivo e se desenvolve verticalmente por dentro, na área correspondente ao distintivo;

b) Por dentro do debrum corre uma fita de cor preta, a qual forma um nó atrás e cujas pontas caem livremente;

c) Copa com desenvolvimento radial de 4 cm a 6 cm, em relação ao perímetro do debrum; dois ilhós laterais de ventilação, de cor preta, inoxidáveis, cuja distância entre si e o debrum é igual;

d) De cor verde..., para pessoal especializado em pára-quedismo...»

➤ **Suporte legal e “nascimento”**

Embora em 1952 tenha sido publicada a legislação que previa a eventualidade de poderem ser integradas na Força Aérea em operações, fazendo ou não organicamente parte delas, unidades de pára-quedistas, só em 1955 foram criadas as Tropas Pára-quedistas nas Forças Armadas Portuguesas.

O Decreto n.º 40 395 de 23 de Novembro de 1955 regula a Organização, Recrutamento e Serviço nas Tropas Pára-quedistas, activando assim o Batalhão de Caçadores Pára-quedistas, *célula-mater* do pára-quedismo militar organizado.

O seu Art.º 20 determinou, pela primeira vez na história das Forças Armadas Portuguesas, o uso de uma boina como artigo de fardamento e cobertura de cabeça (a boina de cor verde) destinada a substituir o barrete n.º 1 e o barrete de campanha para os militares especializados em pára-quedismo.

Não só se assistia à criação de um novo e inédito artigo de fardamento militar, como se dava suporte legal a um símbolo usado, desde 9 de Julho de 1955, por 188 militares portugueses oriundos dos três ramos das Forças Armadas que se especializaram em pára-quedismo na *Escuela Militar de Paracaidismo “MÉNDEZ PARADA”*, unidade de instrução da Força Aérea Espanhola (*Ejercito del Aire*) sediada em Alcantarilla (*Murcia*).

➤ **Origem da cor “Verde Caçador Pára-quedista”**

Em Portugal, o “verde” foi a cor escolhida para a boina dos “páras”. Segundo se julga saber¹³⁴, esta cor foi determinada, em 1955, pelo Ministro da Defesa Nacional, Coronel Fernando dos Santos Costa.

Perante uma proposta dos militares pára-quedistas “fundadores”, em que se sugeria a cor “vermelha” ou “vermelho-grenat”, o Ministro Santos Costa, que tinha por hábito “Fazer Despacho” com uma caneta de tinta permanente verde, terá redigido mais ou menos isto: “vermelho não. Que seja verde como a tinta com que escrevo este Despacho”.

Tudo indica que teriam sido razões de ordem ideológica a motivar tal atitude, compreensível numa época em que a cor vermelha, independentemente das inúmeras tonalidades, estava demasiado conotada com o movimento comunista internacional, inimigo previsível da presença portuguesa em África.

➤ **“Fitas Pretas”: Profundo significado histórico**

Outra tradição cinquentenária que sempre acompanhou o uso da mítica Boina Verde é, as duas fitas pretas pelo elevado simbolismo e incontornável significado histórico que transportam:

“...as fitas pretas da boina são usadas em sinal de luto, recordando a *Batalha de Arnhem* (Operação “*Market-Garden*”), localidade dos Países Baixos onde os pára-quedistas aliados sofreram mais de 10 500 baixas entre mortos e desaparecidos”.

A Operação com o nome de código “*Market-Garden*” foi a maior operação aerotransportada das Forças Aliadas durante a 2ª Guerra Mundial. Desencadeada no período compreendido entre 17 e 25 de Setembro de 1944, tinha como objectivo tático

¹³⁴ Esta versão foi relatada unanimemente por diversas personalidades com altas funções nas tropas pára-quedistas. Não foi possível, até à presente data, visualizar documentalmente o sucedido.

capturar uma série de pontes sobre os principais rios dos Países Baixos que estavam sob ocupação Alemã.

Esta acção militar contou com a participação das seguintes unidades pára-quedistas integrantes do 1º Exército Aerotransportado (*1st Airborne Army*):

- 82ª Divisão Aerotransportada (EUA);
- 101ª Divisão Aerotransportada (EUA);
- 1ª Divisão Aerotransportada (Reino Unido);
- 1ª Brigada Independente de Pára-quedistas (Polónia).

Apesar das unidades pára-quedistas envolvidas terem cumprido as principais missões atribuídas, ocupando com êxito as primeiras pontes, a operação saldou-se por um fracasso parcial, e os pára-quedistas sofreram um elevado número de baixas: Reino Unido (6 484); EUA (3 974) e Polónia (102).

Muitos destes militares foram, ao contrário do que estabelece a Convenção de Genebra, cobardemente aniquilados ainda durante a sua descida em pára-quedas.

A campanha foi de tal maneira admirada nos quatro cantos do globo que ainda hoje, todas as tropas pára-quedistas organizadas do mundo inteiro, independentemente da cor da boina adoptada, usam as duas fitas pretas em homenagem aos caídos nesta épica batalha.

Este histórico e profundo significado que as duas fitas pretas encerram foi, posteriormente, estendido a todos os mortos pára-quedistas nacionais caídos em acções de combate (Boina Verde, 2006: 21-24).

➤ Distintivos de boina



Figura 34: Distintivos de Pára-quedista.

Fonte: Machado & Carmo (2003: 116).

Primeiro distintivo para uso na boina das Tropas Pára-quedistas. Foi aprovado pelo Decreto n.º 40 395 de 23 de Novembro de 1955 (Art.º 20º), permanecendo em uso até 6 de Fevereiro de 1961.



Figura 35: Distintivos de Pára-quedista.

Fonte: Machado & Carmo (2003: 116).

Distintivo da Força Aérea usado de 7 de Fevereiro de 1961 até 30 de Setembro de 1966.



Figura 36: Distintivos de Pára-quedista.

Fonte: Machado & Carmo (2003: 116).

Distintivo da “Força Aérea sem escudo” usado de 1 de Outubro de 1966 até 31 de Dezembro de 1993.

➤ **Distintivos de pára-quedista**



Figura 37: Distintivos de Pára-quedista.

Fonte: Machado & Carmo (2003: 116).

O distintivo de qualificação pára-quedista, vulgarmente conhecido como “brevet”, é o mais tradicional e apreciado nas Tropas Pára-quedistas. É outorgado a todos os militares que terminam, com aproveitamento, o Curso de Pára-quedismo com a execução de saltos em pára-quedas. É confeccionado em tecido ou em metal e usado de acordo com os diversos tipos de uniformes.

1. Primeiro distintivo de pára-quedista militar português. Aprovado pelo Decreto n.º 40 395 de 23 de Novembro de 1955 (Art.º 20º), permaneceu em uso até 6 de Fevereiro de 1961. Era atribuído após a execução de 10 saltos. Este modelo “dourado” era, de acordo com o decreto, exclusivo para instrutores e monitores. Porém, acabou por ser atribuído e usado por todos os militares pára-quedistas sem qualquer diferenciação nos postos e/ou cursos.
2. Distintivo de pára-quedista “prateado”. Atribuído por força do mesmo decreto aos “restantes militares”, nunca chegou a ser usado “de facto”. O Despacho n.º 378 de 6 de Fevereiro de 1961 e o Despacho n.º 566 de 14 de Maio de 1963, ambos do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, aprovaram novos modelos de distintivos usados pelas Tropas Pára-quedistas até 30 de Setembro de 1966:
3. Distintivo para “pessoal militar especializado em pára-quedismo”.
4. Distintivo para “pessoal equiparado a militar especializado em pára-quedismo” – Médicos.
5. Distintivo para “pessoal equiparado a militar especializado em pára-quedismo” – Veterinários.
6. Distintivo para “pessoal equiparado a militar especializado em pára-quedismo” – Enfermeiros.
7. Distintivo para “pessoal equiparado a militar especializado em pára-quedismo” – Capelães.

Em 30 de Setembro de 1966, o Decreto n.º 47 229 aprovou um novo distintivo de pára-quedista para ser usado no lado direito do peito, um centímetro acima da costura da portinhola do bolso e centrado com o eixo desse bolso, sendo atribuído após a execução de 6 saltos. O mesmo diploma criou o distintivo para “aluno pára-quedista”, igual no seu desenho, mas sem a asa esquerda, para ser usado durante o período de frequência do Curso de Pára-quedismo por todos os candidatos.



Figura 38: Distintivos de Pára-quedista.

Fonte: Machado & Carmo (2003: 116).

1. Distintivo de aluno pára-quedista;
2. Distintivo de pára-quedista;
3. Distintivo de pára-quedista em prata (500 saltos);
4. Distintivo de pára-quedista em ouro (1000 saltos);
5. Distintivo de pára-quedista em platina (2000 saltos);

OBS: Os distintivos 3, 4 e 5 são atribuídos aos militares que perfizerem, em registo na caderneta de saltos militares, o número de saltos acima referidos (Machado & Carmo, 2003: 117).

ANEXO P

KAÚLZA OLIVEIRA DE ARRIAGA

(1915 – 2004)



Figura 39: Kaúlza Oliveira de Arriaga.

Fonte: Instituto Tecnológico e Nuclear (2009).

No início dos anos 50, jovem Capitão de engenharia em Tancos, cria uma unidade de sapadores de assalto e apaixonava-se pela aviação, que se instalava na Base Aérea n.º 3. A atracção pelas unidades especiais e pela aeronáutica vai marcar a sua vida. Como Major, é nomeado Subsecretário de Estado daquele novo ramo das Forças Armadas e, neste cargo, aproveita as hesitações do Exército para criar os Pára-quedistas. De Major a General não mais abandonará os corredores do poder e da teorização de problemas de estratégia.

Sem qualquer experiência anterior de comando em operações ao ser nomeado por Marcello Caetano para comandante militar em Moçambique, Kaúlza de Arriaga leva consigo uma estratégia definida, idêntica à que dera maus resultados no Vietname: atacar o que se julgava ser o coração do inimigo, o planalto dos Macondes – Operação “Nó Górdio” –; cortar-lhes as linhas de reabastecimento, objectivo da operação Fronteira, e isolá-lo da população, desenvolvendo a política de aldeamentos estratégicos; e aproveitar a albufeira de Cahora Bassa para impedir a progressão da FRELIMO, para sul quando, em Julho de 1973, Marcello Caetano lhe dá por finda a comissão. Substituindo-o por «outra pessoa que possa rever os conceitos e as tácticas», deixa como herança uma guerra que aumentara de intensidade no Norte, após a “Nó Górdio”, e alastrara de Tete em direcção ao sul e à Beira, com acções da FRELIMO já a 400 km de Cahora Bassa, um conjunto de escândalos provocados por massacres contra populações civis, as relações com a Igreja Católica deterioradas ao seu mais baixo nível e, por último, como prova do seu fracasso, o Engenheiro Jardim, com quem Kaúlza dividiu o poder militar sem nunca entender o seu verdadeiro papel representado por esse homem de acção, procurando outras soluções em Lusaca (Associação 25 de Abril, s.d.).

ANEXO Q

SIGFREDO VENTURA DA COSTA CAMPOS

(1930 – 2008)



Figura 40: Sigfredo Ventura da Costa Campos.

Fonte: Carmo (2008).

Oriundo da Armada de Artilharia, terminou em 27 de Janeiro de 1956, nos Estados Unidos do Brasil, o curso de pára-quedismo militar.

Ingressou nas Tropas Pára-quedistas portuguesas, com a patente de Tenente de Artilharia, em 27 de Novembro de 1956. A sua primeira comissão de serviço foi no BCP 21 (Angola), onde se notabilizou como um excelente oficial de operações.

Comandou o BCP 12 desde 14 de Dezembro de 1966 até 03 de Junho de 1968. Tendo-se empenhado pessoalmente na designação dos graduados, tomou também parte activa na instrução operacional. Para além das reconhecidas qualidades de planificador, revelou igualmente uma habilidade incedível na selecção da actividade operacional, dinamizando de forma muito criteriosa o empenhamento do batalhão. Cumpriu uma terceira comissão de serviço em Moçambique, no comando dos Grupos Especiais Pára-quedistas. No período final desta comissão, acumulou com o comando dum sector operacional.

Para além de muitas outras distinções, a sua actuação no comando do BCP n.º 12 valeu-lhe a mais alta condecoração militar: a Medalha de Ouro de Valor Militar com Palma (Mira Vaz, 2003: 18).

ANEXO R

GADAMAEL-PORTO (1973): VIDAS DEBAIXO DE FOGO

Depoimento do Exmo. Sr. Coronel Inf Manuel Ferreira da Silva,

Colocado na primeira companhia de comandos africanos, iniciei a minha comissão em Dezembro de 1971. Em 1972, numa operação no Morés, a minha viatura (um Unimogue) rebentou uma mina que matou os demais ocupantes tendo eu sofrido fracturas nos dois braços e mais ferimentos, motivo que levou a que fosse evacuado para a Metrópole. Regressei em Janeiro de 1973 sendo colocado no Centro de Instrução de Bolama onde comandeí uma companhia de instrução de soldados africanos.

No dia 28 de Maio de 1973 encontrando-me em instrução no campo, fui mandado regressar ao quartel onde um helicóptero me aguardava para me levar para Bissau. No dia 29, no Comando-Chefe, foi-me comunicado que no dia seguinte seguiria para Gadamael-Porto para comandar o COP 5, substituindo o Major Coutinho e Lima. Assim, a 30 de Maio, segui de helicóptero para Cacine e no dia 31 de barco sintex para Gadamael-Porto onde cheguei por volta das 12h00 depois de cerca de 01h30 de viagem. À minha espera estava o Coronel Rafael Durão, que desde o dia 22 de Maio substituíra o Major Coutinho e Lima. Pouco depois a embarcação regressava com 3 feridos e o Coronel Durão. Após esta partida reuni-me com os dois comandantes de companhia para me inteirar da situação mas, por volta das 15h00, começaram as flagelações com artilharia, morteiros, canhão sem recuo e mísseis. No início os impactos verificavam-se fora das instalações, mas gradualmente foram-se aproximando e, no final do dia já rebentavam dentro do aquartelamento¹³⁵. Com o pelotão de artilharia de obuses de 14 mm e morteiro de 81 mm íamos reagindo ao fogo¹³⁶. Concluiu-se que alguém estava a regular o tiro do PAIGC, com sistema rádio, admitindo-se que fosse um elemento da população, ou um elemento inimigo escondido nas matas circundantes.

Ao amanhecer do dia 1 de Junho, o segundo dia da minha permanência, iniciou-se aquele que seria o dia mais crítico de toda a guerra de Gadamael-Porto com as flagelações quase permanentes. O relatório final da CCac 4743 regista 700 granadas no final do dia, mas penso que o número ter-se-á aproximado de 1000. Para responder ao fogo do PAIGC

¹³⁵ O aquartelamento de Gadamael-Porto tinha uma área de cerca de um hectare com uma rua central que partia do cais, onde na preia-mar atracavam os pequenos barcos e que passava junto á enfermaria, comando, depósito de géneros, arrecadação de material de guerra, posto de rádio, e seguia para a pista de aviação. Os alojamentos eram dispersos encontrando-se alguns junto ao arame farpado. Porém, dada a pouca frequência com que era atacado, os abrigos e as valas à volta do aquartelamento não ofereciam protecção às granadas utilizadas pelo inimigo. Do lado oposto existia uma tabanca com cerca de 500 habitantes.

¹³⁶ No dia 31 de Maio de 1973 ocorreu a morte de um milícia e ferimentos noutra.

tinha-mos a nossa artilharia e o morteiro 81 mm que iam fazendo fogo com a rapidez possível. Ao princípio da tarde caiu uma granada no posto de rádio, que ficou bastante danificado, deixando-nos sem ligação rádio. Nesse abrigo encontravam-se vários oficiais, de entre os quais os dois comandantes das companhias de Guileje e Gadamael-Porto que ficaram feridos. Algum tempo depois consegui localizar um rádio portátil *TR-28* que estava operacional e que me permitiu ser ouvido pelo quartel de Aldeia Formosa, a quem solicitei que informassem Bissau da situação. Entretanto, como resultado das constantes flagelações e da fraca protecção de que os abrigos dispunham, muitos militares refugiaram-se na tabanca e no tarrafo que não estavam a ser bombardeados. Não me apercebi dessas movimentações, hipotecado como estava com os problemas para resolver. Alguns dos efectivos (cerca de 250) tiveram conhecimento que um navio patrulha da Marinha estava no rio Cacine a pouca distância pelo que se dirigiram para lá, tendo sido recolhidos e seguidos para Cacine, juntamente com elementos da população, donde regressaram posteriormente a Gadamael-Porto. Na verdade, se os militares se mantivessem nas valas, o número de baixas teria sido muito superior e a sua reacção foi natural.

Ao fim do dia surgiu o momento mais crítico de Gadamael-Porto pois estava sem artilharia, sem apoio aéreo, sem Capitães, sem ligação rádio, sem médico (entretanto ferido e evacuado), sem munições de morteiro e com um número mínimo de militares numa área crítica por onde os elementos do PAIGC podiam entrar. Mas tudo se resolveu. As granadas de morteiro apareceram, montou-se uma metralhadora, vieram mais militares e passámos a noite a lançar uma granada de morteiro de tempos a tempos e a efectuar rajadas de metralhadora para marcar a nossa presença, apesar de as flagelações do inimigo continuarem durante a noite.

Na manhã do dia 2 de Junho o General Spínola visitou o aquartelamento, porém, assim que saiu do helicóptero ouviram-se as granadas dos morteiros 120 mm. Os 18 segundos que demoravam a chegar ao objectivo foi o suficiente para se puxar o General para dentro do helicóptero e este levantar. Quando estava a uns 20 m de altura as granadas caíram onde este tinha aterrado.

No dia 3 chegou uma CCP que se instalou na zona da tabanca e nos assegurou uma estabilidade defensiva. Perante a gravidade da situação até ao dia 12 de Junho desembarcaram mais duas companhias de caçadores pára-quedistas e, desde o dia 3 que o Major pára-quedista Pessoa assumiu o comando do COP 5. Entretanto, o comando do Batalhão de Caçadores Pára-quedistas que era constituído pelo Tenente-Coronel pára-quedista Araújo e Sá e pelo Major pára-quedista Moura Calheiros mudou-se para Gadamael-Porto. Com a chegada dos caçadores pára-quedistas e com o seu reconhecimento ofensivo, o PAIGC apesar de manter as flagelações, retraiu o seu dispositivo de cerco. Os caçadores pára-quedistas foram decisivos na resolução do problema de Gadamael-Porto a quem presto a minha homenagem.

ANEXO S

“KURIKA DA MATA”

Depoimento do Exmo. Sr. Coronel PilAv Miguel Pessoa¹³⁷,

➤ **25 de Março de 1973, um domingo que tinha começado perfeitamente normal**

Sento-me no chão, ainda estonteado com a sequência dos últimos acontecimentos. Procurando retomar por completo a consciência, tento levantar-me, mas sinto a perna esquerda falhar ao mesmo tempo que uma forte dor me atinge. Procuo uma explicação para o que me está a acontecer e tento rever o que se passou nos últimos minutos.

Começo a conseguir reconstituir toda a acção que me trouxe aqui - o apoio de fogo ao aquartelamento de Guileje, o sobrevoo do corredor do Guileje e a busca de indícios do IN na zona de Gandembel, o impacto violento sentido no avião, a perda total do motor, a minha tentativa de aproximação a Guileje, o afundamento brusco do avião, a minha reacção imediata accionando o manípulo de ejeccção, depois... nada!

Vejo-me agora isolado no meio da mata, com um pé torcido, segundo parece, e uma forte dor nas costas, que atribuo à violência da ejeccção. Sinto que a minha vida está a andar para trás; e, afinal, o dia tinha começado perfeitamente normal...

Naquele domingo, 25 de Março de 1973, tinha iniciado o meu trabalho às seis da manhã. Estava prevista uma actividade de voo um pouco mais reduzida durante o dia, mas a parilha de alerta dos *Fiat's*, constituída por mim e pelo meu camarada António Matos, estava a postos para o que desse e viesse; o mesmo sucedia com as outras tripulações que também tinham entrado de alerta à mesma hora: do *Dornier DO-27*, dos *Alouette III* (o heli das evacuações e o heli-canhão) e as enfermeiras pára-quedistas prontas para qualquer evacuação que surgisse.

A manhã passou-se sem sobressaltos. Opto por almoçar qualquer coisa no pomposamente chamado Clube de Pilotos, junto às Esquadras de Voo. Esta sala de estar, com um bar adjacente, permite às tripulações a permanência dos pilotos junto das Esquadras, para poderem acorrer mais depressa a qualquer solicitação. O accionamento do alerta é exigente e não se compadece com comezainas demoradas – desde o accionamento do alerta até à descolagem temos um tempo máximo de 10 minutos, o que inclui sacar o equipamento de voo, dirigir-se às operações para receber instruções e os mapas 1/50 000 da zona a apoiar, ser transportado até ao avião, pôr em marcha, rolar para a pista e descolar... Exige alguma celeridade.

¹³⁷ O Tenente PilAv Miguel Pessoa foi o único piloto que depois de abatido por um míssil terra-ar *Strella* voltou a cumprir missões de voo em zona de combate.

Aproximávamo-nos das treze horas e eu tinha começado a tomar o meu café. De repente soam os altifalantes estrategicamente colocados no corredor limítrofe das Esquadras: "Alerta aos *Fiat's!*". Imediatamente nos deslocamos à sala de equipamentos de voo, onde sacamos o equipamento mínimo para a missão¹³⁸ e seguimos em passo acelerado para as Operações. Aí, o Oficial de Operações do Grupo Operacional 1201 e o Oficial de Dia às Operações explicam-nos a situação.

Trata-se de um apoio de fogo solicitado pelo aquartelamento de Guileje, na sequência de uma flagelação com foguetões e canhões sem recuo sofrida pouco antes. Para aumentar o tempo sobre o objectivo é decidido escalonar a saída dos dois aviões, de modo a garantir uma pequena sobreposição na zona a apoiar. Sou mandado avançar em primeiro lugar; dirijo-me rapidamente para o avião e atiro-me de imediato lá para dentro – nestes casos o mecânico antecipou a inspecção exterior e poupa-nos tempo. A rolagem para a pista é feita mais depressa que o habitual e para poupar tempo faço uma descolagem de corrida¹³⁹.

Rapidamente o *Tigre Negro*¹⁴⁰ está no ar.

➤ **Quando um piloto está a mais no seu avião, só lhe resta... ejectar-se!**

O percurso para o objectivo é feito com bastante potência para diminuir o tempo em rota; aproveito para verificar o armamento e o combustível e, já próximo, inicio os contactos via rádio na frequência terra-ar.

Guileje esclarece-me sobre a possível origem dos disparos e indica-me a zona do antigo aquartelamento de Gandembel como a mais provável. À medida que me aproximo da fronteira começo a baixar de altitude – o pessoal do lado de lá (Kandifara e Simbeli, por exemplo) tem a mania de treinar as anti-aéreas se nos apanham a jeito, por isso manter os 1000 pés é uma solução de compromisso entre evitar os RPG e mantermo-nos fora da vista da Artilharia Anti-Aérea.

¹³⁸ Nas missões normais o piloto usava o fato *anti-g* (que permite ao corpo suportar maiores acelerações), o *Mae-West* (colete insuflável para a água), as fitas para as pernas (que, ficando presas à cadeira, no caso de uma ejeção não controlada puxavam as pernas para trás, evitando lesões graves nos joelhos e/ou nas pernas num possível contacto com o aro da *canopy* durante a ejeção) e, naturalmente, o capacete de voo com a máscara acoplada. No caso da saída do alerta, que se pretendia muito mais expedita, muitas vezes dispensávamos o *anti-g*, levando apenas o *trikini* - como lhe chamávamos - o capacete, o *mae-west* e as fitas da cadeira, isto no pressuposto de que a carta 1/500 000 e as luvas de voo já estavam guardadas nos bolsos do nosso fato de voo. O pára-quedas estava integrado na cadeira de ejeção, por isso era "vestido" quando nos sentávamos dentro do avião.

¹³⁹ A descolagem de corrida era um procedimento mais expedito usado nas saídas de alerta em que o avião, quando entra na pista, está já a ser acelerado para a descolagem e os procedimentos antes da descolagem são feitos enquanto o avião ganha velocidade na pista. Pelo contrário, em condições normais o avião é imobilizado no início da pista, são efectuados os procedimentos antes da descolagem, é acelerado o motor para a potência máxima e, verificada a normalidade de todas as indicações do motor, são libertados os travões, e o avião inicia então a corrida de descolagem (o percurso na pista desde que larga travões até ter as rodas no ar).

¹⁴⁰ Indicativo normal da parelha de alerta. Nos *Fiat's* não usávamos os nossos indicativos pessoais, apenas no *DO-27*, onde o meu nome de guerra era "Kurika".

Já no local procuro indícios de movimento de pessoas ou veículos, tentando visualizar trilhos recentes. Início uma volta pela esquerda e nesse momento sinto um impacto forte na traseira do avião, a que se segue o ruído característico da paragem do motor, o que posso confirmar pelo decréscimo rápido das rotações. Tento de imediato reacender o motor através da ignição de emergência enquanto, prevendo já o pior, pranco o avião para um lado e para o outro na tentativa de localizar e atingir a zona de Guileje. O motor continua parado e a velocidade não vai durar muito tempo. Quase de seguida, sinto a perda total dos comandos do avião, iniciando uma descida brusca em direcção ao solo. Nem tenho tempo de alertar a Base – provavelmente nem me ouviriam dada a minha baixa altitude.

Estou a mais no avião e a única solução é ejectar-me. Puxo a argola de ejeção¹⁴¹ que está por cima da minha cabeça. A adrenalina multiplicou-me as forças de tal modo que nem sinto resistência ao accionar o sistema. A velocidade de raciocínio multiplicou-se igualmente. Imagino que falhou a ejeção e penso accionar a alavanca alternativa (na cadeira, em baixo, entre as pernas). Sinto então a explosão do cartucho da cadeira e deixo de ter consciência do que me rodeia. Afinal, passou-se 1/3 de segundo entre o accionamento do manípulo e a saída da cadeira...

Amparado a uma árvore, ainda tonto, tento fazer um ponto rápido da situação e deixo para mais tarde a análise do que se passou com o avião ou a maneira como acordei naquele sítio. O facto é que estou em terreno hostil, ainda distante do aquartelamento, num ambiente que é novo para mim, sozinho e quase incapacitado de andar. E se o IN viu a minha ejeção é natural que se dirija para o local para tentar apanhar-me. Pelo meu cálculo penso estar a Sudoeste do antigo aquartelamento de Gandembel e considero ser a melhor opção avançar para Noroeste, o que me aproximaria da estrada Aldeia Formosa-Guileje e do próprio aquartelamento¹⁴².

➤ **Obrigado ao meu *kit* de sobrevivência e ao TCor Brito, comandante do G0 1201, que me detectou**

Abro o pequeno *kit* de sobrevivência que nos tinha sido distribuído – na verdade o seu conteúdo é uma novidade para mim, pois embora tivesse uma ideia do que lá estava nunca tinha visto nenhum aberto. Aliás, o *kit* era coberto por um forro em flanela, todo cosido, o que tinha impedido uma exploração prévia do seu recheio...

O essencial é tentar iniciar a marcha com o tornozelo ainda quente, pois receio não conseguir andar quando a perna arrefecer. Estou num local bastante arborizado e com muita vegetação junto ao solo, o que dificulta a progressão. Avanço a coxear, tropeçando com frequência. Tenho receio de perder a bússola que vinha no *kit*, é minúscula e se a

¹⁴¹ A que chamávamos St.º António, por ser em forma de auréola... Ao puxar-se para a frente, accionava o sistema de ejeção e desenrolava uma lona que tapava a cabeça do piloto, protegendo-o de certa forma de pequenos destroços e do fluxo de ar exterior, quando a cadeira saía do avião.

¹⁴² Infelizmente o meu raciocínio estaria certo se eu estivesse a sul daquela estrada. Mas as manobras que fiz levaram-me para norte dela e eu nunca mais iria cruzar a referida estrada.

deixar cair, naquele terreno, arrisco-me a não conseguir encontrá-la. Opto por segurá-la entre os lábios, ficando com as mãos livres para me ir apoiando sempre que tropeço. Com o tempo aumentam as dores na perna e a progressão é cada vez mais difícil.

Parece-me começar a ouvir barulho de aviões a jacto – será o outro avião de alerta já à minha procura? Começo a alterar as minhas prioridades – agora a minha preocupação é tentar encontrar um local mais aberto de onde possa disparar os *very-lights* e ser localizado por um avião. E há que ter cuidado, que os meus recursos são limitados, para alimentar a caneta dos *very-lights* só tenho nove cargas – a dotação que nos era normalmente atribuída¹⁴³. Mas a copa das árvores não deixa muito espaço para manobra.

Finalmente, alcanço uma zona que está longe de ser a ideal mas que, dado o desnível das copas das árvores, poderá permitir o disparo enviesado dos *very-lights*, o que talvez possibilite a sua visualização do ar. O facto é que já não consigo andar e as costas também me doem bastante. Não me parece que consiga sair dali pelos meus meios.

Não temos rádios distribuídos, mas no *kit* vêm uns fósforos presumivelmente anti-humidade. Pode ser que fazendo uma fogueira... No momento também não vejo grande utilidade no preservativo que vinha no *kit*. Se a ideia era servir de contentor de água, esqueçam, que aqui não há nenhuma... O mesmo para o anzol – só se for para as férias...

O ruído dos aviões começa a ser mais frequente, mas parece que a área de busca é ainda afastada. Mesmo que eles se dirijam na minha direcção não vou conseguir vê-los e eles também não irão localizar-me; a única esperança é que vejam um *very-light*.

Sento-me encostado a uma árvore, virado para a zona mais descoberta (ou, será melhor dizer, menos cerrada...). Ao fim de algum tempo sinto a aproximação de um jacto. Parece vir na minha direcção, mas não consigo vê-lo. A minha experiência permite-me ter uma ideia, pelo som, da direcção e da distância do avião em relação ao ponto em que me encontro; disparo o primeiro *very-light* – um verde, apesar de não me sentir em grandes condições físicas - mas os minutos seguintes não me dão qualquer indicação de que tenha sido visto; nem as duas horas seguintes - as minhas tentativas de ser visto não estão a resultar e já utilizei quatro dos nove *very-lights* (já comecei a gastar dos brancos, mas a verdade é que já estou a borrifar-me para as cores!).

Começam a aproximar-se as cinco da tarde – na Guiné a transição do dia para a noite ocorre cedo e com uma certa rapidez; sinto que já não tenho muito tempo para ser localizado antes de escurecer. Volto a detectar a aproximação de um avião e disparo mais um *very-light*. O avião passa próximo, sinto-o dar a volta e passar outra vez próximo de mim, a baixa altitude¹⁴⁴.

¹⁴³ 3 *very-lights* verdes, 3 brancos e 3 vermelhos, usados de acordo com o estado em que o aviador se encontrava (do menos grave para o mais grave). Isto seria aplicável se fossem muitos. Assim, a partir de certa altura usa-se os que temos, não importa a cor...

¹⁴⁴ Contar-me-iam mais tarde que o Tenente-Coronel Brito, Comandante do GO 1201 - o piloto em questão - referenciou o disparo deste *very-light* e sobrevoou novamente o local, tendo divisado com algum custo o meu pára-quedas, meio enterrado numa árvore. Convencido de que o piloto estaria

Fico com a esperança de ter sido visto, mas a hora seguinte não confirma as minhas expectativas. E a noite cai finalmente, avolumando-se com ela a minha apreensão, dada a minha visível inadaptação ao ambiente que me envolve. Sou perturbado por uma série de dúvidas que me assolam, para as quais não tenho resposta – Os pilotos terão visto algum *very-light*? Estará a ser organizada uma operação de recuperação? Como pensarão recolher-me? O IN terá detectado a minha ejeção? Irão tentar "agarrar-me à mão"?

➤ **Talvez a noite mais longa da minha vida**

A noite vai ser certamente prolongada – e pouco dormida, seguramente. Aproveito para repousar um pouco o corpo, estendendo-me no chão, o que me permite reduzir as dores nas costas e simultaneamente dar menos nas vistas de quem se aproxime.

Tenho algum tempo para pensar no que me levou a esta situação. O IN terá pelos vistos atingido o *Fiat*, do que resultou a falha do motor, logo seguida da perda de comandos. Dadas as condições em que estava a voar, não tenho dúvidas de que a ejeção terá ocorrido nos limites da segurança, a baixa altitude e com uma acentuada razão de descida do avião desgovernado. Do modo como observei o pára-quedas, meio pendurado ao longo da árvore, começo a acreditar que ele apenas terá completado a sua abertura já no contacto com a árvore em que me enfeixei, o que terá travado a velocidade da descida, acabando eu – mesmo assim – por entrar depressa demais pelo chão, provocando as lesões na perna esquerda. Calculo agora que será mais que uma entorse, embora não haja fractura completa da perna, nem fractura exposta.

Lembro-me que a minha arma pessoal – uma *Walther PPK 22*¹⁴⁵ – ficou guardada no anti-g, mas não tenho a certeza se não será melhor assim - a posse da arma dar-me-ia a tentação de a usar em situações em que tal não era recomendado. Bom, não tenho a arma, não vale a pena pensar mais nisso.

A noite é interminável – mantenho-me desperto embora por vezes o cansaço me faça dormir, mas acordo logo, alertado por um qualquer barulho. A tensão da situação e a desidratação que começa a afectar-me também não contribuem para me acalmar. No escuro parece-me detectar o movimento de um insecto que brilha, mas trata-se afinal dos ponteiros luminosos do meu relógio, a que a minha visão desfocada (por falta de referências) parece dar uma sensação de movimento... Acordo outra vez com a sensação de algo encostado à minha perna (uma cobra?) – não me mexo, até porque cobras não são

num estado de saúde razoável, acertadamente considerou que não havia condições de segurança para lançar de imediato uma operação de salvamento, dada a hora tardia, antes preferindo iniciar o planeamento de uma operação bem sustentada, a desencadear nas primeiras horas da madrugada.

¹⁴⁵ As armas de baixo calibre, embora menos eficazes, eram as mais apropriadas para os pilotos dos *Fiat*'s. Veja-se que uma arma destas, pesando cerca de 500 g, representa mesmo assim um peso de cerca de 9 kg durante uma ejeção (18 Gs=18 x a aceleração da gravidade). Assim, com uma arma de maior calibre (e peso correspondente), em caso de ejeção o piloto arriscava-se a vê-la rasgar o bolso ou o coldre em que a guardava, e desaparecer.

o meu forte; será a perna partida a latejar que dá aquela sensação de movimento? A verdade é que essa sensação passa – ou o animal se foi ou a perna deixou de latejar...

Cometo um erro ao poisar a cabeça no chão para repousar. Fico com uma orelha encostada ao chão, o que amplifica todos os sons produzidos à minha volta. O simples contacto de uma folha a cair, ao bater no chão, faz lembrar a progressão pé ante pé, de alguém que se aproxima. Apesar de a escuridão não o permitir, parece-me divisar duas sombras que se vão aproximando de mim...

O amanhecer encontra-me exausto, mas satisfeito por ver a luz do dia. Fico a aguardar o regresso dos aviões para tentar perceber o que estão a planear. Finalmente começo a ouvi-los. É uma miscelânea de sons que vou identificando - *Fiats, T-6, DO-27, AL-III*. Começo a ter a certeza de que fui localizado. Pelo sim, pelo não, quando sinto a sua aproximação, disparo mais um *very-light*. Mas sistematicamente, parece que os *AL-III* se aproximam e a uma certa distância voltam para trás¹⁴⁶.

Os *very-light* esgotam-se finalmente. Resolvo despir a parte de cima do fato de voo e retirar a camisola interior, branca. Depois de vestido novamente o fato de voo, decido pôr a camisola interior por cima, à laia de *pull-over*. Espero ter assim mais possibilidades de ser detectado do ar, por fazer agora um maior contraste com a vegetação.

São nove horas da manhã - já passaram 3 horas de luz e nada. Tinha pensado que um *AL-III* com guincho chegaria à vertical e tentaria recuperar-me pelo ar... mas a verdade é que nenhum aparelho me sobrevoa.

Em desespero, resolvo fazer um fogo que seja visto do ar (má ideia, que ainda posso ficar carbonizado...) mas a natureza ajuda - a vegetação está húmida... e os tais fósforos anti-humidade também! Vários falham e não consigo acender nada. Quando risco o último, a cabeça salta, ainda por arder. Tiro as luvas e com a ponta dos dedos seguro a cabeça do fósforo, friccionando-a contra a lixa: começa a arder queimando-me os dedos mas apagando-se logo de seguida.

➤ **Um homem em apuros... mas bem educado e delicado**

Resigno-me a esperar por auxílio, que da minha parte parece-me não haver muito mais a fazer. Mas a desidratação e a tensão começam a pregar-me partidas. Pressinto a aproximação de pessoas, mas não as identifico. Começo a pensar que é pessoal do PAIGC que está a envolver-me, na esperança de poder preparar uma emboscada ao helicóptero ou helicópteros de salvamento. Chego à conclusão que o melhor é não chamar a atenção dos aviões, pois se eu pelos vistos já estou "aviado", não vale a pena levar comigo algum camarada que esteja a tentar salvar-me.

¹⁴⁶ Soube posteriormente que naquela altura os *AL-III* procediam à colocação de caçadores pára-quedistas e operações especiais na orla da mata em que me encontrava, para estes depois prosseguirem a pé na minha direcção.

Começo a divisar cabeças que se aproximam pelo meio da folhagem; são africanos, o que parece confirmar as minhas piores previsões; o armamento e uniformes também não são das tropas portuguesas. Sabem o meu nome (mas também não é difícil, têm provavelmente infiltrados na Base). Dizem-me para ir com eles - e eu peço-lhes "delicadamente"¹⁴⁷ para se irem embora e me deixarem em paz.

Aparece o que parecia ser o chefe - de barbicha e óculos - e diz-me que é o Marcelino da Mata. Ora eu, *pira* de 4 meses da Guiné, embora conhecendo as referências do senhor, nunca o vi pessoalmente, mas é conhecido que ele costuma levar cantis com Fanta e Coca-Cola. Peço-lhe de beber, ao que ele anui. Provado o produto fica confirmada a identidade do meu interlocutor, o qual merece da minha parte, de imediato, um efusivo cumprimento: "Ah granda Marcelino!".

Chega entretanto ao local pessoal meu conhecido do BCP 12 e renova-se a minha confiança em acabar bem o dia. Ao ponto de, quando sugerem a construção de uma padiola, ter recusado: "Entre nesta mata de pé e é de pé que vou sair" - Pudera! Agora que já tenho as costas quentes...

A deslocação até ao helicóptero não tem grande história, embora seja demorada e cansativa, pois a incapacidade da minha perna esquerda obriga-me a progredir no terreno apoiado em dois elementos das Operações Especiais, um de cada lado.

O pessoal do Marcelino tem pelos vistos a mania de provocar o IN pois, à medida que avançam no terreno, gritam para o mato "*Eh F.... da P.... do C.....! Apareçam, seus C....!*", ao que eu lhes sugiro que primeiro me ponham no helicóptero e depois resolvam essa contenda com os outros, que por mim já tenho que me chegue. Só me falta que aqueles tipos comecem aos tiros uns aos outros, e eu sem me poder mexer!

Durante o percurso, noto que um dos pára-quedistas que vai à minha frente se vira para trás de vez em quando, tirando-me uma fotografia. Ora eu ainda estou um bocado descomposto e continuo com a camisola branca por cima do fato de voo. Peço uns momentos para tirar a camisola, que guardo num dos bolsos do fato de voo, e prossigo a caminhada com mais à-vontade, pois já me sinto razoavelmente enfarpelado e em condições de enfrentar a máquina fotográfica. Apesar dos perigos, a nossa progressão começa a parecer um passeio turístico, pois chegamos a parar para tirar uma foto de grupo. O Marcelino resolve pôr uma pose mais agressiva, de catana na mão, o que, associado à minha cara de enfiado, mais faz parecer que fui apanhado pelo IN...

Chegamos finalmente à orla da mata, onde um *AL-III* nos espera. Para apoiar aquela evacuação, o Serviço de Saúde da BA 12 tinha destacado um médico¹⁴⁸. Quando entro no

¹⁴⁷ Segundo alguns testemunhos, parece que não foi bem assim. Eu terei dito "Vão-se f.... ; deixem-me morrer aqui em paz sozinho" ou algo semelhante. Tenho que aceitar esta última versão como correcta, porque por aquela altura eu já tinha os platinados a falhar. Embora me choque, porque sempre fui uma pessoa bem educada...

¹⁴⁸ Convém esclarecer o porquê da presença de um médico nesta situação. Pouco tempo antes tinha surgido uma determinação do Estado-Maior que proibia a ida das enfermeiras pára-quedistas à zona

heli, devo estar com um aspecto abatido pois ele decide dar-me um tónico qualquer que eu aceito de bom grado, que ainda estou com sede... E o facto é que fico com uma passada que ninguém me cala! Também, tinha estado quase 24 horas sem falar...

➤ **Finalmente, o regresso... a casa!**

Aterramos em Guileje, onde muitos militares curiosos esperam para ver o avião recuperado; alguém resolve dar-me, em jeito de compensação, uma garrafa de champanhe. Um novo helicóptero está a postos no local para me transportar para o Hospital Militar; também já lá está a enfermeira pára-quedista que me vai acompanhar, a enfermeira Giselda¹⁴⁹; embarcamos no helicóptero e mantemos 1500 pés de altitude¹⁵⁰ em direcção ao Hospital, onde chegamos sem problemas.

Tiradas várias radiografias, confirma-se a fractura do perónio; depois de me colocarem o gesso na perna partida, o helicóptero leva-me (mais a garrafa de espumante) para a placa de helicópteros da Base – parece que finalmente acabou o dia e que vou poder descansar de tantas emoções. Engano meu! À chegada à Base sou surpreendido pela presença de um grupo de militares da BA 12 – pilotos, mecânicos, enfermeiras e outros – que resolvem festejar exuberantemente a minha recuperação. Sinto-me emocionado com esta recepção. Para além dos laços de amizade que tenho com alguns dos presentes, neste momento eu represento para eles o produto final do trabalho que, directa ou indirectamente, desenvolveram com tão bom resultado. Por isso sentem-se felizes por eu estar ali. E eu estou feliz por ter regressado a casa.

de combate. Esta decisão surgiu na sequência da morte de uma e ferimento de bala de outra; o curioso é que nenhuma destes casos ocorreu no decurso de uma evacuação à zona, pois uma morreu num acidente na placa dos *DO-27* (na Guiné) e outra foi atingida por uma bala quando voava noutro *DO-27* (em Moçambique). Isto mostra o receio que as chefias tinham dos efeitos na opinião pública, caso ocorresse a morte de uma enfermeira em verdadeiro cenário de guerra. À época aceitava-se que as mulheres apoiassem o esforço de guerra, mas na retaguarda, enquanto que não se via com bons olhos que ela participasse activamente na frente de combate.

¹⁴⁹ A Giselda acompanhou-me nessa evacuação e, desde então, nos momentos mais importantes da minha vida - casámos em Outubro de 1974.

¹⁵⁰ Não há dúvida que tivemos sorte. Embora começassem a surgir no teatro de operações os mísseis *Strella*, até ali desconhecidos, nenhum deles estava, pelos vistos, no percurso que seguimos para o Hospital. A altitude mantida colocava-nos perfeitamente ao alcance do míssil. Mas não era o nosso dia.

ANEXO U

FAUSTO PEREIRA MARQUES



Figura 42: Fausto Pereira Marques.

Fonte: Jacinto & Rodrigues (1987: 262).

Comandou o BCP 12, de 04 de Junho de 1968 a 05 de Dezembro de 1969.

Foi um dos pioneiros das Tropas Pára-quedistas em Portugal, tendo frequentado na BETAP em Pau (França), no posto de Aspirante a Oficial, entre 14 de Agosto e 24 de Dezembro de 1953, o Curso de Pára-quedismo e, seguidamente, o Curso de Instrutores e Monitores de Pára-quedismo.

Ingressou nas Tropas Pára-quedistas em 26 de Dezembro de 1955, data da criação do BCP, com o posto de Tenente de Infantaria.

Prestou comissões de serviço em Angola e Guiné, tendo sido condecorado com Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma.

Regressou ao Quadro de Origem em 31 de Outubro de 1975, no posto de Coronel de Infantaria (Jacinto & Rodrigues, 1987: 262).

ANEXO V

SÍLVIO JORGE RENDEIRO DE ARAÚJO E SÁ



Figura 43: Sílvio Jorge Rendeiro de Araújo e Sá.

Fonte: Mira Vaz (2003: 52).

Comandou o BCP 12, de 14 de Dezembro de 1971 a 20 de Janeiro de 1974. Ingressou nas Tropas Pára-quedistas em 18 de Março de 1959, com o posto de Tenente de infantaria, após ter frequentado o 5º Curso de Pára-quedismo, que terminou em 19 de Novembro de 1958.

Prestou comissões de serviço em Angola, Guiné e Moçambique, tendo sido condecorado com a Medalha de Prata de Serviços Distintos com Palma.

Passou à situação de reforma extraordinária em 23 de Julho de 1979, no posto de coronel.

Licenciou-se em Direito, tendo exercido advocacia até à sua morte, em 3 de Maio de 1992 (Mira Vaz, 2003: 52).

ANEXO W

A ACÇÃO DE UM COMANDANTE-CHEFE



Figura 44: Visita de António de Spínola a uma tabanca.

Fonte: Fotografia gentilmente cedida pelo Sargento-Mor Serrano Rosa.



Figura 45: Visita de António de Spínola a uma operação das tropas pára-quedistas.

Fonte: Fotografia gentilmente cedida pelo Sargento-Mor Serrano Rosa.